

**DISCURSOS** – número especial  
LÍNGUA, CULTURA E SOCIEDADE



## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA REGIONAL

**Da Península de Setúbal**



com o patrocínio da:  
Câmara Municipal do Seixal

**ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA REGIONAL  
DA PENÍNSULA DE SETÚBAL**



**Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares**

**LISBOA  
2001**

**Comissão organizadora**

*Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria José Ferro Tavares*

*Prof. Doutor António Augusto Tavares*

*Prof. Doutor João Luís Cardoso*

Edição e propriedade:

UNIVERSIDADE ABERTA,  
Rua da Escola Politécnica, 147  
1250-100 Lisboa

Execução técnica:

GRÁFICA EUROPAM, LDA.  
Estrada de Lisboa-Sintra, Km 14  
MEM MARTINS

Depósito legal n.º: 161400/01

Fevereiro de 2001

## *ÍNDICE*

Apresentação .....	7
Arqueologia e História Regional .....	11
A ocupação dos territórios e a exploração dos recursos na Península de Setúbal, do Paleolítico ao Bronze Final .....	19
Arqueologia Romana e Medieval: as olarias romanas da margem esquerda do estuário do Tejo e a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Seixal) .....	49
A Idade do Ferro na região do Baixo Sado. Contribuições recentes .....	79
O Povoado Pré-Histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV/III milénios a.C. ....	101
Museus e Monumentos de indústria na “outra banda” .....	129
Educação, Património e Autarquias. O Museu, como instrumento de comunicação: Experiência no Seixal .....	141

## APRESENTAÇÃO

MARIA JOSÉ FERRO TAVARES

### Pressupostos para uma História Local

É a segunda vez que a Universidade Aberta se dirige ao Seixal para, em colaboração com a autarquia, desenvolver aqui uma actividade cultural. Hoje, o tema é de história local e regional e tem como base dessa reflexão a arqueologia ao longo dos tempos. Aliás, o centro fabril da Mundet, em que estamos, é um belo exemplo de arqueologia industrial que a Autarquia e a comunidade desejam preservar como memória histórica de um passado recente.

Mas não é o único testemunho dessa memória: a construção naval, a faina fluvial, os moinhos de maré, a agricultura são também a outra face da história do concelho, banhado pelo Tejo. Entre Almada e o Montijo, as duas localidades mais referenciadas na documentação medieval desta zona, o Seixal aparece-nos como uma zona agrícola, porventura de quintas, que tinha uma valência económica, cujo alcance desconhecemos para os períodos medieval e moderno, que era o de pertencer à Adiça, a “mina” de onde proviria o topónimo Almada.

A Adiça pertencia ao rei que detinha a exploração do ouro de aluvião que aqui se fazia, certamente desde a Antiguidade, mas comprovadamente no período islâmico, ou não fosse Almada, “a mina”, em árabe. A documentação portuguesa que refere a exploração do seu ouro data de D. Dinis, mas remete para uma anterioridade que nos conduz aos nossos primeiros reis.

Os adiceiros eram os ourives do rei e como tal auferiam de privilégios, outorgados por carta e confirmados de rei a rei desde D. Afonso II. Como todos os privilégios sócio-profissionais, os privilégios dos adiceiros foram, desde o crescimento do poder local, contestados e desrespeitados pelas autoridades de Lisboa, Almada e Sesimbra. Assim, quando em pleito

respondiam perante o seu quinteiro, ou seja, o oficial do rei que recolhia o quinto para o soberano e não perante as autoridades municipais ou o comendador de Sesimbra. Estavam isentos de pagamentos de impostos ao concelho, assim como de pedidos e empréstimos ao rei.

O responsável era um mestre de aferir o ouro explorado que chefiava um grupo de ourives e de serviçais, num total de cerca de 20 homens e suas famílias (*Chancelaria de D. Duarte*, Centro de Estudos Históricos, FCSH, UNL/INIC, p. 456).

Mas a exploração do ouro deve ter decaído durante o período medieval, de tal modo que no reinado de D. Duarte os adiceiros tinham um outro ofício. Assim João Martins era carvoeiro, João Lourenço, trapeiro, Fernão Gomes, carpinteiro, Fernão Martins, moleiro, João Vicente, alfaiate, etc. Nesta altura pagavam ao rei 2 coroas de ouro ou 1 coroa, consoante a quantidade explorada em cada ano (*Ibidem*, 637). Pelas alcunhas sabemos também o lugar de proveniência de alguns deles: Santarém, Sintra, Charnequinha, Corroios.

Mas a região sul do Tejo era por excelência uma zona agrícola e de matas. Assim Álvaro Vasques de Almada teve coutado por D. Duarte um pinhal em “a de Cavala e Vai lhe bem”, provavelmente coincidentes com os topónimos, ainda hoje existentes, de Vale de Cavala e Vale Bem, actual freguesia da Charneca da Caparica (*Ibidem*, p. 457).

Zona de mato e de terras cultivadas era Alcochete, onde os carvoeiros da moeda faziam carvão que traziam em barcos para a Casa da Moeda em Lisboa (*Ibidem*).

Na Póvoa do Montijo, tinha o rabi mor de D. Pedro I, Moisés Navarro, uma quinta, onde se dedicava à produção vinícola e que iria integrar num dos morgadios que legava aos filhos. Mais tarde, a quinta passaria à família Negro, por via do casamento da única herdeira com Juda Negro (Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Guimarães ed., 3.ª ed. Lisboa: *Idem*, *Os Judeus em Portugal no século XV*, UNL, Lisboa, 1982, vol. I, cap. Economia).

Maria Parda lembrava-se no seu testamento dos vinhos de Alcochete e do Barreiro e das vinhas da Caparica, onde quer ser enterrada com muita água benta. E acrescenta: “Item me levarão mais/ Hum gran cirio pascoal/ Ao glorioso Seixal./ Senhor dos outros Seixaes: Sete missas me dirão/ E os caliz encherão,” (*Obras Completas de Gil Vicente*, Lello & Irmãos, Porto, p.1317).

Esta é a referência mais antiga que conheço ao topónimo Seixal, termo que deveria lembrar uma zona com muitos seixos. Terra vinícola, bem expressa no *Pranto de Maria Parda*, a margem sul do Tejo era igualmente uma terra de lavra. A produção cerealífera, riqueza a que a região era propícia, — vejam-se os topónimos Charneca, Charnequinha —, iria ter aqui a sua transformação

feita em moinhos de maré, onde a roda da azenha era movida pelas águas da maré da praia-mar. Desta memória nos ficaram ainda alguns destes engenhos, de que nos é presente o Ecomuseu de Corroios.

A agricultura era desenvolvida em herdades de policultura, onde a oliveira ou a azinheira geminavam com a vinha ou com as terras de trigo. Fotografia de uma paisagem que a memória de muitos de nós ainda recorda, antes de a vermos substituída por eucaliptos ou por prédios. O sobreiro, árvore natural da região do sul, iria permitir o desenvolvimento de uma indústria da cortiça de que esta unidade fabril da Mundet, agora muda, foi o templo de muito trabalho e riqueza. Os pastos e o montado deviam abundar. A criação de gado não permaneceu nos topónimos, talvez com a excepção de Vale de Cavala, cuja origem desconhecemos.

Mas o rio iria desenvolver outros tipos de actividades, associadas à pesca. Nas praias, enquanto os pescadores entravam por água dentro, nos seus batéis, as mulheres fiavam as redes, torciam as cordas. Outros homens dedicavam-se à construção naval, donde a memória desta actividade em topónimos, como a Travessa dos Calafates.

*Glorioso Seixal, senhor de outros seixais*, dizia Maria Parda. E com esta sua expressão, termino este “mimo” que aqui trago e que pretende dizer que a memória local e regional se constrói com a onomástica, a toponímia, a literatura, a documentação escrita, a arte/artesanato, juntamente com a arqueologia. Pequenos rendilhados de um todo que é a memória nacional, as memórias locais necessitam urgentemente de ser preservadas porque são as matrizes das identidades que o tempo e os homens foram construindo e reconstruindo: o templo sagrado do seu *Ser*.

*Seixal, 15 de Maio de 1999*

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA REGIONAL

A. AUGUSTO TAVARES

Promove a Universidade Aberta em conjunto com a Câmara do Seixal este colóquio sobre Arqueologia e História Regional. Reconhecemos certamente que o tema é bem adequado a uma autarquia que, no caso presente, tem revelado considerável empenho no conhecimento da sua história e valores culturais. Efectivamente têm sido múltiplas as suas actividades na área da arqueologia e valorização do património cultural.

O tema, que é vasto e aliciante, entra também plenamente nos objectivos da Universidade que é “Aberta” pelo nome e pela sua especificidade, bem expressa aliás, no seu emblema, à maneira de brasão, ditado por regras heráldicas: uma grande janela por onde entra a luz e a voz do exterior e por onde sai a luz da cultura e do saber para a sociedade. Efectivamente é sua vocação sair dos seus muros, “proporcionar ao número possível de cidadãos acesso à mutação de ideias e de formas de expressão cultural”, como se lê no texto da sua fundação (Decreto Lei n.º 444/88 de 2 de Dezembro). A história local e regional, ao estudar a formação e desenvolvimento das povoações e seus grupos sociais, ao investigar as raízes históricas e tipologia de uma localidade, constitui, pelo seu próprio objecto, uma adequada proposta de trabalho da Universidade Aberta.

Por sua vez a arqueologia, sendo por definição ciência das coisas antigas com o objectivo de reconstituir o passado humano, ocupa lugar de primordial importância na história regional. Pratica-se num complexo histórico-geográfico, numa geo-história, tarefa especializada de uma determinada categoria de investigadores que são os arqueólogos, aqueles que, de certa forma, desenterram a história. Com a arqueologia surge pois espontaneamente a ideia de terra, o conceito de região e de história regional, tema que hoje nos congrega.

## **Aparentes contrastes da contemporaneidade: mundialização e história regional**

Realiza-se este colóquio no mês de Maio de 1999, ou seja quase no fim do segundo milénio, conjuntura temporal que não deixa de ser, em termos de História, um marco de referência. Há mil anos atrás os nossos antepassados viviam alarmados com a iminência de um fim do mundo que se aproximava, segundo criam. Recorda-nos a História as angústias e terrores do ano mil. Ao terminarmos o actual milénio, bem pelo contrário, nós experimentamos o conforto que o progresso nos trouxe e vivemos com optimismo o presente e cheios de confiança no futuro. Em vez de fim do mundo, tudo nos leva a pensar que estamos no princípio e quando daqui a milénios os nossos continuadores se referirem à nossa época, possivelmente irão chamar-lhe pré-história.

A História é um processo contínuo que vem desde o princípio da existência humana até agora. Vieram eclodir no presente os caminhos do passado: experiências positivas e negativas. Chegaram até nós forças étnicas, religiosas, culturais... Somos continuadores e construtores neste processo civilizacional. Quantos nos precederam? Quantos contribuíram para sermos o que somos? Parte-se daqui para o futuro cujos caminhos ninguém pode conhecer. O futuro é naturalmente incerto, indeterminado. Ninguém poderá definir as metas que é capaz de atingir o espírito humano, mas não duvidamos de que há um sentido ascensional (e não apenas na esfera biológica, seguindo a linguagem e pensamento de Darwin). Como quer que seja, não somos caminheiros errantes numa enorme aventura, sem destino. Há certezas no presente e há esperanças quanto ao futuro. A História também tem as suas leis. Por isso dizemos que ainda estamos no princípio.

Classificamos a nossa época de planetária, mas já com os Descobrimentos dos séculos XV e XVI houve comunicações e trocas através do planeta então conhecido, entre os continentes: Europa, África, Ásia, América. Todos nós experimentamos diariamente o bem e o mal da globalização, da mundialização naquilo que vestimos, no que comemos, no que vemos. A própria terra e até outros planetas são filmados e podem ser vistos por quem quer que seja, em qualquer parte do mundo, num pequeno ecrã de televisão. É de facto o tempo da mundialização pluriplanetária e os nossos conceitos são de macro-geografia. Parecem abranger o mundo numa globalidade difusa e indefinida. Mas, não obstante ser assim, damos conta de que há regiões diferentes de outras. Há conflitos e guerras dentro de alguns países, no interior dos diversos continentes e entre povos de um continente contra outro. Quando tudo levaria a pensar que terminaram as diásporas humanas, chegam até nós refugiados do Kosovo ou foragidos de guerras de Angola, da Guiné ou de Timor. Falamos de mun-

dialização, mas o homem não aprendeu ainda a ser cidadão do mundo. Cada um tem a sua terra, um pequeno lugar do mundo. Pertence a uma região e só aí encontra os que têm os mesmos ares de família de que ele faz parte e onde sabe situar-se como em casa própria.

Os generalizados conceitos de globalização, de macro-geografia e outros do género mais acentuam a importância da micro-história e a necessidade do aprofundamento das identidades locais e regionais. A história regional ultrapassa nos seus interesses a própria história universal. Não se trata de história em migalhas, mas do estudo científico pormenorizado, diferenciado e globalizante duma comunidade humana dentro de um complexo histórico-geográfico, numa pequena área, onde se desenvolve a consciência da importância da organização territorial da sociedade.

Não é um género de história que perca a sua função abrangente. Pelo contrário, realiza a sua função integradora pela interdisciplinaridade aplicada num campo de estudo mais restrito. A propósito refira-se que este nosso colóquio, enquanto actividade da Universidade Aberta, tem a chancela do seu Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares aqui presente por vários dos seus membros.

A história regional guiar-se-á menos por critérios de periodização e muito mais por conceitos de estruturas e conjunturas locais, estruturas e conjunturas que se entrelaçam e que obviamente são variáveis conforme os espaços geográficos. Uma investigação e prática historiográfica nestas perspectivas será diferente no Seixal do que seria numa aldeia, vila ou cidade do interior do país. Em qualquer dos casos, será de certo abrangente. Estudará mentalidades e culturas, por ventura de origem remota, elementos inconscientes que entraram no quotidiano e na vivência social (objecto do campo específico da antropologia), bem como aspirações e comportamentos, situações que se reportam à economia, à política, etc. Assim sendo, a história regional situa-se numa encruzilhada onde se encontram a antropologia, a geografia, a economia, a ciência política, etc., pois tem por objecto de estudo toda a intervenção humana sobre um determinado território. Assume-se desta forma como uma ciência de intervenção no desenvolvimento económico e social, não por propor soluções, pois nunca tal papel pertence à História, mas por apresentar as realidades como elas são, a partir das suas origens e raízes profundas, a quem tem poder de decidir.

É uma propensão actual da história fazer incidir a investigação em áreas específicas e bem definidas como a família, a mulher, a criança, movimentos políticos e de organização do trabalho, o fenómeno das migrações, das minorias e suas relações de harmonia e conflitos com as populações locais, repartição das populações e/ou localização das actividades... Analisa disparidades

económicas e outras, tal como se preocupa com fenómenos de marginização e de pobreza. A história regional, como começa a desenhar-se e a praticar-se, com alguma timidez entre nós, consiste pois numa intervenção pluridisciplinar numa região concreta. Por quanto acabo de expor, perguntaria se de facto não constitui, pelos seus métodos e pelos seus objectivos, uma base de trabalho para o poder político, uma ciência de intervenção local e regional.

## **A Arqueologia na história regional**

Perguntarão os meus pacientes e estimados ouvintes onde entra a arqueologia que aqui nos trouxe e que é sempre tema apaixonante, de tal forma que não há ninguém que alguma vez a tenha praticado que esqueça esse amor de algum tempo e deixe de ter saudades da arqueologia. Sem outros considerandos, repetimos que obviamente ocupa lugar de primordial importância na história de uma localidade ou de uma região. Poderão algumas terras ser silenciadas nos documentos dos arquivos, mas talvez sejam recordadas no seu passado por um sítio arqueológico que permanece e de alguma forma se torna vivo pelo trabalho do arqueólogo.

A nível dos arqueólogos, em Portugal, hoje discutem-se conceitos e elaboram-se teorias sobre arqueologia, trabalho de reflexão que naturalmente importa, mas a nós, neste momento, mais que a teoria interessa-nos a prática.

O vulgo olha para a arqueologia e para os arqueólogos das mais diversas formas, não faltando quem a aprecie como uma snob actividade lúdica: aquele pratica hipismo ou joga golf porque gosta e tem dinheiro, este abre buracos na terra porque gosta de encontrar coisas, uma espécie de amuletos ou objectos sagrados. Ora a actividade do arqueólogo, convenhamos todos, é de carácter científico: seguindo rigorosa metodologia, descobre, interpreta e revela materiais que são fontes do passado de uma terra. Interpreta e dá a conhecer valores patrimoniais que defende e salvaguarda. Trata-se a bem dizer de uma prática cultural de história ao vivo. O sítio arqueológico que escava pode ser visto e o arqueólogo ajuda à leitura ou seja à interpretação do espólio arqueológico descoberto no seu contexto.

Vai longe o tempo de se olhar para o arqueólogo como o escavador em busca de tesouros escondidos na terra, um hobby, apesar de tudo, selecto. E não é assim. O arqueólogo é alguém que procura conhecer as vias que nos ligam ao passado, alguém que procura encontrar as raízes mais ou menos distantes da cultura, que revela as ligações entre as antigas experiências e formas de vida, conservadas ou não pelas tradições locais ou veiculadas por fontes

escritas. Alguém que mostra, pelos materiais desenterrados, sobrevivências que integram o património de uma terra e de uma colectividade humana. É portanto de direito um historiador que, não se servindo de fontes escritas guardadas num arquivo, se serve daquelas que jazem escondidas no arquivo da terra. Calçado de bota grossa, vestido de calça ou calção de ganga roçada ou de caqui debotado, de mãos ásperas pelo contacto com o pó, sem usar o discurso do poder, tem uma força a que outros não chegam. É um humanista, venha-lhe a sua preparação básica da área da história, da geologia ou de outro ramo do saber. É naturalmente um homem culto com uma preparação que “não está ao alcance de todas as cabeças”, usando da expressão que na Renascença italiana se usava para caracterizar o arquitecto ideal.

O arqueólogo é a seu modo um gerador de cultura, um interventor do progresso. É claro que os seus valores não são económicos mas têm um valor estável e inalienável. Fazem parte do património que é imorredouro, uma herança que vem de outros tempos, que é parte da memória em que assenta a identidade de uma terra. E os valores que fazem parte da história de um povo são motivo de brio e do orgulho de toda a colectividade. Os que não sentem orgulho pela sua terra mais facilmente padecerão do síndrome do nomadismo. São árvores sem raiz. E é caso para perguntarmos qual seria o futuro de uma terra sem passado

O arqueólogo tem pois considerável força e poder na comunidade em que está inserido: é educador sem o dizer, é professor sem pensar que tem alunos. Mesmo sem a linguagem do poder, exerce um magistério de influência que é insubstituível e não é fácil de medir-se. Compreende-se pois que uma autarquia terá seguramente uma mais valia quando pode contar com arqueólogos, como é o caso do Seixal.

Mas entre as suas funções sociais há uma que, nos nossos dias, se reveste de particular relevância: a sua intervenção no turismo cultural.

## **O arqueólogo e o turismo**

O turismo é tema da moda na actualidade e não há autarquia que não tenha no seu programa o turismo como factor de desenvolvimento. Para além da política de apresentação do património material, multiplicam-se um pouco por toda a parte iniciativas de diversa ordem para chamar turistas. Tudo isto porque se sabe que as pessoas viajam facilmente e as deslocações por recreio ou por outros motivos podem simultaneamente ser motivo para alargar horizontes, procurar conhecimentos e experimentar emoções. Assim, fala-se de turismo

termal (e há regiões onde se estão a fazer, neste momento, grandes investimentos neste sector, como por exemplo a Beira Alta, em diversas estâncias termais), fala-se de turismo de montanha, de campo, de mar, etc. E existe o turismo religioso e o turismo cultural, aquele que neste momento mais entra na nossa temática. Nos tempos medievais e mesmo posteriormente, as pessoas viajavam para grande centros religiosos e a Igreja foi a grande viajadora enquanto promotora das grandes peregrinações: para Jerusalém, para Roma, para S. Tiago de Compostela, etc. Entretemo-nos actualmente com a identificação dos caminhos de S. Tiago e com as igrejas românicas construídas por vezes nas proximidades de tais caminhos, e que ainda permanecem como testemunhos da religiosidade e ruralidade de então. Mas actualmente são as viagens de recreio e de lazer que entraram nos hábitos da sociedade. O homem moderno, que nem sempre tem tempo para ler nem gosto pela leitura, habituou-se a viajar e pode aprender, caminhando e vendo. Aqui se vê a oportunidade da oferta de bens culturais.

O turismo cultural é turismo de descoberta dos sítios e riquezas que marcam a identidade de uma terra e a diferenciam de outras. O tema leva-nos de imediato para o património, num sentido amplo do termo, para algo que é estável e merece ser conservado, para os elementos materiais que não podem alienar-se, mas que não-de defender-se, valorizar-se e dar-se a conhecer.

De um lado temos o património material dos sítios consagrados à cultura como são os monumentos, os sítios arqueológicos, as obras de arte, os edifícios, os jardins. Ao lado deste património que resulta da intervenção humana, existem sítios privilegiados da natureza, como esta linda baía do Seixal, ou como outros desta região situada entre o Tejo e o Sado, onde por vezes se casam, com extraordinária beleza e harmonia, a montanha com rio e mar. Junte-se ainda a tudo isto o património imaterial das tradições, das festas e romarias, por vezes da culinária, etc. No fundo, em terras como o Seixal, há uma rica oferta ao visitante de bens e de saberes.

Mais uma vez chegamos ao tema inicial da importância da ciência regional, concretamente da história local, como intervenção pluridisciplinar num território delimitado e mais uma vez ainda nos aparece em destaque a arqueologia e a função social do arqueólogo, não apenas como alguém que escava sítios arqueológicos, como alguém que se empenha na elaboração de roteiros e de circuitos turísticos, e especialmente como técnico que, pela sua formação e sensibilidade, ajuda a descobrir e a apreciar o património local.

## Conclusão

Terei talvez de me penitenciar pelas minhas palavras que, sendo, pela sua forma e estilo, uma apologia da história local, uma espécie de convite e interpelação aos arqueólogos, parece não terem sentido neste momento e lugar, a não ser que sejam entendidas como um preito de louvor por quanto aqui se tem feito. De facto encontramos-nos no Seixal, terra de história, com património rico e variado, terra de memória, de tradições e que, ao mesmo tempo é cidade. Juntamente com pergaminhos antigos, possui o dinamismo, criatividade e juventude de uma cidade nova.

Conta com a participação de conhecidos arqueólogos e animadores culturais aqui presentes. Juntam-se a eles distintos arqueólogos da região, designadamente de Setúbal, de Almada, e da Universidade Aberta. Pelo seu saber e justificado prestígio, pelo nível de trabalhos realizados, os seus nomes, em vários casos, tornaram-se referências obrigatórias na arqueologia. Seja-me permitido dirigir a todos uma palavra especial de apreço e de reconhecimento pela sua resposta afirmativa ao convite que lhes foi dirigido para este nosso colóquio.

Quase todos participaram nas jornadas sobre a **ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado** que aqui tiveram lugar em finais de 1991, cujas actas viram a luz da publicação num belo volume em 1996. São eles que nos vão guiar por épocas tão diversas que vão desde o Paleolítico até tempos mais recentes da arqueologia industrial, não faltando a importante temática da musealização.

A região entre Tejo e Sado é um verdadeiro mosaico de estações arqueológicas, o que não admira. Pela sua situação geográfica foi sempre zona de fixação de populações e de passagem para outras, área por isso privilegiada de contactos e de convergência de culturas. Por mim, afastado de trabalhos de campo mas atento ao que se vai fazendo, serei discípulo atento às lições que nos vão dar.

Não desejarei terminar sem dirigir uma palavra de saudação ao Sr. Presidente da Câmara do Seixal, que nos dá a honra da sua presença, saudação que me permito tornar extensiva aos seus próximos colaboradores nestas áreas da cultura, garantindo a disponibilidade por parte da Universidade Aberta para colaboração futura em actividades deste género.

## Bibliografia subsidiária

Este texto corresponde substancialmente à intervenção oral feita no colóquio sobre Arqueologia e História Regional. Por tal razão, não aparece com notas e citações bibliográficas, mas nem por isso deixamos de indicar alguns títulos bibliográficos de interesse para o tema:

- ALARCÃO J., JORGE V. O (Coord.) — *Pensar a Arqueologia, hoje*, Lisboa, Gradiva 1997.
- AMIN A., THRIFT N. (ed.) — *Globalization, Institutions and Regional Development in Europe*, Oxford, Oxford University Press 1994.
- BAYLE D., HUMEEAU M. S. — *Valoriser le patrimoine de sa commune par le tourisme culturel*, Paris, Ed. Moniteur 1992.
- BENKO G. — *La Science régionale*, Paris, PUF 1998.
- CLUZEAU CL. O. — *Le tourisme culturel*, Paris, PUF 1998.
- COELHO M. H. C., MAGALHÃES R. — *O Poder concelhio: das origens às cortes constituintes*, Coimbra, CEFA, 1986.
- DJIAN J. M. — *La politique culturelle*, Paris, Ed. Le Monde 1996.
- MORIN E., BOCHI G. — CERRUTI M. — *Os problemas do fim de século* (trad.), Lisboa, Ed. Notícias 1990.
- VOLTZ P. — *Mondialization, Villes et Territoires*, Paris, PUF 1996.

# A OCUPAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL, DO PALEOLÍTICO AO BRONZE FINAL

JOÃO LUÍS CARDOSO\*

## 1 — Os testemunhos humanos mais antigos

A Península de Setúbal foi desde muito cedo investigada do ponto de vista arqueológico. Refiram-se, em 1.º lugar, os trabalhos pioneiros do fundador da geologia estratigráfica e da arqueologia pré-histórica portuguesa, o General Carlos Ribeiro, no seu afã de demonstrar a antiguidade da presença humana no nosso território: trata-se da questão do “Homem Terciário”, que esteve na origem da célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880. No concernente à Península de Setúbal, Carlos Ribeiro encontrou objectos por ele considerados trabalhados, atribuídos a depósitos ante-quaternários, e assim publicados (RIBEIRO, 1871). A receptividade que, ao mais alto nível científico, tais descobertas tiveram, evidencia a qualidade da investigação no âmbito da Pré-História, então desenvolvida por Carlos Ribeiro e outros dos seus colegas da então Comissão Geológica. No final do século XIX e princípios do seguinte, destaca-se um outro pioneiro, também oriundo do exército, o Tenente-Coronel António Inácio Marques da Costa, que elaborou a primeira carta arqueológica da região de Setúbal (COSTA, 1907).

Os elementos disponíveis sobre a antiguidade da presença humana inscrevem-na entre as mais recuadas ocorrências, que, actualmente, se conhecem na Europa. Correspondem a sítios outrora ocupados ao longo do nosso litoral: recolheram-se diversas evidências nas

\* Universidade Aberta.

cascalheiras (Formação de Belverde) da área de Santa Marta de Corroios, Arcos, Perú e Basteza da Mó; trata-se de formações marinhas do princípio do Quaternário, as quais, por critérios geológicos, foram atribuídas ao Calabriano, remontando, em termos de cronologia absoluta, a cerca de um milhão e quinhentos mil anos (AZEVEDO *et al.*, 1979; CARDOSO, 1996); dela provêm pequenos seixos de quartzito, achatados, possuindo talhe muito simples, numa das extremidades ou num dos bordos laterais. (Fig. 1).

Naturalmente, dada a falta de recorte tipológico da larga maioria destas peças, algumas poderão ser consideradas duvidosas; em materiais tão antigos e frustes é muitas vezes difícil de identificar intencionalidade; no entanto, algumas não suscitam grandes dúvidas, dada a sequência contínua dos levantamentos; a sua antiguidade, conquanto seja também passível de discussão, visto tratar-se de recolhas feitas à superfície, é sugerida pelo intenso rolamento, contemporâneo do nível marinho correlativo.

Igualmente expressiva da extrema antiguidade de presença humana na região é uma grande lasca de quartzo (Fig. 2), recolhida “in situ” por A. González na Formação Vermelha de Marco Furado (AZEVEDO *et al.*, 1979; AZEVEDO, 1982), num corte observado junto ao cemitério da Baixa da Banheira (CARDOSO, 1996). Tal formação, por critérios geológicos, e pedológicos, foi considerada do Vilafranquiano Médio, o que faz recuar a cronologia desta ocorrência para época anterior a um milhão de anos.

## 2 — O Acheulense

O sítio mais importante, dos escassos até agora reconhecidos, situa-se junto a Samouco, dentro do perímetro da base aérea do Montijo. Do ponto de vista tipológico, ocorrem bifaces de formato e talhe regulares, do Acheulense Superior (Fig. 3); tais indústrias provêm de nível marinho, hoje submerso, de natureza argilosa (ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1978); deste modo, é possível relacioná-lo com período interglaciário, por certo o último, situando tal presença em torno de 100 000 anos (Fig. 4).

## 3 — O Mustierense

As populações acheulenses viviam ao longo de terraços fluviais, relacionados com um antigo Tejo, diferente do actual. As suas sucessoras, de época mustierense, sem abandonarem os vales fluviais mais importantes, iniciaram a sua expansão pelas vastas zonas adjacentes.



FIGURA 1 – Pormenor do gume, obtido por talhe bifacial, de um seixo afeiçãoado pré-Acheulense de Belverde (Coima). Foto de J. L. Cardoso

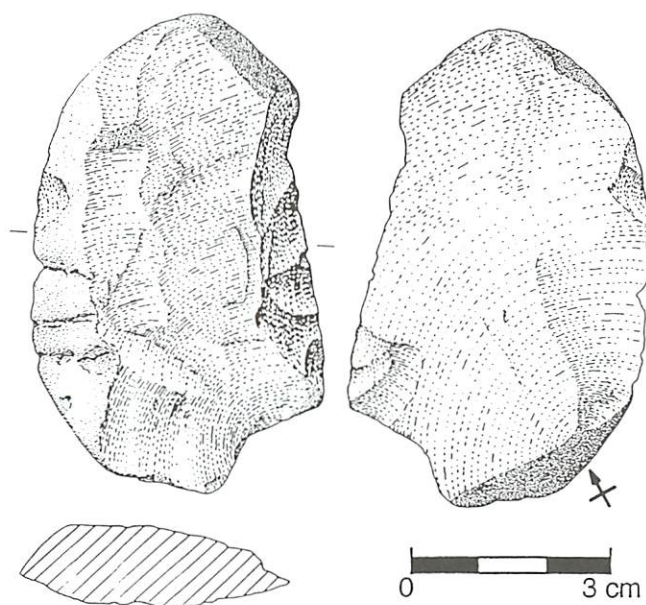


FIGURA 2 – Lasca de quartzo, recolhida *in situ* na Formação Vermelha de Marco Furado, em corte junto do cemitério de Baixa da Banheira. Desenho de B. L. Ferreira

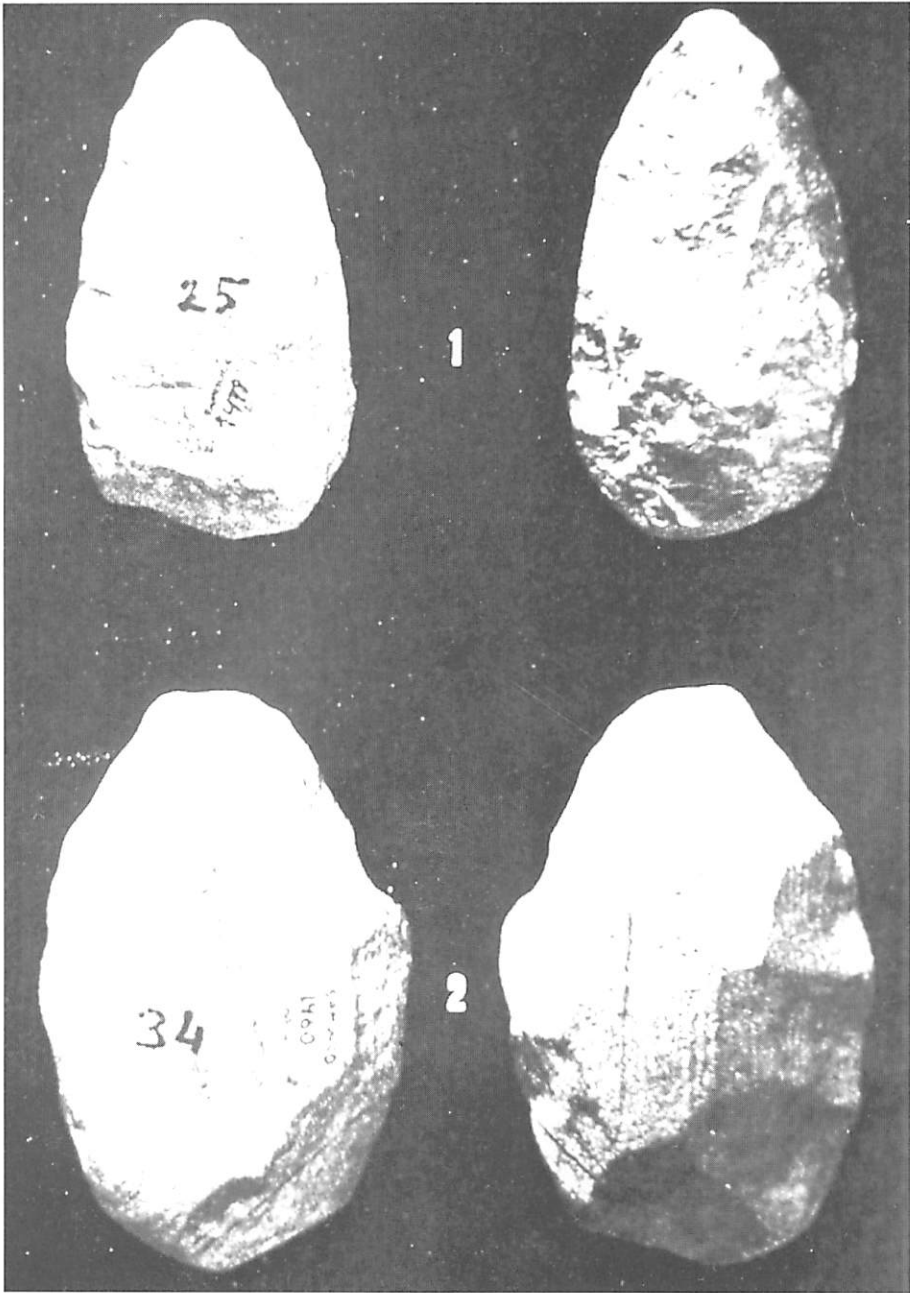


FIGURA 3 – Bifaces do Acheulense Superior da estação de Samouco (segundo ZBYSZEWSKI & CARDOSO, 1978)

Na região em apreço, prospecções realizadas em 1975, permitiram correlacionar estreitamente a dispersão de artefactos mustierenses com níveis de terraços quaternários, essencialmente constituídos por cascalheiras, que se desenvolvem entre Alcochete e o Batedouro, a Oeste do Montijo (CARDOSO & MONJARDINO, 1976/1977). Dessas cascalheiras ainda se conservam importantes retalhos: na região do Alto da Pacheca, perto de Alcochete, recolheram-se numerosos materiais líticos, alguns deles inseridos nos respectivos níveis detríticos; a sua tipologia é inquestionavelmente mustierense. A abundância de núcleos e de lascas sugere a existência, no local, de uma importante oficina. Assim sendo, é estreita a afinidade com um outro sítio, situado a cerca de 1 km e em idêntico contexto geológico (cascalheira de um baixo terraço do Tejo), identificado no decurso do estudo de impacte ambiental da construção da Ponte Vasco da Gama. Trata-se da estação da Conceição; a prospecção arqueológica de superfície então realizada, permitiu identificar nesta zona uma dispersão extraordinária de materiais paleolíticos. Importava, pois, averiguar qual o real interesse estratigráfico do sítio. Para tal, executou-se uma escavação de emergência, em Outubro de 1996 (Fig. 5), cujos resultados não se limitaram a ser entregues sob a forma de um relatório à Lusoponte, o consórcio construtor, dando origem a uma publicação por aquele custeada, o que é de destacar (RAPOSO & CARDOSO, 1998). As indústrias recolhidas são idênticas às do Alto da Pacheca: dominam os núcleos discóides mustierenses (Fig. 6), dos quais se obtinham lascas, utilizadas tal e qual, ou transformadas sumariamente em diversos instrumentos; são frequentes os bordos denticulados, tornando-os assim mais cortantes. A cronologia absoluta, obtida pelo método da termoluminiscência para a referida presença humana, deu o resultado de  $27\ 200 \pm 2500$  BP, fazendo-a corresponder às derradeiras populações neandertalianas em solo europeu, acantonadas na metade setentrional do território peninsular.

Estas importantes ocupações, tanto do Paleolítico Inferior como do Paleolítico Médio do norte da Península de Setúbal, estreitamente relacionadas com o Tejo, e com os depósitos detríticos por ele originados, onde se poderiam obter em abundância os seixos quartzíticos necessários para a confecção de tais artefactos, têm também equivalente no litoral meridional, por razões análogas. Com efeito, desde a década de 1940, que ali se desenvolveram importantes trabalhos de prospecção, do cabo Espichel a Sesimbra (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945; SERRÃO, 1974), em consequência dos quais foram identificadas numerosas estações arqueológicas paleolíticas, relacionadas também com sucessivos níveis de praias quaternárias, actualmente representados por retalhos, mais ou menos erodidos (CARDOSO, 1994). Mercê do



FIGURA 4 – G. Zbyszewski (à direita) descrevendo a estratigrafia da estação acheulense de Samouco (Alcochete), em 1977. Foto de E. Miranda



FIGURA 5 – Aspecto da escavação de emergência realizada na estação mustierense de Conceição (Alcochete). Foto de I. C. Fernandes

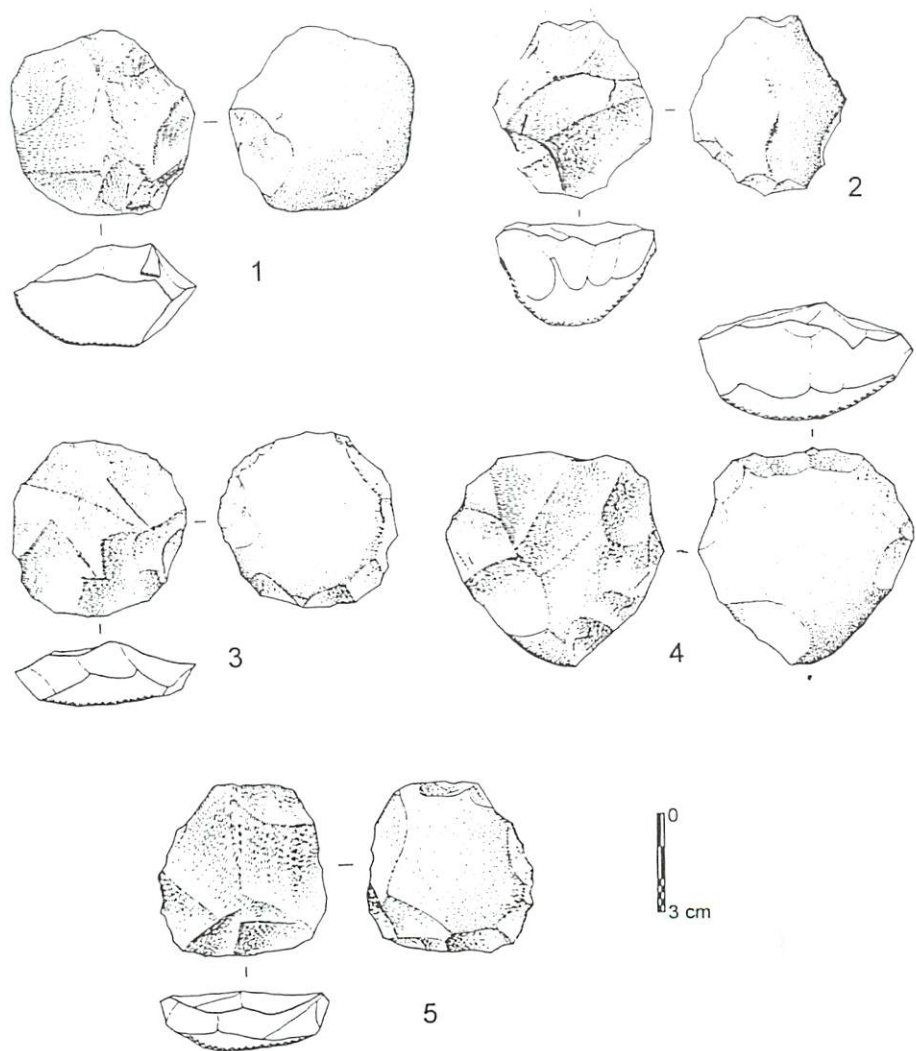


FIGURA 6 – Núcleos discóides mustierenses de Conceição (Alcochete)  
 (segundo RAPOSO & CARDOSO, 1998)

substrato calcário que constitui a ossatura da Arrábida, o entalhe pelo mar foi facilitado; porém, tais rochas apresentam-se suficientemente resistentes à erosão, razão pela qual foram preservados os testemunhos das acções mecânicas aludidas, constituído um dos trechos do litoral português onde melhor se pode observar o dispositivo das rechãs e praias quaternárias, escalonadas em degraus, a diversas altitudes; por isso, foram precocemente reconhecidas e estudadas (CHOFFAT & DOLLFUS, 1904/1907; ZBYSZEWSKI & TEIXEIRA, 1949). Ali predominam as indústrias de pequenos seixos simplesmente talhados, as quais, deste modo, não se podem reportar apenas aos tempos mais recuados da presença humana, sendo um dos casos em que a limitação imposta pela natureza, volume e forma da matéria-prima disponível, foi determinante na tipologia dos artefactos produzidos: daí a designação de indústrias lusitanianas e micro-lusitanianas, por parte de BREUIL & ZBYSZEWSKI (1945), expressiva do particularismo tipológico observado.

Porém, a mais importante ds estações paleolíticas do trecho litoral meridional da Arrábida, corresponde à gruta da Figueira Brava, objecto de escavações prolongadas por uma equipa do Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa (Fig. 7). Esta gruta, que actualmente se abre sobre o mar, a Oeste do pequeno forte do Creiro, situar-se-ia a cerca de 60 m de altitude 30 mil anos antes do presente, como indicam as datas de radiocarbono obtidas (ANTUNES *et al.*, 1989). Assim sendo, a zona que hoje em dia correspondente à foz do Sado, constituía então uma vasta planície litoral rica de gramíneas, onde grandes mamíferos, como o auroque (*Bos primigenius*), o rinoceronte (*Dicerorhinus hemitoechus*) e, eventualmente o mamute (*Mammuthus primigenius*) ou o elefante (*Elephas antiquus*) poderiam encontrar condições adequadas de subsistência: de todas estas espécies foram encontrados restos, nas escavações efectuadas na gruta (ANTUNES, 1990/1991; CARDOSO, 1993) (Fig. 8). Estas permitiram, por outro lado, a recolha de uma abundante indústria lítica associada a tais restos, com predomínio das peças de quartzo, confeccionadas sobre seixos mais ou menos rolados, existentes localmente nos depósitos miocénicos.

Tais peças integram-se, do ponto de vista tipológico-cultural, no conjunto das indústrias mustierenses (CARDOSO & RAPOSO, 1995; RAPOSO & CARDOSO, 1999, 2000) (Fig. 9), como as de Conceição, inscrevendo-se, de igual modo, nos conjuntos produzidos pelos derradeiros bandos neandertalianos, documentados antropológicamente por alguns restos na gruta da Figueira Brava, em cujas descobertas o signatário teve intervenção activa. Algumas peças evidenciam procura deliberada de certas matérias-primas que,

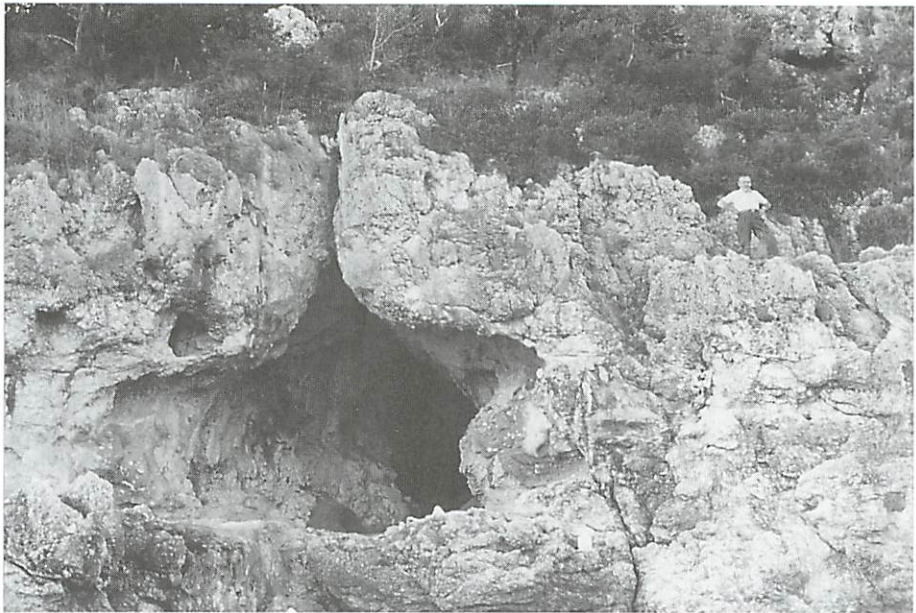


FIGURA 7 – A Gruta da Figueira Brava (Setúbal) vista do mar. Observe-se, de ambos os lados da entrada, restos do enchimento mustierense, correspondente a depósito vermelho brechificado. Foto de J. L. Cardoso

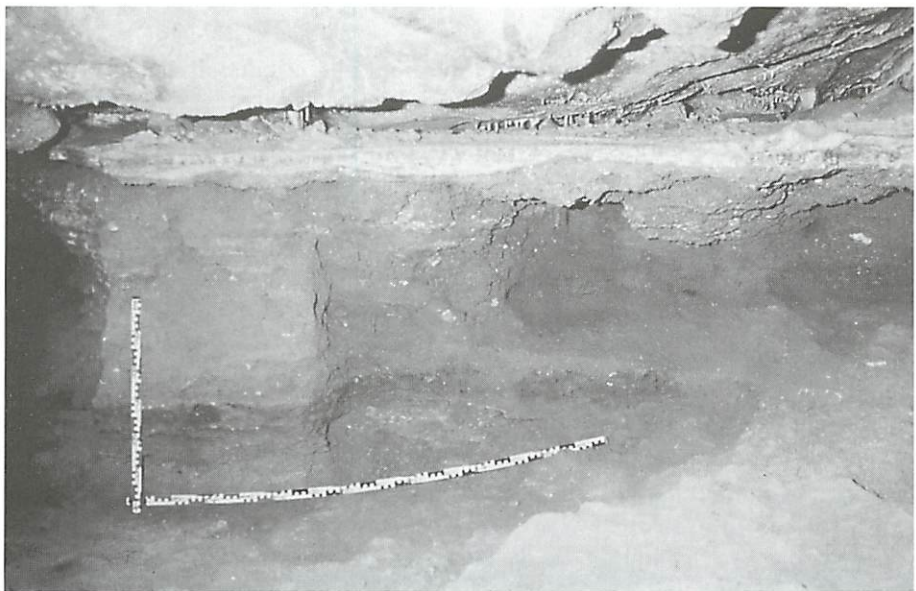


FIGURA 8 – Vista parcial do corte estratigráfico realizado na sucessão mustierense da gruta da Figueira Brava (Setúbal). Observa-se, no topo, leito estalagmítico, na parte média depósito avermelhado mais ou menos brechificado com indústrias mustierenses e restos faunísticos e, na base, leitos carbonosos lenticulares descontínuos (ANTUNES & CARDOSO, 2000, Fig. 28)



FIGURA 8 – Indústrias mustierense de sílex e de quartzo da gruta da Figueira Brava (Setúbal)

pela sua qualidade, justificavam recolha numa área mais alargada: no caso, o sílex poderia provir da serra de São Luís, a mais de 10 km de distância. Tal pesquisa do sílex, documenta o aprovisionamento duma matéria-prima, que, pelas suas características mecânicas, se tornou estratégica para as actividades quotidianas, a partir do Mustierense. Para além da recollecção e da caça de grandes herbívoros na vasta plataforma litoral, então emersa, a cabra montês, cujos restos também se encontraram na gruta, era capturada na serra: a frequência desta deduz-se da ocorrência de algumas peças acumuladas em pequena depressão cársica ali identificada, em tudo semelhantes às recolhidas na gruta da Figueira Brava (ANTUNES *et al.*, 1992); tal significa que os neandertais eram ainda, nesta região como noutras, caçadores não especializados. Consumiam tudo aquilo que pudessem capturar, comportando-se, circunstancialmente, como necrófagos. Esta possibilidade é ilustrada por uma mandíbula de hiena encontrada na gruta, com uma fractura e marcas de fogo evidentes, que sugerem o seu consumo circunstancial; neste contexto se integra a questão, tão discutida, do canibalismo, cuja prática parece estar presente na gruta, partindo da análise de marcas de corte consideradas não acidentais, observadas em dente humano (ANTUNES & CUNHA, 1992).

Do fim do Paleolítico Médio e até ao final da última glaciação, há cerca de 10 mil anos antes do presente, não se reconheceram quaisquer testemunhos seguros da presença humana na Península de Setúbal. Não porque no decurso de tão longo lapso temporal a região estivesse despovoada: uma região com tantos recursos, não deixaria de constituir domínio interessante para a presença humana. Simplesmente, as indústrias então produzidas, normalmente de pequeno tamanho, passam despercebidas: só pesquisas muito cuidadosas no terreno, é que permitiriam a sua identificação. Com efeito, ainda que possamos admitir que, então, boa parte da Península de Setúbal estivesse coberta pela floresta (sobretudo de *Pinus*), é lícito admitir que, sobretudo ao longo do litoral e na adjacência dos estuários dos dois grandes rios que a limitam a Norte e a Sul, tribos aurinhacenses, solutrenses e magdalenenses ali tivessem estacionado: a subida do nível marinho, acompanhado pelo assoreamento dos estuários, pode explicar, em parte, a dificuldade de identificação das sucessivas fases culturais referidas. É provável, contudo, que alguns dos materiais designados por “languedocenses” — que continuam a tradição macrolítica do talhe de grandes seixos de quartzito que era a matéria-prima mais facilmente acessível — correspondam, ao menos em parte, às actividades de tais grupos humanos. Uma das estações onde essas peças, já tardias no âmbito das indústrias macrolíticas, foram encontradas, é a da Ponta do Cabedelo, situada no topo da arriba fósil, perto dos Capuchos, Caparica (FERREIRA, 1951). Trata-se, no caso, de materiais pós-paleolíticos, embalados em areias dunares soltas, acumuladas provavelmente nos primeiros tempos do Holocénico, os quais documentam a continuidade da ocupação humana desta região, logo no início do pós-glaciário (correspondente ao Epipaleolítico).

#### 4 — O Neolítico

A jazida de Fonte de Sesimbra, implantada numa encosta sem condições naturais de defesa e onde se encontraram cerâmicas com decorações incisas e impressas, configurando uma fase avançada do Neolítico Antigo (SOARES, SILVA & BARROS, 1979), representa o início de uma nova fase da ocupação humana da área em causa, marcada pela introdução da agricultura. A metódica exploração dos recursos naturais, incluindo os de carácter geológico já era, então, uma realidade: a existência de uma oficina de talhe de sílex em Amieira (Sesimbra), onde se recolheram abundantes núcleos de sílex (Fig. 10), matéria-prima existente nas imediações, indica actividade especializada, correspondente à obtenção de pequenas lâminas ou de lascas, transformadas ulteriormente em diversos tipos de artefactos (CARDOSO, 1992).

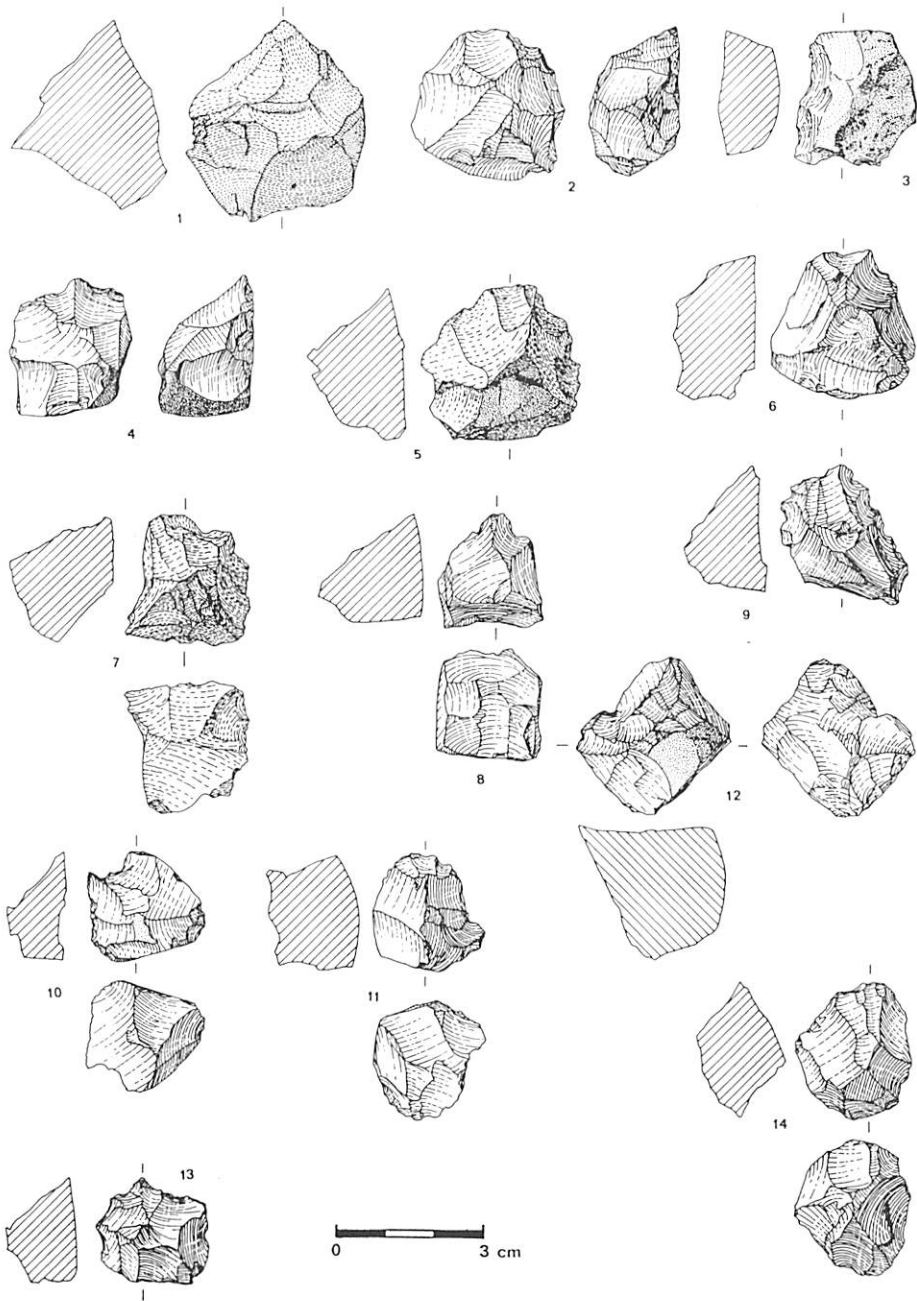


FIGURA 10 – Núcleos de quartzito (1) e de sílex mais ou menos grosseiro (os restantes) da estação do Neolítico Antigo de Amieira, Sesimbra (segundo CARDOSO, 1992)

No Neolítico Médio e no Neolítico Final, as estações da Comporta (Fig. 11), na base da Península de Tróia, documentam, no entanto, a manutenção da importância das práticas de recolção: com efeito, as populações ali sediadas sazonalmente, dedicavam-se, de forma especializada, ao marisqueio (SILVA *et al.*, 1986). Em tal época, situável ao longo do IV milénio a.C., até inícios do seguinte, a Península de Tróia ainda não existia com a actual configuração. Tratava-se, então, de cordão litoral arenoso, progradante de Sul para Norte, mas que ainda não teria fechado uma antiga ligação meridional do Sado ao Oceano; isso mesmo nos é indicado pelas espécies de moluscos encontradas, designadamente, a amêijoia, que evidencia águas de maior salinidade do que aquelas que hoje em dia se podem encontrar na zona, isolada do Oceano pelo referido cordão arenoso. O estudo tipológico dos materiais encontrados — especialmente os cerâmicos, conjuntamente com as datas de radiocarbono obtidas, permitiram definir três fases, de significado cronológico e cultural específico: a 1.<sup>a</sup> fase, do Neolítico Médio; a 2.<sup>a</sup> fase, da transição do Neolítico Médio para o Neolítico Final; e, finalmente, a 3.<sup>a</sup> fase, já do Neolítico Final e da transição deste para o Calcolítico. A este propósito, não é espúrio notar que o único concheiro, cuja proximidade com terrenos de aptidão agrícola sugere o aproveitamento destes, é justamente o mais moderno da série (Pontal).



FIGURA 11 – Vista do concheiro de Malhada Alta, Comporta (Península de Tróia), em segundo plano, dominando a planície aluvionar moderna. Foto de C. Tavares da Silva

As populações que ali viviam durante uma determinada época do ano, ocupariam outros locais, em períodos mais desfavoráveis, eventualmente do outro lado do estuário. De facto, é a partir do Neolítico Final, que o desenvolvimento da exploração dos recursos agro-pastoris assume expressão generalizada, ao mesmo tempo que o aproveitamento dos de ordem geológica se especializam. Refira-se concretamente um desses sítios, a Ponta da Passadeira, no vizinho Concelho do Barreiro, em zona ribeirinha a esteiro do Tejo (SOARES, 1998), onde se escavou conjunto de fornos de cozer cerâmica na transição do Neolítico Final para o Calcolítico, ou já calcolíticos. Tais fornos laboravam com barros extraídos directamente do próprio estuário, possibilitando a produção de recipientes em grande quantidade, os quais, no entender do signatário, poderiam ser ulteriormente distribuídos por diversos povoados da região. Tais povoados implantavam-se sobretudo, em sítios de altura: é o caso do Alto de S. Francisco, no Concelho de Palmela, onde se encontrou apenas um nível arqueológico, do Neolítico Final (SILVA & SOARES, 1986). A crescente preferência por sítios no alto de colinas e com boas condições de defesa tem, obviamente, um significado económico e social. Pela primeira vez, as inovações introduzidas nos sistemas de produção — a tracção animal com o aproveitamento de bovídeos domésticos (que só agora surgem com abundância nos registos arqueológicos, como no nível do Neolítico Final de Leceia), tanto na agricultura (arado) como no transporte de mercadorias (atrelagem a carros) — permitiram aumentos significativos de produção, atingindo-se níveis até então desconhecidos: a tais inovações tecnológicas e aos seus resultados na esfera económica e social deu-se o nome de “Revolução dos Produtos Secundários”.

Os aumentos de produção agro-pastoris referidos, tiveram como resultado imediato a acumulação de excedentes, por parte de comunidades que até então viviam no limiar da subsistência, os quais careciam de protecção adequada, pois deles dependia a própria sobrevivência do grupo em épocas de maior penúria; é deste modo que se pode explicar a crescente preferência pela implantação de povoados em locais com boas condições naturais de defesa, primeiro sem recurso a fortificação, depois, já no Calcolítico, com recurso a estruturas defensivas. Também na área em apreço existem exemplos de tais sítios fortificados, que constituem uma das expressões mais emblemáticas do Calcolítico.

## 5 — O Calcolítico

O povoado do Pedrão implanta-se em esporão rochoso, dominando a baixa de Palmela e o estuário do Sado (Fig. 12). Conquanto não se tenham identificado muralhas, a primeira ocupação calcolítica ali verificada remonta ao Calcolítico Inicial (SOARES & SILVA, 1975). Outro sítio com características



FIGURA 12 – O esporão rochoso de Pedrão (Setúbal), dominando a cidade de Setúbal e o estuário do Sado, ocupado no Calcolítico Inicial e no Campaniforme. Foto de C. Tavares da Silva

semelhantes é o bem conhecido povoado da Rotura, explorado no princípio do século por A. I. Marques da Costa (COSTA, 1905, 1907, 1910). Grandes recipientes de armazenamento (“vasos de provisões”) ali encontrados, pertencentes ao Calcolítico Pleno, documentam, justamente, a existência de excedentes, de forma cada vez mais evidente, no decurso do Calcolítico. Trata-se de um processo de intensificação económica, envolvendo a exploração, de maneira progressivamente mais completa, com recurso a processos técnicos sucessivamente aperfeiçoados, da vasta gama dos recursos naturais potencialmente disponíveis. Entre estes, continuaram a contar-se os produtos da recollecção pura, herdada dos tempos paleolíticos, como a fauna malacológica. Com efeito, as conchas ali encontradas (SILVA, 1963), documentam a exploração de vários biótopos, existentes ao longo do litoral e no próprio estuário do Sado, então mais perto do referido povoado. Tal população explorava, pois, de forma diversificada, o litoral adjacente, onde também pescava: prova disso é a grande quantidade de anzóis de cobre ali encontrados (GONÇALVES, 1971), o conjunto mais numeroso até ao presente reunido num povoado calcolítico, que mostra a importância que a pesca certamente deteria, efectuada a partir das praias ou em pequenas embarcações, no próprio estuário do Sado. Alguns panos

de muros, fotografados por Marques da Costa, poderão pertencer a um dispositivo defensivo calcolítico, tal como outros, identificados por V. Gonçalves (GONÇALVES, 1971).

Outro povoado calcolítico, este seguramente muralhado, situado próximo do estuário do Sado mas dominando visualmente todo o vasto território para Norte, até ao Tejo, é o de Chibanes, também investigado por Marques da Costa (COSTA, 1905, 1907, 1910). Implanta-se no alto de crista longitudinal miocénica (a pré-Arrábida, de Orlando Ribeiro) (Fig. 13). Ali foram identificadas sucessivas presenças humanas, do Neolítico Final ao Período Republicano. A ocupação calcolítica integra uma muralha, subjacente aos níveis da Idade do Ferro (SILVA & SOARES, 1997). É provável que, tanto Chibanes, como a Rotura, ambos com ocupações importantes no Calcolítico Pleno, tenham resultado do abandono do Pedrão, sítio existente nas proximidades de ambos (mais perto da Rotura), cuja importante ocupação ali identificada no Calcolítico Inicial, foi interrompida, para só se afirmar de novo no Campaniforme (SOARES & SILVA, 1975).

Um outro sítio que carece de exploração é o bem conhecido Castro de Sesimbra, que ainda não foi objecto de escavações adequadas; a prospecção de superfície mostrou a existência de muralhas, que tivemos a oportunidade de



FIGURA 13 – A crista miocénica de Chibanes, localmente ocupada no Calcolítico e na Idade do Ferro.

Foto de C. Tavares da Silva

identificar, no que fomos, sem que disso então tivéssemos conhecimento, antecédidos por outros: é o que se concluiu da observação de esboço existente no Caderno de Campo de O. da Veiga Ferreira, do ano de 1966 (Fig. 14).

No final do Calcolítico, é provável que o modelo de sociedade baseado em sítios fortificados, nos quais a população se concentrava, hostilizando-se mutuamente, terá entrado em colapso. Com efeito, o panorama de então poderá ser conotado com o que hoje em dia se poderia designar por desenvolvimento não sustentado; o clima de conflito generalizado, então existente, que limitava em muito o pleno desenvolvimento das capacidades produtivas e criadoras da sociedade, ditou o seu próprio declínio: assim se explica o abandono quase generalizado, observado em tais sítios, sobretudo ao nível das estruturas defensivas, apesar da crescente capacidade económica das respectivas populações. No final do Calcolítico, voltam, de novo, a afirmar-se, na península de Setúbal, povoados abertos, implantados no alto de pequenas colinas, como os do Neolítico Final. Remontam ao período Campaniforme, no decurso do qual se observa o retorno a um modelo de povoamento anterior, de que são exemplo os sítios do Moinho da Fonte do Sol (Fig. 15), no Concelho de Palmela (SOARES, BARBIERI & SILVA, 1972), ou o Povoado das Malhadas (Fig. 16), também na região de Palmela, onde se identificou apenas um único nível arqueológico, integrável no período Campaniforme (SOARES & SILVA, 1974/77).

Este modelo de sociedade, que corresponde à fissão de povoados de maiores dimensões e por vezes fortificados, onde a população se concentrava, foi, de certo modo, a resposta encontrada, para contornar o impasse a que a mesma tinha sido conduzida. Este novo paradigma demográfico, caracterizado pelo povoamento disperso, em pequenos núcleos ou sítios de cunho quase (ou mesmo) familiar, ao contrário do que se poderia ingenuamente pensar, caso se tivesse apenas em consideração a falta de monumentalidade de tais locais comparativamente aos do período anterior, não representou qualquer regressão, tanto do ponto de vista económico como social. Ao contrário: a complexificação da sociedade prosseguiu, consubstanciando-se em formas de diferenciação social, que se vieram a verificar imediatamente a seguir, no decurso da Idade do Bronze: disso é prova o chamado “pacote campaniforme”, panóplia de artefactos de circulação e produção supra-regional, com destaque para as peças de cobre, matéria-prima inexistente na região, cuja aquisição, por parte destas populações, pressupõe necessariamente uma base económica que só a exploração, cada vez mais aperfeiçoada, dos recursos agro-pastoris poderia proporcionar. A presença insistente de armamento (pontas Palmela, punhais e adagas), pressupõe mesmo a emergência de um segmento guerreiro, no seio da sociedade, o qual virá a afirmar-se plenamente, no decurso da Idade do Bronze.



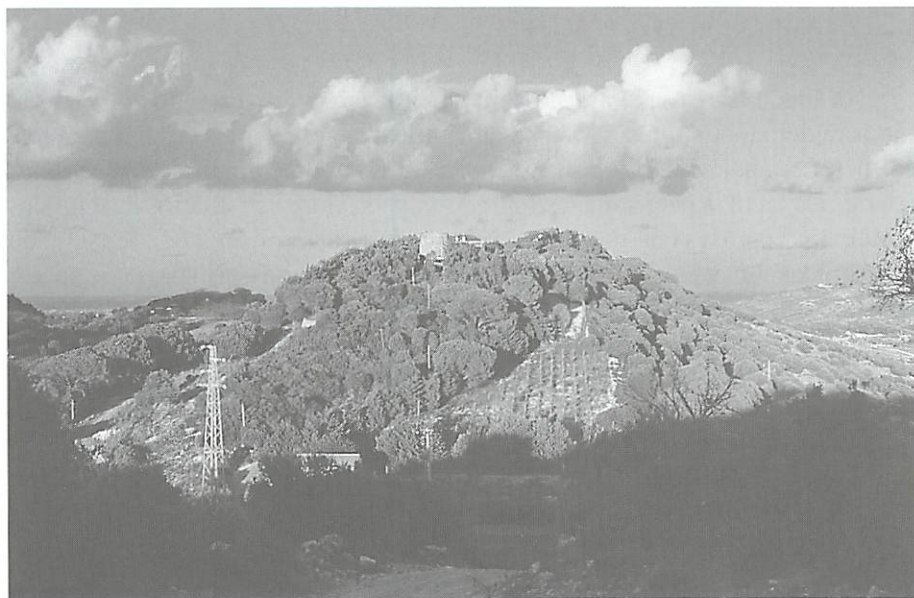


FIGURA 15 – Povoado do Moinho da Fonte do Sol, Palmela. Foto de C. Tavares da Silva



FIGURA 16 – Povoado de Malhadas, Palmela. Foto de C. Tavares da Silva

## 6 — A Idade do Bronze

Na Idade do Bronze assiste-se à generalização dos produtos de difusão supra-regional, cuja presença já se encontrava sugerida anteriormente, mercê do pleno estabelecimento e manutenção de vias comerciais estáveis e duradouras. De facto, a península de Setúbal, situada entre os estuários de duas das principais vias fluviais que atravessam o território português, desde cedo constituídas em meios de circulação de bens e matérias-primas, de e para o interior, rico de recursos de natureza muito diversa, não poderia deixar de reflectir tal situação. À fase terminal da Idade do Bronze, pertencem dois achados de artefactos de bronze, ambos do concelho de Sesimbra. Perto da povoação de Pedreiras, encontrou-se ocasionalmente um machado de alvado com dois anéis para encabamento e uma foice de talão do tipo Rocanes; em Alfirim, recolheu-se um machado de alvado sem anéis e um outro, do tipo do anterior (SERRÃO, 1966) (Fig.17). A distribuição tipológica destes tipos artefactos metálicos à escala supra-regional, mostra que se acantonam precisamente na região estremenha: trata-se, pois, de produções locais, de onde seriam exportadas, chegando, nalguns casos a atingir o Mediterrâneo Central, cujos sítios com bronzes peninsulares ou de imitação peninsular se concentram na Sardenha, dispersando-se também pela Sicília e pelo litoral ocidental da Itália (Lo SCHIAVO, 1991; COFFYN & SION, 1993); inscrevem-se, claramente, no comércio atlanto-mediterrâneo, que caracterizou os finais da Idade do Bronze, já nos inícios do I Milénio a. C. A Estremadura comportava-se, então, como “placa giratória”, articulando os domínios setentrionais com os meridionais e o litoral com o interior (KALB, 1980), aspecto bem evidenciado na região em estudo. Nestes termos, ganha acrescido significado o molde de arenito para o fabrico de foices do tipo das referidas, encontrado em Rocanes, Cacém, já a Norte do estuário do Tejo (FONTES, 1916). O facto de, para a sua fundição, ser necessário simultaneamente o cobre e o estanho, matérias-primas oriundas, respectivamente, do centro interior do país, através do Tejo e dos seus afluentes da margem direita, e do interior baixo-alentejano, pela via do Sado, é bem demonstrativo da importância económica atingida ao tempo pela região, no âmbito de tais produções, em parte destinadas a exportação pela via marítima. Com efeito, a aquisição destas matérias-primas, de custo elevado, não se poderá explicar apenas pela bem sucedida actividade agro-pastoril então desenvolvida; será necessário admitir proventos mais importantes, decorrentes das mais-valias retiradas do comércio transregional dos próprios objectos previamente adquiridos ou localmente manufacturados. Claro que o abastecimento de tais matérias-primas poderia

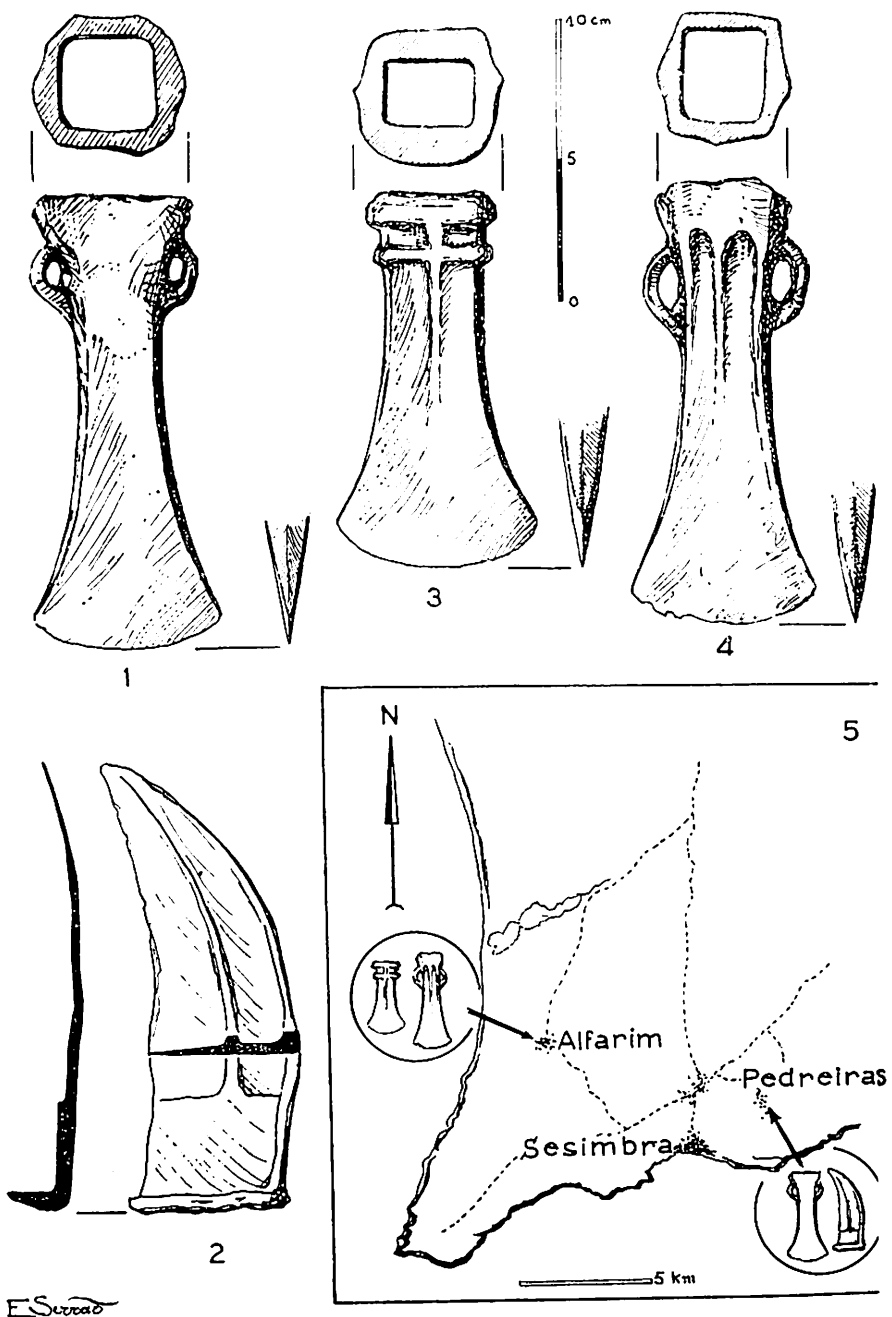


FIGURA 17 – Materiais do Bronze Final de Alfarrim e Pedreiras (segundo Serrão, 1966)

ainda obter-se por troca de outros produtos valiosos, como o sal, produzido tanto no estuário do Tejo como no do Sado, cuja importância, ainda que não demonstrada, era previsível, para o abastecimento das populações do interior que dele careciam em absoluto. Outra matéria-prima de alto valor era o ouro, de exploração sazonal no estuário do Tejo (Almada, Trafaria) e no litoral oceânico adjacente (Adiça), seguramente desde o Calcolítico.

Os pequenos casais agrícolas, onde se desenvolvia uma agricultura especializada, centrada nas produções cerealíferas — para tal conclusão concorrem as três foices de bronze conhecidas na Península de Setúbal, respectivamente em Pedreiras (já referida), Calhariz e Fonte de Rotura (COFFYN, 1985), cuja cronologia se pode situar em torno do século IX AC — certamente estariam na dependência de centros mais importantes, dos quais eram tributários, situados em zonas altas, ocupados pelo segmento dominante da sociedade. A realidade social do Bronze Final da região estremenha (CARDOSO, 1995; CARDOSO, 1997/1998), seria assimilável a uma pirâmide cujo vértice superior correspondia à elite guerreira, então já plenamente afirmada. Expressão da sua existência, além das jóias ou outros elementos de luxo e de adorno, são as armas, representadas por dois exemplos na região em apreço: um pequeno punhal do tipo “Porto de Mós”, recolhido na Lapa do Fumo, Sesimbra (COFFYN, 1985); e, sobretudo, uma espada do tipo “língua de carpa” (GOMES, 1992), recuperada em dragagem efectuada defronte dos antigos estaleiros da firma Parry & Son, em Cacilhas (Fig. 18). A sua ocorrência remete para as oferendas às divindades aquáticas cultuadas no Bronze Final. Com efeito, M. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO (1995 a) inventariou numerosas ocorrências de espadas recuperadas em dragagens efectuadas nas desembocaduras dos principais rios peninsulares, relacionadas com tais práticas culturais; a alternativa, sempre possível, seria a de atribuir este achado a um naufrágio ou a perda acidental, a qual, porém, perde consistência face à regularidade das ocorrências. As armas são a expressão mais relevante da presença do segmento guerreiro no seio das elites do fim do Bronze Final (ou Bronze Final II) da região em apreço. Peças de elevado cunho simbólico, a elas — e, em particular às espadas — estava reservado o papel de exteriorização desse poder temporal, raramente expresso por acções violentas. Como bem assinala R. VILAÇA (1995), são escassíssimos os testemunhos de conflitos armados no Bronze Final, em contraste com a abundância de armas então em circulação.

Também escassas — certamente por falta de escavações nos locais mais promissores — são as informações sobre povoados de altura do Bronze Final da região em causa. Um dos sítios conhecidos é o Castelo dos Mouros, elevação situada na encosta meridional da Arrábida, onde C. Tavares da Silva e J. Soares



FIGURA 18 – Zona dos antigos estaleiros da Parry & Son, em Cacilhas, onde foi recuperada uma espada do tipo “língua de carpa”, nas dragagens efectuadas na década de 1950. Foto de J. L. Cardoso

recolheram, à superfície, fragmentos cerâmicos desta época (SILVA & SOARES, 1986). Neste, entre outros locais, se sediaria a elite que administraria um território de limites então bem definidos.

A Península de Setúbal, especialmente a sua frente estuarina do Tejo e a equivalente sadina, detinha, então, excelentes condições de apoio à navegação litoral, responsável pela circulação de produtos metálicos, de expressão trans-regional, como os referidos. Por certo, parte dessas produções eram controladas pelas elites, que deste modo assegurariam o abastecimento das matérias-primas, através de pactos transregionais, seguido da sua transformação e, por último, da respectiva distribuição e comércio, incluindo exportação para o Mediterrâneo; dali proviriam, em contrapartida, sobretudo objectos de adorno, armas e peças de índole ritual, destinadas ao uso das elites. No que concerne à região em estudo, merece destaque o sítio da Quinta do Marcelo, Almada. Num contexto do Bronze Final de onde se destaca a característica cerâmica com ornatos brunidos no interior e no exterior, de evidente origem ou inspiração andaluz (Fig. 19), foi recolhido um conjunto que bem evidencia tais contactos: merece destaque uma fíbula de dupla mola (BARROS, 1998), um dos exemplares mais recuados destas fíbulas, consideradas por A. COFFYN (1985) como resultantes da evolução, no litoral levantino peninsular, das fíbulas de cotovelo. Aquela

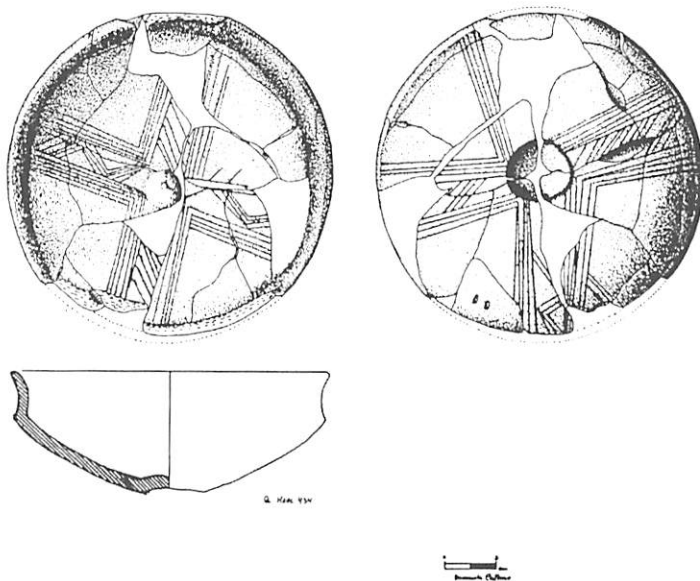


FIGURA 19 – Taça carenada com decoração de ornatos brunidos no interior e exterior da Quinta do Marcelo (seg. BARROS, 1998)

estrutura também continha diversas pequenas facas de ferro, cuja antiguidade e contexto cultural é nitidamente pré-colonial. Deste modo, conclui-se que a introdução de peças de ferro, na região, se verificou em época anterior à presença fenícia, aliás à semelhança do que R. VILAÇA (1995) observou em povoados do sul da Beira Interior. O exemplar em melhor estado (BARROS, 1998), corresponde a uma peça de corpo curvo, idêntica a dois exemplares do povoado da Moreirinha, Idanha-a-Nova, justamente comparada com exemplares dos séculos XIII/XII da Grécia e de Chipre (VILAÇA, 1995). Aliás, segundo Lo SCHIAVO (1991), a introdução do ferro na Sardenha deve-se a comerciantes cipriotas, tendo-se verificado pela mesma época. Dali, ter-se-ia difundido para ocidente, por via da actividade comercial de sardos, actuando como intermediários dos comerciantes do Mediterrâneo oriental. Assim se explica a sua chegada precoce à Península, a qual pressupõe a presença ou, ao menos, a frequência esporádica do seu litoral por comerciantes das ilhas do Mediterrâneo central, afinal os mesmos que para ali transportariam artefactos peninsulares de bronze, os quais têm a sua melhor expressão no conjunto encontrado no Monte Sa Idda, Cagliari, Sardenha (TARAMELLI, 1921). Neste contexto, o monumento da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, ganha significado e importância acrescidos (Fig. 20). Escavado em finais de 1972 (SPINDLER &



FIGURA 20 – Vista parcial do sepulcro da Roça do Casal do Meio, Calhariz (Sesimbra) depois de escavado. Em primeiro plano, observa-se a câmara, circular e uma tumulação em decúbito lateral (sepultura 2). Em segundo plano, o corredor do monumento, selado junto da entrada por grande bloco (*stomion*).  
Foto de K. Spindler / O. da Veiga Ferreira

FERREIRA, 1973), trata-se de sepulcro único no seu género na Península Ibérica; tanta estranheza causou, que foi por alguns considerada a hipótese de corresponder, simplesmente, a reutilização de um sepulcro calcolítico (BELÉN *et al.*, 1991), a qual não é confirmada pelas características arquitectónicas e construtivas bem como pelos rituais funerários nele praticados (CARDOSO, 2000 a, 2000 b). O alto estatuto dos dois indivíduos (um seguramente masculino) que ali foram sepultados é evidente, como evidentes são as afinidades mediterrâneas do espólio que os acompanhava: a uma fíbula de enrolamento no arco, de afinidades sicilianas, a que se pode atribuir cronologia dos séculos XI ou X AC, somam-se duas pinças, também de bronze (Fig. 21), talvez relacionadas com o tratamento da barba, atributo de estatuto social em diversas culturas pré-clássicas (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1995 b) e um pente, utilizável para o mesmo fim, uma das raras peças de marfim peninsulares pré-coloniais, certamente de origem norte-africana. A pequenez e fragilidade da fíbula é, por outro lado, compatível com um fecho de cinto a ela associado: um e outro, pertencentes à sepultura 2, pressupõem tecidos finos, por certo uma das produções de maior interesse para as elites locais, justificando-se a sua importação.

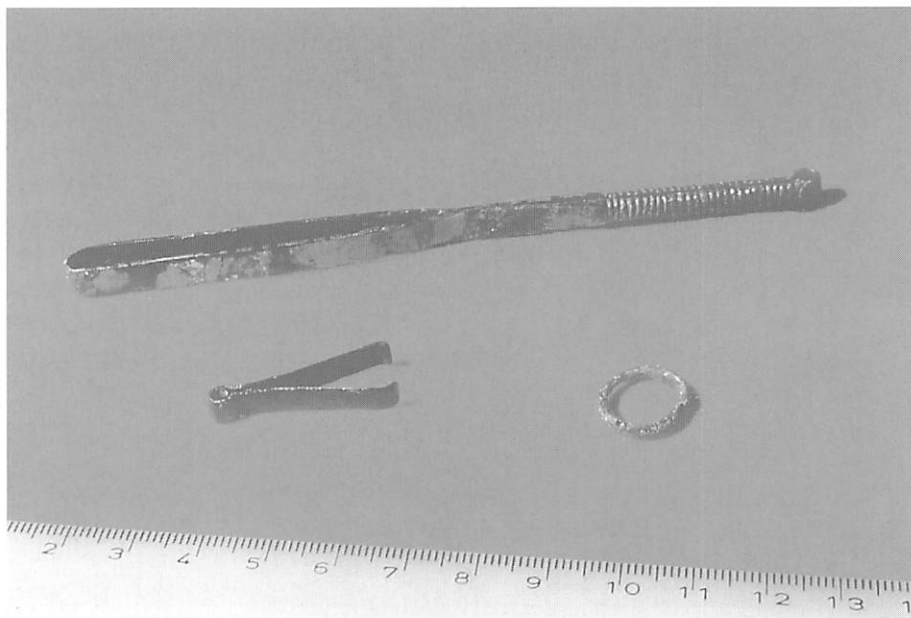


FIGURA 21 – Pinças de bronze recolhidas no sepulcro da Roça do Casal do Meio, Calhariz (Sesimbra).  
À direita, em baixo, argola, também de bronze. Foto de M. Leitão

As características apontadas, somadas às do sepulcro — contrastando com a sabida “penumbra” associada às tumulações do Bronze Final peninsular — fazem deste sítio uma das mais expressivas provas das influências culturais mediterrâneas, resultantes do comércio estabelecido com o ocidente peninsular nos finais do II ou inícios do I milénio a. C., anterior aos primeiros estabelecimentos fenícios ocidentais. Se os dois indivíduos ali tumulados pertenciam às elites locais, aculturadas aos costumes exógenos, ou eram mesmo comerciantes de origem sarda, é aspecto que, no estado actual dos conhecimentos, parece temerário discutir. A admitir esta segunda hipótese, ter-se-iam de procurar os locais de comércio, junto à costa, à semelhança do verificado, um pouco mais tarde, a partir do século IX AC, com a chegada e implantação na região dos comerciantes fenícios à região.

Desta forma, a Baixa Estremadura configurava-se, no fim do Bronze Final, como uma entidade geográfica, económica e cultural que garantia a articulação dessa realidade dual — o Atlântico e o Mediterrâneo — de cujo caldeamento resultou um dos traços essenciais e permanentes do território português, subjacente à própria identidade nacional.

## BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (1990/1991) — O Homem da gruta da Figueira Brava (ca. 30 000 BP). Contexto ecológico, alimentação, canibalismo. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa. 31: 487-536.
- ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (2000) — Gruta Nova da Columbeira. Gruta das Salemas and Gruta da Figueira Brava. Stratigraphy, and chronology of the pleistocene deposits. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* (Classe de Ciências). Lisboa. 38: 23-67.
- ANTUNES, M. T. & CUNHA, A. S. (1992) — Neanderthalian remains from Figueira Brava cave, Portugal. *Geobios*. Lyon. 25 (5): 681-692.
- ANTUNES, M. T.; CABRAL, J. M. P.; CARDOSO, J. L.; PAIS, J. & SOARES, A. M. M. (1989) — Paleolítico Médio e Superior em Portugal: datas 14 C, estado actual dos conhecimentos, síntese e discussão. *Ciências da Terra*. Lisboa. 10: 127-138.
- ANTUNES, M. T.; CARDOSO, J. L.; KULLBERG, J. C. & LEGOINHA, P. (1992) — Paleolítico Médio em Galapós: o enquadramento geológico e a ocupação humana na Arrábida. *Ciências da Terra*. Lisboa. 11: 7-16.
- AZEVEDO, T. M. (1982) — *O sinclinal de Albufeira. Evolução pós-miocénica e reconstituição paleogeográfica*. Dissertação de doutoramento (Universidade de Lisboa). Lisboa, 302 p.
- AZEVEDO, T. M.; CARDOSO, J. L.; PENALVA, C. & ZBYSZEWSKI, G. (1979) — Contribuição para o conhecimento das indústrias mais antigas do território português: as jazidas com "Pebble Culture" da Formação de Belverde — península de Setúbal (Vilafranquiano Médio)". *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5: 31-45.
- BARROS, L. (1998) — *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Câmara Municipal de Almada, 49 p.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) — *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire. II — les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage*. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 26, 662 p.
- CARDOSO, J. L. (1992) — A jazida neolítica da Amieira (Sesimbra). Nota da sua identificação. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 2: 10-14.
- CARDOSO, J. L. (1993) — *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Dissertação de doutoramento (Universidade Nova de Lisboa). Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras, 567 p.
- CARDOSO, J. L. (1994) — O litoral sesimbrense da Arrábida. Resenha dos conhecimentos da sua evolução quaternária e das ocupações humanas correlativas. *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 4: 5-12.
- CARDOSO, J. L. (1995) — O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34: 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996) — As praias calabrianas da Estremadura Portuguesa e as primeiras comunidades peninsulares: o estado da questão. *Actas dos II Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais, 1995). Câmara Municipal de Cascais. 1: 213-254.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) — O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7: 169-187.
- CARDOSO, J. L. (2000 a) — A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa estremadura. *Discursos*. Lisboa. 2 (série III): 243-251.

- CARDOSO, J. L. (2000 b) — Na Arrábida, do Neolítico Antigo ao Bronze Final. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa, 14: 45-70.
- CARDOSO, J. L. & MONJARDINO, J. (1976/1977) — Novas jazidas paleolíticas dos arredores de Alcochete. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 2/3: 7-48.
- CARDOSO, J. L. & RAPOSO, L. (1995) — As indústrias paleolíticas da gruta da Figueira Brava (Setúbal). *Actas da 3.<sup>a</sup> Reunião do Quaternário Ibérico* (Coimbra, 1993). Coimbra: 451-456.
- CHOFFAT, P. & DOLLFUS, G. F. (1904/1907) — Quelques cordons littoraux marins du Pléistocène du Portugal. *Comunicações da Comissão dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 6: 158-173.
- COFFYN, A. (1985) — *Le Bronze Final atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Diffusion De Boccard: 441 p.
- COFFYN, A. & SION, H. (1993) — Les relations atlanto-méditerranéennes: éléments pour une révision chronologique du Bronze Final atlantique. *Méditerranée*. Lisboa, 2: 285-310.
- COSTA, A. I. M. (1905) — Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 10: 185-193.
- COSTA, A. I. M. da (1905) — Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 10: 185-193.
- COSTA, A. I. M. (1907) — Estações prehistóricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 12: 206-217.
- COSTA, A. I. M. (1910) — estações prehistóricas dos arredores de Setúbal. Appendice. Homem protohistórico. Idades do Bronze e do Ferro no castro de Chibanês. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 15: 55-83.
- FERREIRA, F. B. (1951) — Notícia de novos achados na estação arqueológica da Ponta do Cabedelo (Costa da Caparica). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 1 (série II): 117-123.
- FONTES, J. (1916) — Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 21: 337-347.
- GOMES, M. V. (1992) — A Idade do Bronze Final. *Proto-História de Portugal*. Universidade Aberta. Lisboa: 103-125.
- GONÇALVES, V. S. (1971) — *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Junta Distrital de Setúbal. Setúbal, 199 p.
- KALB, P. (1980) — O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (Guimarães, 1980). Guimarães, 1: 112-138.
- Lo SCHIAVO, F. (1991) — La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final atlantique. *Actes du 1er. Colloque du Parc Archéologique de Beynac “L’Âge du Bronze Atlantique* (Beynac, 1990) (Ch. Chevillot & A. Coffyn, ed.). Beynac: 213-226.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (1998) — *O sítio do Paleolítico Médio da Conceição (Alcochete)*. Centro de Estudos e Monitorização Ambiental da Lusoponte. Lisboa, 74 p.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (2000 a) — Mousterian industries of the gruta da Figueira Brava. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Ciências)*. Lisboa, 38: 305-323.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (2000 b) — A gruta da Figueira Brava (Setúbal) no contexto do Paleolítico Médio Final do Sul e Ocidente ibéricos. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa, 14: 7-19.
- RIBEIRO, C. (1871) — *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Academia Real das Ciências de Lisboa. Lisboa, 57 p.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 a) — Depositos del Bronce Final: sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? *Complutum Extra*. Madrid. 5: 21-32.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995 b) — El significado de la ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. *Complutum Extra*. Madrid. 5: 129-155.
- SERRÃO, E. C. (1966) — Bronzes de Alfirim e de Pedreiras, Sesimbra. Subsídios para o estudo do Bronze Atlântico. *In Memoriam do Abade Henri Breuil*. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. 10 (série III): 303-330.
- SERRÃO, E. C. (1974) — O Paleolítico do concelho de Sesimbra — uma síntese. *Estudos Arqueológicos* (trabalhos do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu Arqueológico de Sesimbra). Setúbal. 1: 17-32.
- SILVA, C. T. (1963) — *Fauna malacológica do castro da Rotura*. Tertúlia Ciência, Cultura e Saber. Setúbal: 30 p.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) — *Arqueologia da Arrábida*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Natural. Lisboa: 211 p.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1997) — Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais* (Homenagem ao Professor António Augusto Tavares). Lisboa. 6: 33-66.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S. & REIS, C. (1986) — Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14 C) e paleoambientais. *Arqueologia*. Porto. 14: 59-82.
- SOARES, J. (1998) — Escavações arqueológicas em Setúbal. *Al-madan*. Almada. Série II, 7: 8.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1975) — A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1: 53-153.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1974/1977) — O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7/9 (série III): 102-112.
- SOARES, J. BARBIERI, N. & SILVA, C. T. (1972) — Povoado calcolítico do Moinho da Fonte do Sol (Quinta do Anjo — Palmela). *Arqueologia e História*. Lisboa. 4 (série IX): 235-268.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. & BARROS, L. (1979) — Identificação de uma jazida neolítica em Fonte de Sesimbra (Santana, Sesimbra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5: 47-65.
- SPINDLER, K. & FERREIRA, O. V. (1973) — Der Spätbronzezeitliche Kuppelbau von der Roça do Casal do Meio in Portugal. *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg. 14: 60-108.
- TARAMELLI, A. (1921) — Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di Decimoputzu (Cagliari). *Monumenti Antichi*. 27: 6-107.
- VILAÇA, R. (1995) — Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1): 487 p.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978) — As indústrias paleolíticas de Samouco e sua posição dentro do conjunto quaternário do Baixo Tejo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 63: 567-609.
- ZBYSZEWSKI, G. & TEIXEIRA, C. (1949) — Le niveau quaternaire marin 5-8 m au Portugal. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Porto. 8: 1-6.

## ARQUEOLOGIA ROMANA E MEDIEVAL:

### As olarias romanas da margem esquerda do estuário do Tejo e a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Seixal)

JORGE RAPOSO\*

#### Notas Prévias

Ao procurarmos corresponder ao amável convite da Universidade Aberta, a quem cabe o mérito da feliz iniciativa que deu origem a esta publicação (em boa hora secundada pela Câmara Municipal do Seixal), impõe-se que o texto, tal como sucedeu aquando da intervenção oral, seja antecedido de duas breves notas prévias.

Em primeiro lugar, entendemos o desafio que nos foi dirigido não no sentido literal que o título genérico divulgado pela organização daria a entender — “Arqueologia Romana e Medieval em Torno do Estuário do Tejo” —, implicando a síntese de uma ampla diacronia onde a informação disponível é ainda muito lacunar (e que talvez outros estejam em melhores condições para realizar), mas antes como uma oportunidade para divulgar dois projectos de investigação em curso que se enquadram no âmbito proposto: um sobre os centros de produção oleira de época romana até agora identificados na margem esquerda do estuário do Tejo, outro dedicado à necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro, no Seixal. É uma restrição óbvia que, todavia, se procurará reverter pela positiva ao objectivar o tema de forma que, eventualmente, terá resultado mais interessante e produtivo para os que assistiram ao evento e, espera-se, satisfaça igualmente os leitores das linhas que agora se dão à estampa.

\* Ecomuseu Municipal do Seixal

Por outro lado, o trabalho apresentado está longe de corresponder a um esforço individual. Pelo contrário, resulta de um forte empenhamento institucional da Câmara Municipal do Seixal, através do seu Ecomuseu, do Centro de Arqueologia de Almada, bem como da conjugação do saber e envolvimento pessoal de muitas companheiras e companheiros (parte dos quais com prazer se reencontraram na bela sala das caldeiras Babcock da antiga fábrica de cortiça Mundet) que, na coordenação dos projectos, no enquadramento técnico ou pela simples participação nos trabalhos de campo ou de gabinete, contribuíram decisivamente para a acumulação de um conhecimento que hoje é possível difundir em iniciativas como esta, de modo a garantir a sua indispensável circulação no meio científico e, em última instância, na comunidade em geral.

### **Arqueologia romana**

O estudo da época romana justificou o desenvolvimento de um ambicioso projecto de investigação regional com incidência no baixo Tejo, materializado numa primeira fase de intenso trabalho de campo que se centrou no período de 1985 a 1991, quando se escavaram a fábrica de salga de Cacilhas (1987, Almada) e as olarias do Porto dos Cacos (1985-1990, Alcochete), Quinta da Garrocheira (1987, Benavente) e Quinta do Rouxinol (1986-1991, Seixal).

Sob a denominação de *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*, que se manteve até 1996, este projecto<sup>1</sup> contou então com apoios pontuais do Instituto Português do Património Cultural/Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPC/IPPAR)<sup>2</sup>, da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto Português da Juventude, embora fosse essencialmente suportado pelas câmaras municipais dos concelhos abrangidos e pelo Centro de Arqueologia de Almada, associação com largo historial de intervenção na zona.

Os resultados mais significativos foram obtidos nas olarias da Quinta do Rouxinol e do Porto dos Cacos (ver figura 1), quer em termos patrimoniais, uma vez que a primeira foi rapidamente classificada como Monumento Nacional e decorre processo idêntico para classificação da segunda, quer na perspectiva da interpretação científica, cultural e pedagógica das estruturas identificadas e do espólio recolhido. O reconhecimento, ao mais alto nível, da importância destes sítios decorre do seu valor intrínseco enquanto vestígios de um período que marcou fortemente as instituições, a cultura, a organização social, a língua e muitos outros aspectos do nosso quotidiano, mas também do



fotografia de Jorge Raposo - Ecomuseu Municipal do Seixal

FIGURA 1 – planta de localização das olarias romanas da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)

facto de até então se desconhecerem por completo os fornos de onde saíam a loiça doméstica e a cerâmica de construção que abasteciam uma já numerosa população na zona de *Olisipo* (Lisboa) e arredores e, principalmente, onde se produziam os contentores destinados às várias unidades de salga e preparação de peixe que, a partir de ambas as margens do estuário, alimentaram durante cerca de cinco séculos um intenso mercado exportador.

Da antiga Quinta do Rouxinol pouco mais resta que o topónimo, adoptado pela urbanização que, nos anos de 1970 e 1980, ocupou os terrenos que sustentaram gerações de agricultores. Uma palmeira isolada preserva a memória do local onde se ergueu o edifício principal, de modesta arquitectura popular, muito transformado pelo uso e já bastante arruinado no momento da demolição, a ponto de raros elementos arquitectónicos atestarem a presença da ermida dedicada a Santo António da Olaya, que há muito perdera o carácter de espaço religioso, embora tenha chegado a desempenhar funções temporárias de sede paroquial após o grande terramoto de 1755.

Contudo, a localização privilegiada na margem de um dos esteiros do Tejo é facilmente apreendida por quem observa a estreita faixa que resistiu junto ao rio, ainda que o sapal tenha conquistado parte daquela que durante séculos foi a principal via de acesso de pessoas e bens. A proximidade do moinho de maré de Corroios<sup>3</sup> recorda igualmente outras formas de utilização dos recursos naturais e das matérias-primas disponíveis, de há muito exploradas pela população local.

Isso mesmo pudemos constatar em 1986, no momento em que o acompanhamento de obras de saneamento básico revelou um forno de cerâmica de época romana (DUARTE 1990), descoberta que as escavações arqueológicas subsequentes alargariam a um segundo, aos vestígios de um eventual terceiro e, ainda, a uma outra pequena estrutura de combustão (ver figura 2). Adossados à areia de base e construídos essencialmente com pequenos tijolos paralelepípedicos, os fornos apresentam planta piriforme e estão ambos limitados à zona inferior das fornhalhas, aos corredores que a estas dão acesso e ao arranque das arcadas de suporte das grelhas, entretanto abatidas (ver figura 3). Um pouco a Sul, duas fossas abertas na mesma areia permitiram o despejo de materiais rejeitados durante o processo de fabrico, encontrando-se repletas de espólio cerâmico, junto com alguns troncos e pequenos ramos que não chegaram a ser utilizados nas fornhalhas (DUARTE & RAPOSO 1996) (ver figura 4). Pela análise que destes materiais já foi possível realizar, sabemos que, entre meados do séc. II e, pelo menos, os finais do séc. IV, desta olaria saiu abundante e diversificada loiça doméstica (pratos, malgas, jarros, potes, almofarizes e outros contentores de cozinha e de mesa)

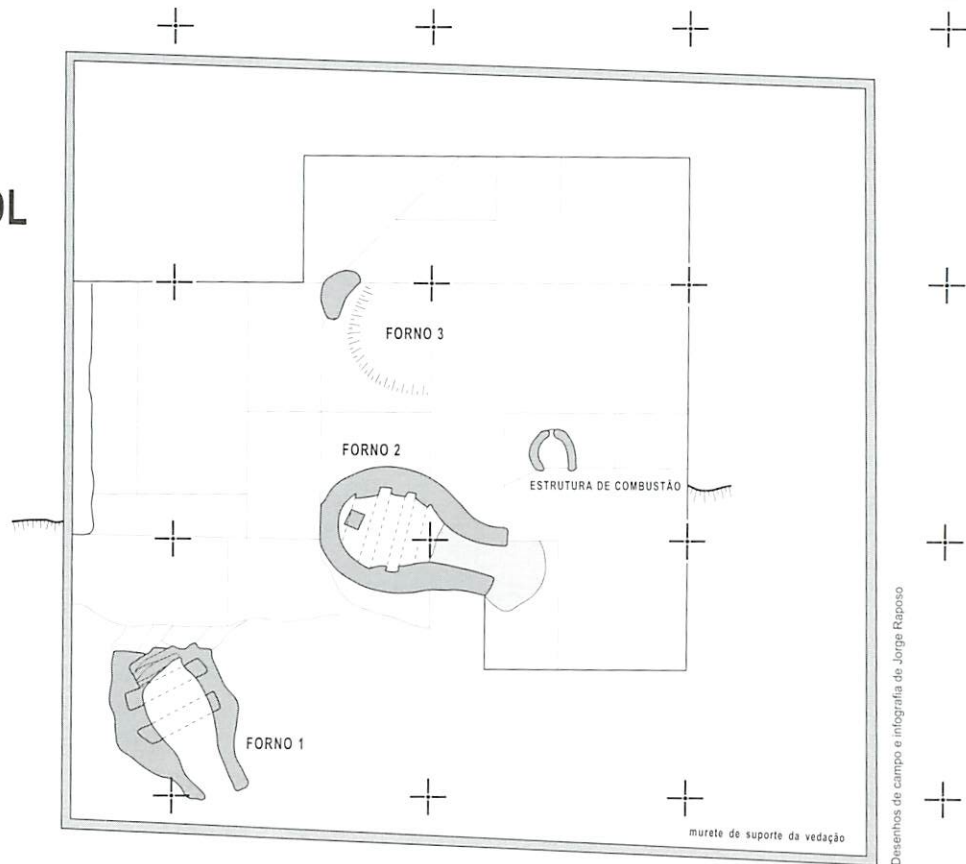
olaria romana  
da  
QUINTA DO ROUXINOL

CAMPANHAS  
DE 1986 A 1991

0 3 m



CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL - ECOMUSEU



Desenhos de campo e infografia de Jorge Raposo

FIGURA 2 – planta geral da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Seixal)

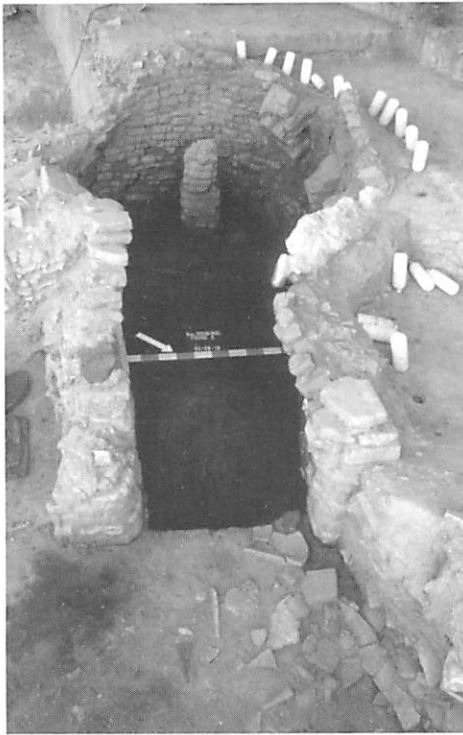


FIGURA 3 – forno 2 da Quinta do Rouxinol. Fase final de escavação, em paralelo com ação de conservação da estrutura

Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada  
– Jorge Raposo



FIGURA 4 – fossa de despejo na Quinta do Rouxinol, aberta na areia até ao nível freático e preenchida com grande quantidade de cerâmica e alguma lenha não consumida nos fornos

Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

e milhares de ânforas, de várias formas, destinadas ao transporte de preparados de peixe e, provavelmente, de vinho. A recolha de moldes em argila indicam-nos que entre as produções locais se incluíam igualmente as lucernas (RAPOSO, DUARTE & SABROSA 1992a), e o achado residual de fragmentos de outras formas de ânforas indicia trocas comerciais alargadas no contexto da Lusitânia, ou mesmo das províncias Tarraconense ou Bética, por exemplo (RAPOSO & DUARTE 1999). No entanto, a apertada malha de relações sócio-económicas que unificava esse vasto espaço geográfico resulta ainda mais evidente com o achado de alguns numismas<sup>4</sup> e de várias peças de cerâmica fina de mesa importadas do Norte de África — a famosa *terra sigillata* africana que, de meados do séc. III às últimas décadas do séc. V, adquire claro predomínio sobre as cerâmicas coevas e se encontra representada no Rouxinol, entre outras, por duas belas taças decoradas em relevo aplicado no bordo, com motivos que representam peixes isolados ou em acção de ingerir animais mais pequenos (RAPOSO & DUARTE 1999).

A decisão de manter as estruturas arqueológicas *in situ* implicou que, logo em 1987, se tomassem medidas imediatas de vedação, cobertura e conservação, que permitiram a exploração pedagógica do espaço e a sua inclusão no programa científico e de animação da Câmara Municipal do Seixal, nomeadamente através do Ecomuseu Municipal (FILIFE 1996). De forma mais ponderada e enquadrada na estratégia de desenvolvimento desse mesmo Ecomuseu, definiram-se gradualmente os princípios orientadores de um programa de valorização da olaria e da sua envolvente que, finalmente, encontrou condições para se materializar através de uma colaboração entre a autarquia e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Com uma primeira fase a concretizar já em 2000, esse programa procurará, em primeiro lugar, respeitar a ruína e a memória da intervenção arqueológica que sobre ela incidiu, enquadrando e realçando a ligação da olaria com o meio físico envolvente. Num segundo momento, prevê-se instalar na zona um espaço expositivo de carácter monográfico, aberto a diversas iniciativas na área da Arqueologia, bem como um conjunto de recursos interactivos ligados à produção de cerâmica, por métodos tradicionais e modernos (RAPOSO & DUARTE no prelo).

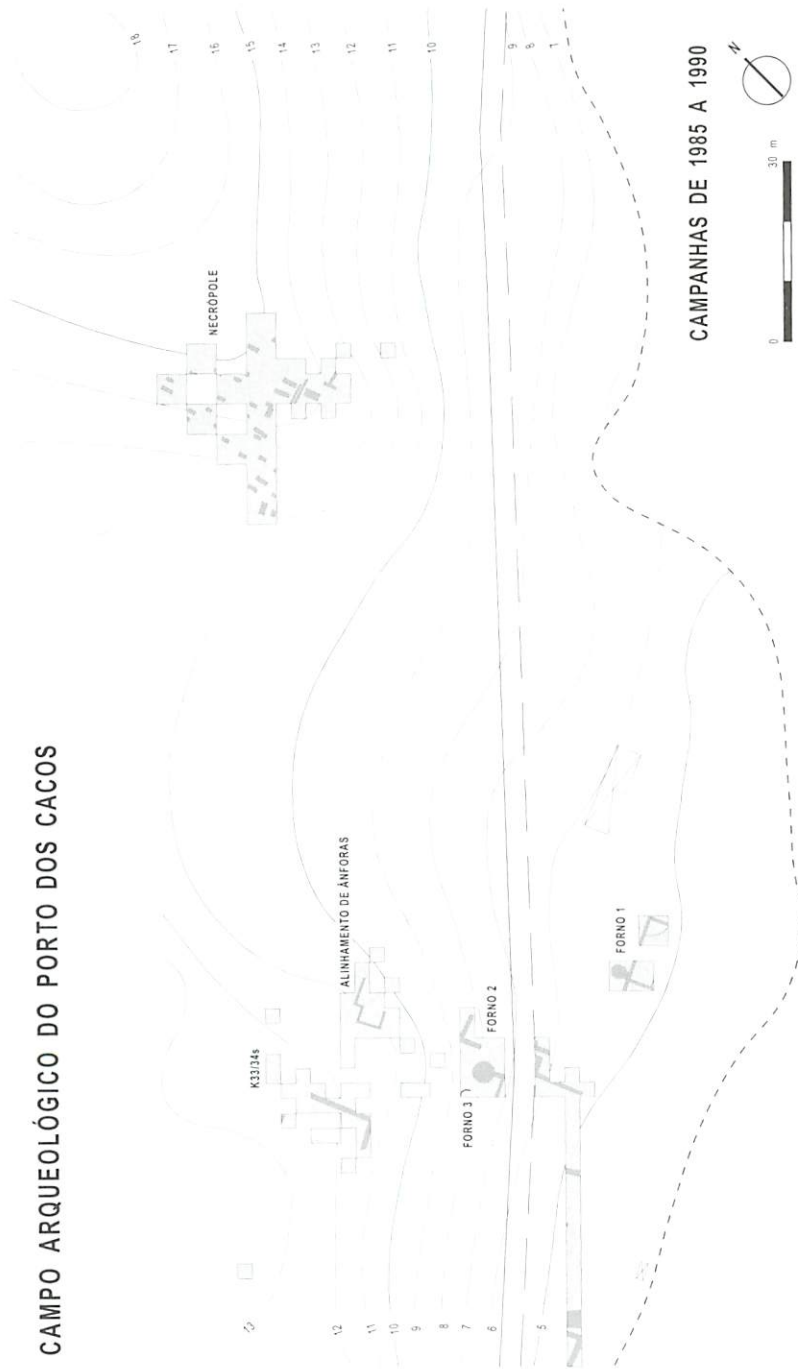
A evolução positiva deste processo foi naturalmente facilitada pela rápida classificação do sítio (Monumento Nacional, como já se disse) e pelo facto do mesmo se localizar em terrenos municipais e relativamente livres de condicionantes urbanas. Infelizmente, de tal sorte não beneficiou o Porto dos Cacos, situado em propriedade privada (Herdade de Rio Frio), em zona de montado bastante desprotegida, e cujo processo de classificação se arrasta

no IPPAR desde inícios de 1994. Por isso, apesar do empenho do Centro de Arqueologia de Almada e da Câmara Municipal de Alcochete, houve que proteger e voltar a cobrir as estruturas detectadas, acautelando a sua preservação e o potencial arqueológico de uma vasta envolvente no âmbito das condicionantes impostas pelo Plano Director Municipal, enquanto se aguarda a conjugação de interesses e recursos públicos e privados que permita encontrar a solução mais adequada à enorme importância científica e patrimonial do local.

De facto, nas margens da Ribeira das Enguias, afluente do Tejo intensamente navegado até há poucas décadas, instalou-se em época romana um verdadeiro “complexo industrial” de produção cerâmica, especializado, tal como a olaria do Rouxinol, no fabrico de loiça doméstica e de ânforas para envase de preparados piscícolas e, provavelmente, de vinho. Contudo, a olaria situada nas imediações do pequeno cais de madeira conhecido por “Porto dos Cacos” (precisamente pela abundância de restos de “bilhas” partidas um pouco por todo o lado) destaca-se pela maior diversidade de formas produzidas e pela cronologia mais lata, uma vez que já estaria activa por meados do séc. I e assim se manteria até, pelo menos, aos inícios do séc. V (ver figura 5). Para além disso, a identificação de 37 enterramentos de uma necrópole cuja dimensão real só conheceremos quando a escavação estiver concluída (RAPOSO 1990; SABROSA 1996) (ver figura 6) constitui uma descoberta que enriquece os elementos relativos à actividade oleira com os indícios de um povoamento constante, que a recolha de materiais de inícios do séc. VIII comprova ter-se prolongado bem para lá da presença romana (RAPOSO 1990).

A prospecção da zona e das suas imediações, embora tenha confirmado um elevado potencial arqueológico<sup>5</sup>, não revelou vestígios materiais desse povoamento, ao nível de estruturas habitacionais, mas a escavação de um pequeno cabeço cerca de 100 metros a Sudoeste da necrópole pôs a descoberto três dos fornos da olaria<sup>6</sup>. Em termos construtivos, o primeiro destes fornos é muito semelhante aos do Rouxinol e dele se conserva igualmente apenas a zona inferior da fornalha e do pequeno corredor de acesso (RAPOSO 1990) (ver figura 7). Os outros dois, contudo, chegaram-nos em melhor estado de conservação e configuram estruturas de planta circular e maior dimensão, dispostas lado a lado. A escavação de um deles revelou toda a fornalha, pavimentada com pequenos blocos de arenito e fragmentos de tijoleira, bem como parte das arcadas e da grelha que estas suportavam e, inclusive, da câmara de cozedura, abobadada e ainda semi-enterrada na areia de base (ver figura 8). Espalhadas pelo fundo, várias taças, potes, jarros, alguidares

## CAMPO ARQUEOLÓGICO DO PORTO DOS CACOS



Desenhos de campo e fotografia — CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE ALMADA

FIGURA 5 — planta geral da olaria e necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete)

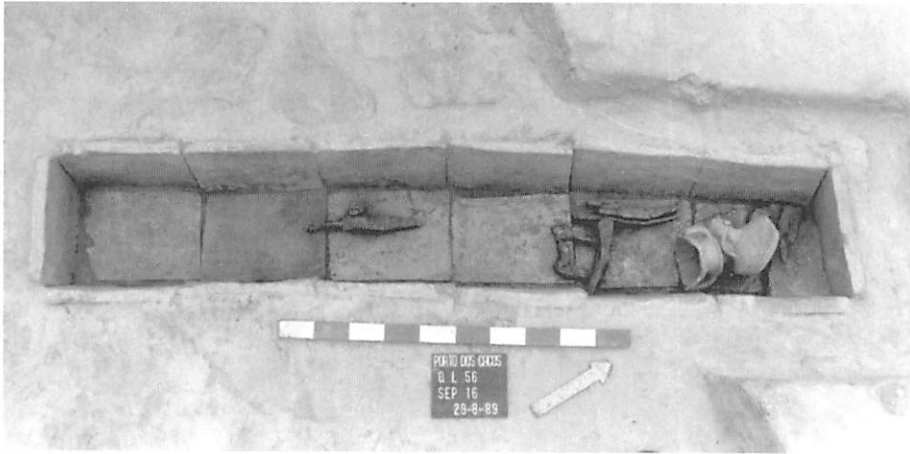


FIGURA 6 – Apecto de uma das sepulturas de inumação (n.º 16) da necrópole do Porto dos Cacos, onde, apesar da quase total ausência de espólio ósseo, se visualizam artefactos metálicos e cerâmicos depositados à cintura e junto aos membros inferiores do indivíduo inumado  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo



FIGURA 7 – Forno 1 do Porto dos Cacos  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo



FIGURA 8 – fornos 2 (à direita) e 3 do Porto dos Cacos  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

e outra loiça doméstica, a par de ânforas também de produção local e de um prato de *terra sigillata*<sup>7</sup>, constituem um conjunto que nos permite colocar o momento de abandono do forno nos finais do séc. IV ou até nas primeiras décadas da centúria seguinte (RAPOSO & DUARTE 1996).

Por entre muros de suporte de terras e de delimitação de compartimentos de apoio à laboração dos fornos, merece ainda referência um dos mais espectaculares achados do sítio, que consiste num alinhamento de 46 ânforas, cuidadosamente posicionadas na vertical e travadas entre si com cacos e barro cru, definindo um espaço que aguarda futuros trabalhos arqueológicos para uma clarificação plena da sua funcionalidade (RAPOSO 1990) (ver figura 9).

Concluída esta primeira fase de intenso trabalho de campo nas olarias romanas do baixo Tejo, que produziu um enorme volume de informação a tratar e interpretar, criou complexos problemas de conservação *in situ* e justificou a cuidadosa ponderação de programas de protecção e valorização dos sítios, as prioridades da investigação foram direccionadas para o estudo das impressionantes colecções cerâmicas fornecidas pela escavação<sup>8</sup>. Pela



FIGURA 9 – Aspecto parcial do alinhamento de ânforas da forma Dressel 14 no Porto dos Cacós  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

sua diversidade e dimensão (ver figuras 10 e 11), estas constituem, de facto, ponto de partida privilegiado para a combinação de múltiplas abordagens da produção oleira em época romana: tipológicas, tecnológicas, cronológicas e de caracterização de fabricos. Particularmente no que respeita às ânforas (ver figura 12), aqui encontramos elementos fundamentais sobre formas destinadas ao transporte a longa distância, a partir da Lusitânia, de conservas e variados preparados de peixe (Dressel 14, Almagro 50 e Almagro 51c) e, eventualmente, ao envase e circulação local de vinho (Lusitana 9 e Lusitana 3).

Embora condicionados pela limitação de meios, os resultados obtidos (RAPOSO 1990; DUARTE 1990; RAPOSO, DUARTE & SABROSA 1992a; RAPOSO, SABROSA & DUARTE 1995; RAPOSO & DUARTE 1996; DUARTE & RAPOSO 1996) justificam um novo incremento desses estudos a partir de 1999, com a aprovação pelo Instituto Português de Arqueologia, no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos a desenvolver até 2002, do projecto de investigação *Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (Porto dos Cacós, Quinta do Rouxinol e*



FIGURA 10 – Escavação de zona de grande concentração de cerâmica, principalmente fragmentos de ânforas das formas Almagro 50, Almagro 51c e Lusitana 9, na Quinta do Rouxinol  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo



FIGURA 11 – Escavação de uma das entulheiras do Porto dos Cacós, na quadrícula K.33-34, onde são abundantes os exemplares de ânforas, principalmente da forma Dressel 14  
Fotografia: Arquivo Centro de Arqueologia de Almada – Jorge Raposo

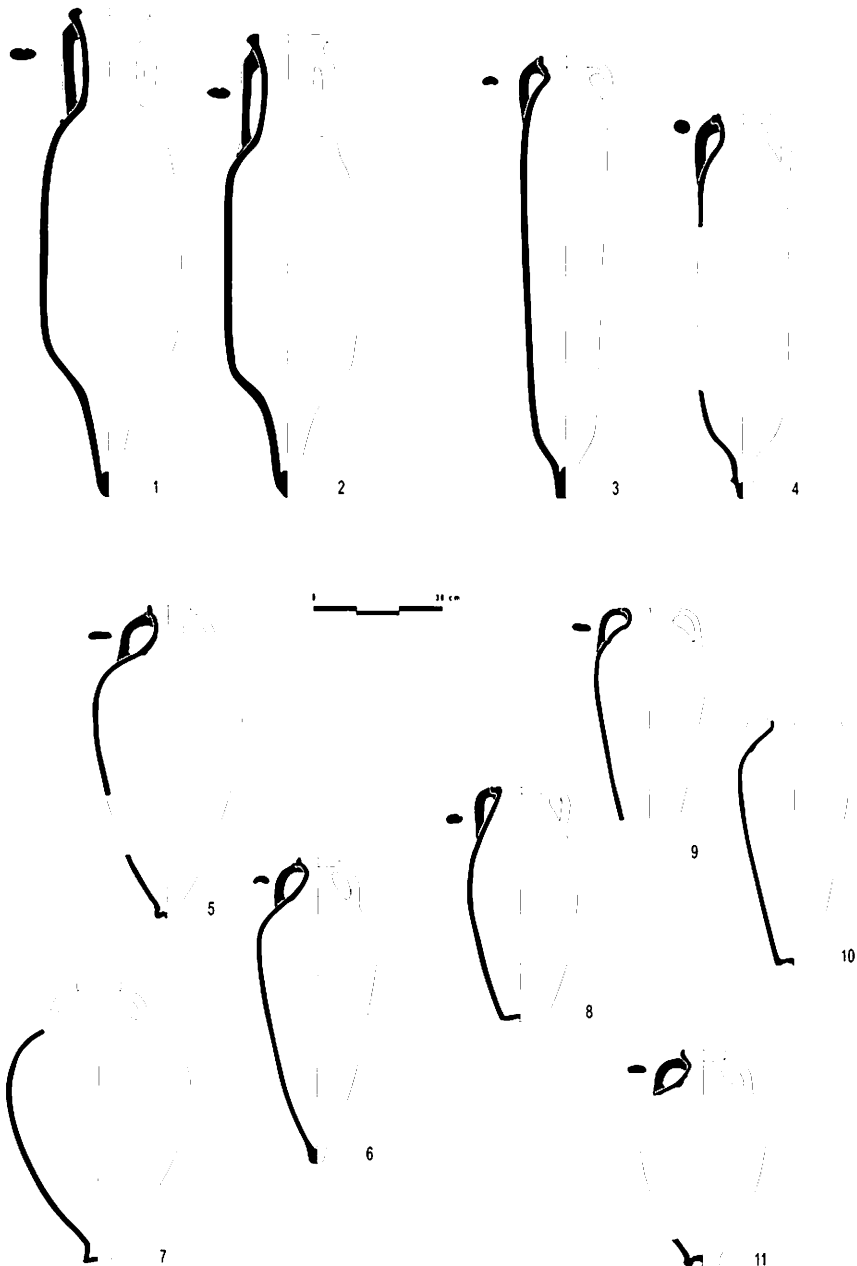


FIGURA 12 – Ânforas romanas do baixo Tejo. Dressel 14 (1 e 2), Almagro 50 (3 e 4), Almagro 51c (5 a 7), Lusitana 9 (8 a 10) e Lusitana 3 (11). As peças com os números 4, 5 e 9 são provenientes da Quinta do Rouxinol, tendo as restantes sido exumadas no Porto dos Cacos

*Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*)<sup>9</sup>. Sem esquecer os materiais importados nem a produção local de loiça doméstica ou cerâmica de construção, este projecto privilegiará naturalmente a produção anfórica dos centros oleiros, explorando o seu relacionamento com os materiais de um potencial centro de consumo (as unidades de salga detectadas na Rua dos Correiros, em Lisboa) e o confronto entre a análise formal e tecnológica e a caracterização química de pastas<sup>10</sup>. O desenvolvimento de um modelo de análise estatística multivariada que potencie os resultados da investigação arqueológica e arqueométrica, uma atenção particular às abundantes manifestações epigráficas (GUERRA 1996) e às evidências materiais de continuidades cronológicas, permitirão avançar no sentido da caracterização, quantificação, atribuição cronológica e funcional das formas cerâmicas em presença. Fixado um quadro de referência para as produções do baixo Tejo, clarificar-se-ão aspectos significativos da produção oleira e, de um modo geral, da economia regional e imperial (ao nível da produção, distribuição e consumo), confirmando as potencialidades abertas por este tipo de estudos no que respeita ao conhecimento da história social e económica da Antiguidade.

## **Arqueologia medieval-moderna**

Saltando no tempo quase um milénio mas voltando aos esteiros do Tejo na zona de Corroios, bem próximo da olaria romana da Quinta do Rouxinol (ver figura 13), vejamos agora o que tem resultado da investigação em torno da necrópole da Quinta de S. Pedro, desenvolvida até ao momento em três campanhas arqueológicas, nos anos de 1994, 1996 e 1997.

Embora tenha resistido um pouco mais que a Quinta do Rouxinol, também a Quinta de S. Pedro perdeu gradualmente funções agrícolas, até entrar em acelerado processo de urbanização no início da década de 1990, ao qual escapou apenas a antiga área habitacional e a zona adjacente, que reverteu para o domínio público municipal. No entanto, as terraplenagens, mesmo sem prévia aprovação camarária, aproximaram-se do imóvel o suficiente para atingir as imediações da capela que neste se inseria e, conseqüentemente, alguns dos enterramentos que, aqui como em outros templos de tradição cristã, se acolhiam à sua protecção. A capela há muito encerrara ao culto e as chamadas “leis da saúde”, decretadas no reinado de D. Maria II, conduziram a que a partir de meados do séc. XIX se generalizasse gradualmente o uso dos cemitérios públicos (RAPOSO & DUARTE 1995); os mortos, esses permaneceram no solo que durante séculos se acreditou ser

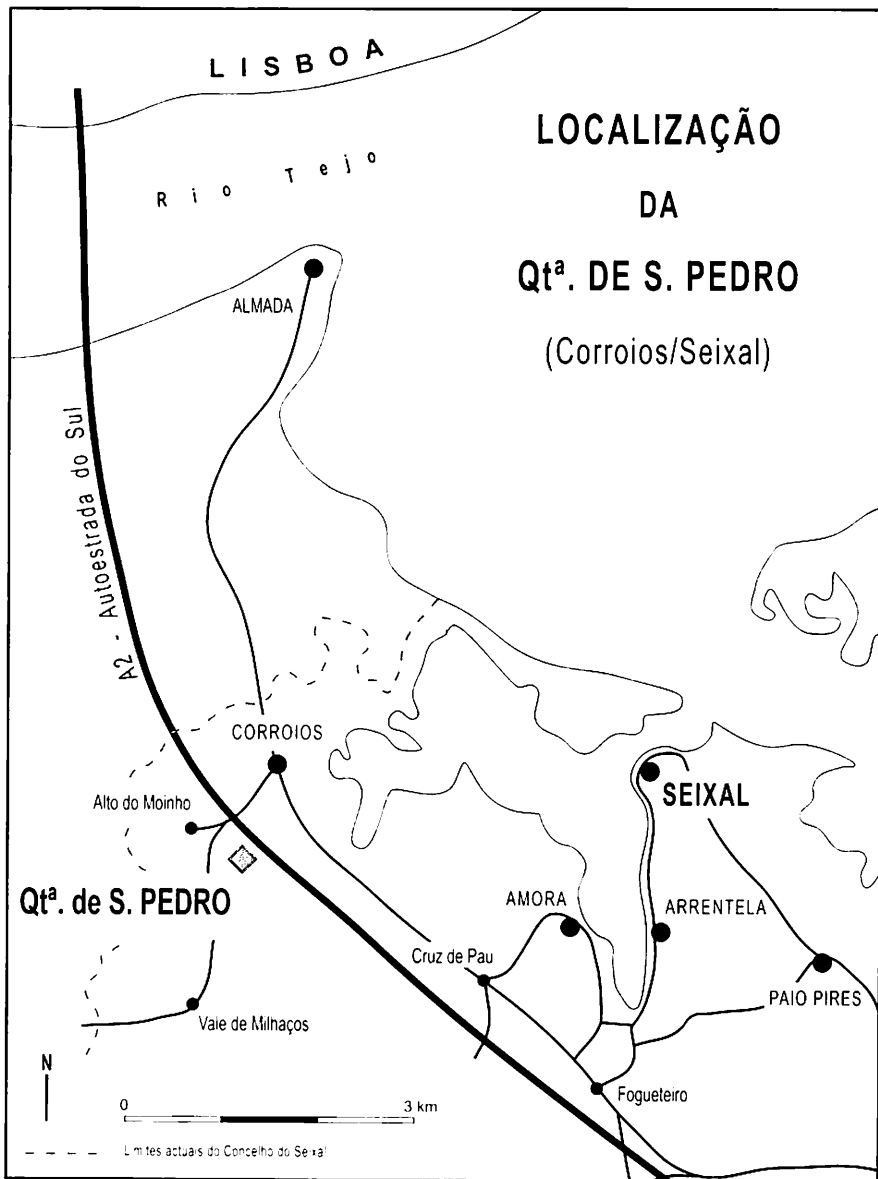


FIGURA 13 – Planta de localização da necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Seixal)

sagrado, até que as retroescavadoras vieram perturbar o seu repouso, removendo indiscriminadamente terras e ossadas enquanto não se reconheceu o interesse histórico e arqueológico do local (ver figura 14).

As máquinas impediram assim que alguma vez venhamos a conhecer a dimensão total da necrópole, mas o que deixaram justificou plenamente a tomada de medidas de salvaguarda e o desenvolvimento de uma escavação arqueológica que visou minimizar os riscos de maior dano com o iminente abatimento de parte do gigantesco talude entretanto criado e, num plano menos imediato, delimitar a área de enterramentos não afectada, proceder ao seu enquadramento cronológico e caracterizar as práticas sociais associadas. Para além de ilustrar as atitudes perante a morte numa época sobre a qual, a nível regional, se conhece tão pouco, tornou-se desde logo evidente que a Quinta de S. Pedro oferecia ainda o aliciante de encerrar importante informação de carácter antropológico e demográfico, preservada numa amostra através da qual seria possível chegar a indicadores como a esperança média de vida ou a taxa de mortalidade infantil e identificar patologias, características físicas e hábitos alimentares e ocupacionais da população na baixa Idade Média e nos alvares dos tempos modernos.



FIGURA 14 – Aspecto da Quinta de S. Pedro e das escavações arqueológicas na necrópole sobranceira ao talude criado pelas terraplenagens

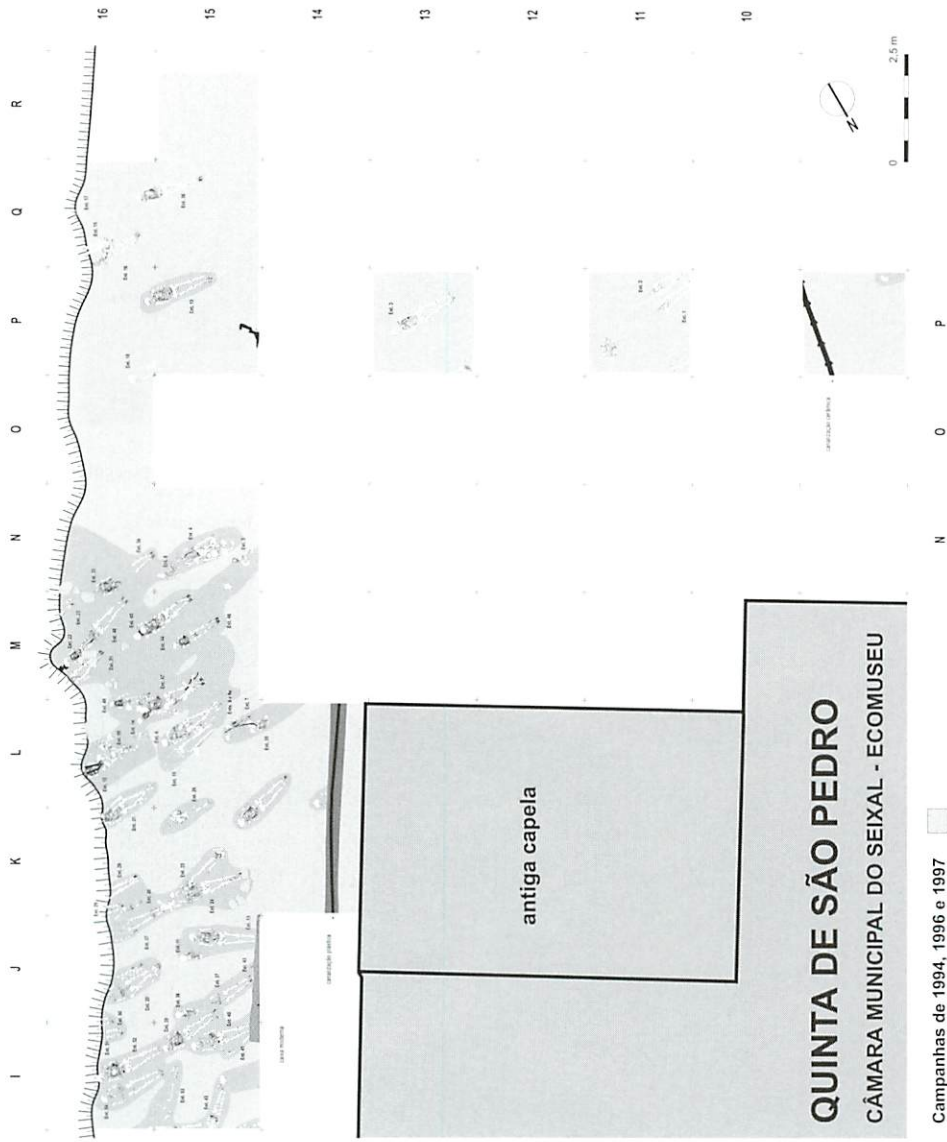
Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo

Os trabalhos de campo (RAPOSO & DUARTE 1995 e 1998) incidiram prioritariamente sobre a zona ameaçada pelo recuo do talude, onde já eram visíveis vários enterramentos parcialmente mutilados, e permitiram verificar que os corpos foram depositados em simples covas abertas na areia de base segundo a orientação clássica das sepulturas cristãs, com os pés virados a Nascente e a cabeça a Poente (ver figura 15). O achado ocasional de alfinetes em bronze faz supor que estes foram apenas envoltos num sudário, antes de serem colocados em posição de decúbito dorsal, isto é, deitados de costas no solo, com as pernas unidas e esticadas e os braços cruzados sobre o peito ou o ventre<sup>11</sup>.

Seja pela falta de espaço, seja por vontade expressa de reunir familiares numa última morada, várias dessas covas sobrepõem-se ou foram reutilizadas, apresentando no momento do achado mais de um indivíduo e, ainda, as ossadas dispersas dos que os precederam<sup>12</sup> (ver figura 16). A disposição de alguns dos enterramentos sugere mesmo que terão sido depositados na mesma ocasião, revelando eventuais relações de parentesco entre os indivíduos inumados<sup>13</sup>.

No seu conjunto, a escavação revelou até ao momento 69 indivíduos (13 permanecem no terreno, devidamente protegidos, aguardando o alargamento da área escavada), aos quais devem somar-se, no mínimo, 73 outros cuja presença é atestada nos ossários das várias covas de enterramento (CUNHA *et al.* 1994; LOPES 1998 e 2000). Embora encerre ainda muita informação a investigar em campanhas posteriores, esta necrópole forneceu já, sem dúvida, uma das maiores amostras em estudo para contextos portugueses, possibilitando às equipas de Arqueologia e de Antropologia Biológica<sup>14</sup> confirmar as potencialidades de uma cooperação que interessa desenvolver e ampliar, não só por colmatar uma lacuna da história local dificilmente preenchível com recurso a outras fontes, mas também porque é uma das primeiras experiências onde a informação paleobiológica assenta em sólido enquadramento arqueológico, permitindo que os resultados ultrapassem o âmbito local e se enquadrem no estudo mais geral de um período que poderemos situar entre meados do séc. XIII e as primeiras décadas do séc. XVII.

De facto, os principais elementos de datação de que dispomos até ao momento são constituídos pelos numismas encontrados em associação directa com os enterramentos ou dispersos nas camadas estratigráficas que se lhes sobrepunham<sup>15</sup> (ver figura 17). Se, na campanha de 1994, as sete moedas recolhidas em contexto arqueológico bem definido eram todas *ceitis* cunhados no reinado de D. Afonso V (1438-1481) (RAPOSO & DUARTE 1995)<sup>16</sup>,



Desenhos de campo e infografia de Jorge Raposo

Campanhas de 1994, 1996 e 1997

escala 1/20

FIGURA 15 – planta geral da necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (campanhas de 1994, 1996 e 1997)



FIGURA 16 – aspecto da necrópole da Quinta de S. Pedro, quadrícula I.15, onde se observa a sobreposição de diversas covas de enterramento, abertas na areia de base  
Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo



FIGURA 17 – recolha de *meio real* de D. João I (1385-1433) na mão direita do enterramento 24 (quadrícula K.15)  
Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo

o alargamento dos trabalhos em 1996 permitiu juntar a outro *ceitil* e a um *meio real preto* do mesmo monarca moedas de cronologia mais antiga, nomeadamente um *meio real preto* de D. Duarte (1433-1438), um *meio real* e dois *reais pretos* de D. João I (1385-1433) e, pela primeira vez, um *dinheiro* da primeira dinastia, muito provavelmente dos reinados de D. Dinis (1279-1325) a D. Pedro I (1357-1367)<sup>17</sup>, indiciando que a prática funerária poderia remontar ao séc. XIV<sup>18</sup>. Já na campanha de 1997, continuam abundantes as moedas de D. Afonso V (onze), mas comprova-se o recuo para o início da segunda dinastia (dois *reais* e dois *meios reais* de D. João I), e mesmo para a primeira, com a recolha de 16 *dinheiros* que se distribuem pelos reinados de D. Afonso III (1248-1279), de D. Dinis, na sua maioria, e, provavelmente, de D. Pedro I<sup>19</sup>.

No que respeita ao limite inferior, parece assim claro que os enterramentos da Quinta de S. Pedro, nomeadamente num núcleo mais próximo da que teria sido a sua capela, poderão ter-se iniciado por meados do séc. XIII, a partir do reinado de D. Afonso III. Atente-se a que as fontes escritas agora complementadas com esta informação de carácter arqueológico já permitiam remontar a existência da capela da Quinta de S. Pedro a, pelo menos, meados do séc. XIV<sup>20</sup>.

Quanto ao limite superior, e para além dos indicadores seguros obtidos para a segunda metade do séc. XV (D. Afonso V), em 1996 identificou-se um *ceitil* provavelmente cunhado no reinado de D. João III (1521-1557), e em 1997 um outro de D. João II (1481-1495), enquanto achados superficiais da campanha de 1994 tinham já permitido registar um *ceitil* de D. Manuel I (1495-1521) e um *real* de D. Sebastião (1557-1578). Dados preliminares, a confirmar com o desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, permitem supor que esta continuidade de utilização do espaço como necrópole não ultrapasse os meados do séc. XVII, uma vez que as faianças desse período surgem na camada que sobrepõe as covas de enterramento mas não no enchimento destas<sup>21</sup>.

Para além dos elementos atrás referidos para a antropologia funerária, ao nível da tipologia dos enterramentos, é, pois, para este período, que dispomos já de uma amostra com alguma representatividade da população enquanto viva, ao nível da sua caracterização genérica (paleodemografia) e das possibilidades de análise morfológica e paleopatológica dos indivíduos que a compõem (CUNHA *et al.* 1994; CUNHA 1995; LOPES & CUNHA 1998; LOPES 1998 e 2000). Os dados disponíveis apontam assim para que esta seria composta, na generalidade, de pessoas “*muito robustas e de estatura média, [...] com uma dieta rica em hidratos de carbono*”, que padeceram “*de várias*

*doenças [...], com uma incidência particularmente elevada de patologias degenerativas”. Conclui-se então “que todo o padrão se ajusta cada vez mais a uma população em que a actividade física intensa era a regra, adaptando-se à ideia inicial de que se tratam dos trabalhadores rurais da Quinta de S. Pedro” (LOPES 2000).*

Também os casos particulares se revelam interessantes, na medida em que se reconhecem entre os indivíduos sepultados na Quinta de S. Pedro malformações ósseas particularmente raras e algumas das manifestações mais antigas de doenças como a poliomielite ou a tuberculose, por exemplo<sup>22</sup> (ver figuras 18 e 19). Esta última situação alerta-nos, inclusive, para uma linha de investigação que poderá trazer novos elementos ao debate que ainda hoje leva a comunidade científica a discutir se a eclosão da doença em humanos poderá ter origem no contacto com o gado bovino.

Aqui, como em várias outras questões, a escassez de informação sobre a actividade agrícola na zona para o período que nos interessa apenas reforça a necessidade de aprofundar a investigação histórica que, na medida do



FIGURA 18: fase de escavação do enterramento 6 (quadrícula L. 15), um indivíduo adulto do sexo masculino que terá falecido com cerca de 60 anos e apresenta a particularidade de ter sido deposto com os membros inferiores cruzados. O estudo paleobiológico veio a revelar a existência de patologias oral, articular e não articular, infecciosa e traumática e, ainda, problemas de crescimento e sinais de *stress*. Destaque-se o diagnóstico de uma das mais antigas manifestações conhecidas de poliomielite

Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo



FIGURA 19 – fase de escavação dos enterramentos 19 (em baixo, na quadrícula P.15-16) e 16 (parcialmente destruído pelo talude, na quadrícula Q.16). O primeiro, um homem de 25 a 30 anos, apresentava malformações ósseas e problemas de crescimento cujo estudo merece particular interesse, enquanto no segundo, uma mulher de 19 a 24 anos, parece estar atestada uma precoce manifestação de tuberculose

Fotografia: Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal – Jorge Raposo

possível, contribua para contextualizar os dados arqueológicos e antropológicos. De facto, se recuarmos para as fontes escritas mais antigas que conhecemos, as cartas de foral concedidas a Almada (em cujo termo se integrava a Quinta de S. Pedro) por D. Afonso Henriques e por D. Sancho I (em 1170 e 1190, respectivamente), encontramos apenas referência a vinha, olival, pomares e cultivo de cereais de pão (trigo e milho)<sup>23</sup>. Várias cartas de renda e aforamentos do séc. XV mencionam igualmente vinhas, lagares e adegas e o foral de D. Manuel I, em 1513, volta a destacar o trigo e a vinha, num território que continuaria dominado pela charneca e pela floresta<sup>24</sup>. Plantação da vinha, extracção do sal e exploração da lenha seriam, aliás, os “*três elementos da vida rural*” de que advém “*a antiga fortuna da Margem Sul do Estuário do Tejo*”<sup>25</sup>. Sendo certo que as características do território parecem adequar-se apenas à criação de ovinos e caprinos (e mesmo essa sem grande expressão), a verdade é que a carta de foral de 1190, a que já aludimos, estabelece valores de portagem na travessia do Tejo a pagar por veados, vacas, cabras, porcos e carneiros, assim como medidas a tomar relativamente a reses transviadas. E já a carta de 1170 mencionava a obrigatoriedade de pagamento da “alfitra” e do “azaqui” (do árabe *al-fitrâ* e *az-zaká*, respectivamente), impostos sobre os quais divergem as interpretações de diferentes autores, mas que se presume terem incidido sobre os gados<sup>26</sup>.

Ou seja, independentemente do ângulo de abordagem, a intervenção em curso na necrópole da Quinta de S. Pedro, iniciada com carácter de resposta de emergência a uma situação de destruição iminente, evoluiu para uma fase em que é possível e desejável desenvolver uma investigação planificada e multidisciplinar, espera-se que doravante num ritmo mais consentâneo com a importância das conclusões preliminares, para que em breve se atinjam os resultados finais que estas permitem antever.

## Notas finais

Para concluir, espera-se que esta breve síntese de dois projectos de investigação em curso na margem esquerda do estuário do Tejo e, particularmente, na área do concelho do Seixal, tenha ilustrado como a Arqueologia, principalmente quando estabelece pontes com outras áreas de produção de conhecimento (seja na relação com os estudos arqueométricos, seja, de um modo mais geral, na interdisciplinaridade com os campos da História e da Antropologia, só para nos cingirmos aos exemplos aqui tratados), pode constituir uma potente ferramenta no sentido da aproximação

possível a um Passado que não é senão um imenso *continuum* ao longo do qual se entrecem as raízes do Presente que hoje somos e do Futuro que outros virão a ser.

Espera-se também que as palavras ditas (e agora escritas) tenham evidenciado como esse processo dinâmico e amplamente diacrónico deixa marcas, nas instituições e nos sistemas de representações dos grupos sociais, nos artefactos que acompanham o seu quotidiano e, até, gravadas nos ossos de quem os produziu ou usou. Essas marcas estão aí, muitas vezes debaixo dos nossos pés, aguardando apenas que nós ou quem se nos siga, com profissionalismo e não sem alguma emoção, as saibamos respeitar e libertar dos sedimentos com que o tempo as cobriu, de modo a ler aquilo que tem para nos dizer este grande livro de História, que tantas gerações antes de nós ajudaram a escrever.

## Notas

<sup>1</sup> Coordenado por uma equipa em que se integrava o autor e, ainda, Ana Luísa Duarte, Clementino Amaro, Luís Barros (numa primeira fase) e Armando Sabrosa (na parte final).

<sup>2</sup> Instituição que viria a dar origem aos actuais Instituto Português do Património Arquitectónico (que manteve o acrónimo IPPAR) e Instituto Português de Arqueologia (IPA).

<sup>3</sup> Mandado construir pelo Condestável Nuno Álvares Pereira, em 1403, este moinho é a mais antiga unidade de moagem tradicional pela energia das marés instalada no estuário do Tejo. Felizmente, pôde manter-se em funcionamento até aos nossos dias, agora como núcleo do Ecomuseu Municipal do Seixal.

<sup>4</sup> Cunhados em nome de Maximus (235-238), de Constantino I (307-337) e de Constantino II (337-340).

<sup>5</sup> Próximo do Porto dos Cacos, junto à Ponte de Caparica, são visíveis vestígios de um eventual forno e a poucos quilómetros, em Vale da Palha, observa-se outra estrutura do mesmo tipo, bem como grandes concentrações de cerâmica romana.

<sup>6</sup> O mapeamento magnético da zona adjacente aos fornos, da responsabilidade de uma equipa do Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro, revelou, com boa margem de segurança, um quarto forno, bem como três outros dipolos magnéticos que a escavação arqueológica deverá investigar (MATIAS 1992).

<sup>7</sup> Importado do Norte de África em período que a bibliografia especializada permite balizar entre os anos 325 e 400 a 420 (forma Hayes 61a).

<sup>8</sup> Logo que se tornou evidente a importância e o potencial arqueológico dos sítios que tínhamos em mãos, cedo defendemos que, principalmente no caso do Porto dos Cacos, eram necessários meios complementares de investigação e conservação, sem os quais a simples escavação seria inconsequente do ponto de vista da produção de resultados científicos e perniciososa para a conservação dos contextos que o terreno preservava tantos séculos. Infelizmente, não foi possível reunir as condições que permitissem afectar ao projecto uma equipa correctamente dimensionada e dotada dos indispensáveis meios logísticos e financeiros, nem garantir as vontades institucionais para o desenvolvimento de um programa de valorização do sítio. Assegurando que o sítio não corria risco imediato e que seria devidamente salvaguardado ao nível do planeamento e ordenamento do território, tomámos, por isso, a difícil mas consciente decisão de interromper as escavações após a campanha de 1990.

<sup>9</sup> Identificado pelo acrónimo OREsT, este projecto é institucionalmente enquadrado pelo Centro de Arqueologia de Almada e pela Câmara Municipal do Seixal-Ecomuseu, sendo coordenado por uma equipa onde se integra o autor e ainda Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Ana Luísa Duarte, Armando Sabrosa e Jacinta Bugalhão.

<sup>10</sup> Sendo certo que as ânforas assumem particular relevo no âmbito dos estudos cerâmicos centrados na época romana, a crescente diversidade de linhas de investigação e de contextos arqueológicos identificados no espaço do antigo Império ou em regiões que com este mantinham contactos, ilustra bem uma realidade complexa, onde à vastidão de horizontes geográficos se alia a uma ampla diacronia. Por isso, a experiência acumulada pela comunidade científica portuguesa e internacional aponta claramente no sentido da necessidade de paralelismo entre a análise formal das peças, o estudo da tecnologia envolvida no seu fabrico e a caracterização da matéria-prima envolvida. Atendendo a esta problemática, iniciou-se em 1990, no âmbito do actual Instituto Tecnológico e Nuclear, a caracterização das pastas de ânforas do baixo Tejo, usando para tal uma metodologia de activação por neutrões térmicos e análise estatística de descritores de natureza química que se veio a revelar extremamente potente (CABRAL, GOUVEIA e MORGADO 1995 e 1996).

<sup>11</sup> Constituem excepção a esta regra os enterramentos 6, 31 e 36, todos adultos (quadrículas L.15, K-L.16 e P.15-16, respectivamente), que nos surgem com as pernas esticadas mas cruzadas uma sobre a outra, e o enterramento 14, uma criança deposta lateralmente sobre o lado direito (L.16).

<sup>12</sup> O exemplo típico ocorre na quadrícula N.15, onde o enterramento 8 (uma mulher de 25 a 30 anos) surge sobreposto pelo enterramento 4 (um homem de 20 a 25 anos) e por um ossário onde o estudo antropológico permite identificar, no mínimo, outros sete adultos e oito crianças (CUNHA *et al.* 1994).

<sup>13</sup> É o caso dos enterramentos 1 e 2 (quadrícula P.11), duas mulheres com, respectivamente, 44 a 46 anos e 25 a 30 anos à data da morte, colocadas lado a lado. É o caso, também, na quadrícula L.15, dos enterramentos 9 (criança de seis a 12 meses) e 9a (criança de quatro a sete anos), depositados junto ao enterramento 10 (uma mulher de aproximadamente 35 anos). É o caso, ainda, dos enterramentos 44 e 45 (quadrícula M.15-16), onde um homem de 40-50 anos foi sobreposto a outro de 23-30 anos, numa operação onde houve até o cuidado de introduzir alguns fragmentos de cerâmica entre os dois crânios, para facilitar o descanso da cabeça do mais velho.

<sup>14</sup> Os trabalhos arqueológicos, enquadrados pela Câmara Municipal do Seixal-Ecomuseu e apoiados pelo Centro de Arqueologia de Almada, foram dirigidos pelo autor e por Ana Luísa Duarte, enquanto o estudo paleobiológico dos enterramentos é da responsabilidade de uma equipa do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, coordenada por Eugénia Cunha, onde se integram também Ana Luísa Santos, Ana Maria Silva, Célia Lopes e Cláudia Umbelino.

<sup>15</sup> Em 2000, está prevista a datação directa pelo método do carbono 14 de um primeiro conjunto de enterramentos da Quinta de S. Pedro, de modo a que se possa balizar com mais rigor o enquadramento cronológico agora proposto.

<sup>16</sup> Em associação directa com os enterramentos, encontrámos um desses *ceitis* sob o crânio do enterramento 9 (uma criança de seis a doze meses), outro junto ao fémur direito do enterramento 8 (mulher de 25 a 30 anos), um terceiro debaixo da omoplata do enterramento 4 (homem de 20 a 25 anos) e, por fim, mais dois por entre o ossário que se dispunha ao redor e sobre os membros inferiores desta última inumação.

<sup>17</sup> A imprecisão na classificação de algumas moedas resulta de dificuldades de leitura provocadas pelo seu estado de conservação ou por estarem incompletas. Neste caso concreto, o estado do exemplar recolhido na Quinta de S. Pedro não permite retirar todas as dúvidas face a cunhagens semelhantes efectuadas até ao reinado de D. Pedro I (1357-1367). É de toda a justiça referir aqui que, para a classificação deste e de outros numismas, contámos com a colaboração do arqt<sup>o</sup>. João Paulo Santos, a quem renovamos a manifestação do nosso agradecimento.

<sup>18</sup> Um dos *reais pretos* e o *meio real* de D. João I foram recolhidos nas mãos de enterramentos escavados (com os números 13 e 24, respectivamente).

<sup>19</sup> Um dos *ceitis* de D. Afonso V estava na mão do enterramento 30 (uma criança que não teria mais de dois meses), três outros na cova do enterramento 46 (criança de cerca de dez anos) e um na do

enterramento 35 (outra criança, de 3 a 5 anos), um *meio real preto* deste mesmo monarca e um *real preto* de D. João I foram recolhidos entre o ossário que cobria o enterramento 55 (criança de sete a nove anos) e, por fim, um *real cunhado* neste último reinado também integrava a cova do enterramento 36 (homem de 30 a 40 anos), enquanto boa parte dos *dinheiros* da primeira dinastia se dispersava pela de um outro ainda não levantado (porque se prolonga para zona não escavada).

<sup>20</sup> Ver ANTUNES, Luís Pequito (1993) – “A Ordem de Santiago em Almada nos Séculos XII a XIV”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 2: 104-110; RAPOSO e DUARTE 1995: 27.

<sup>21</sup> Estão representados pequenos fragmentos de pratos e tigelas esmaltadas a branco e decoradas com filete azul junto ao bordo ou com motivos geométricos mais elaborados (característicos dos finais do séc. XVII e do séc. XVIII), ou, mais raramente, com elementos vegetalistas estilizados em azul e manganês (tipo “mosca”), de meados do séc. XVII a meados do seguinte. A par de loiça doméstica (panelas, nomeadamente) de pasta negra e grosseira, reconhecem-se pedaços de púcaros de pasta fina e avermelhada, cerâmica vidrada em vários tons de verde e de castanho-mel e alguma porcelana.

<sup>22</sup> O caso de poliomielite foi detectado no enterramento 6, um homem de cerca de 60 anos, e motivou a apresentação de comunicação a reunião científica da especialidade (ver UMBELINO, CUNHA e SILVA 1995), enquanto os outros dois, verificados respectivamente nos enterramentos 19 e 16 (um homem de 25 a 30 anos e uma mulher de 19 a 24 anos), justificaram a exibição de *posters* em eventos similares – “Talocalcaneal Coalition and Growing Problems in a Late Medieval Portuguese Individual”, por Célia Lopes e Eugénia Cunha, no *V Congresso Nacional de Paleopatologia de Espanha* (29 de Abril a 2 de Maio de 1999, Alcalá la Real, Jaén, Espanha); “A Possible Case of Tuberculosis on a Medieval Farm in Corroios”, pelas mesmas autoras e Ana Luísa Santos, no *26th Annual Meeting of the American Association of Physical Anthropologists* (Abril de 1999, Columbus, Ohio, EUA).

<sup>23</sup> FLORES, Alexandre M. e NABAIS, António J. (1983) - *Os Forais de Almada e Seu Termo. I. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*. Seixal: C. M. Seixal e C. M. Almada.

<sup>24</sup> NABAIS, António J. (1982) - *História do Concelho do Seixal. Cronologia*. 2ª ed. Seixal: C. M. Seixal; NABAIS, António J. (1984) - “A Margem Sul do Estuário do Tejo Durante a Expansão Portuguesa: aspectos económicos”. *Al-madan*. Almada. Iª Série. 2: 49-65.

<sup>25</sup> CRUZ, Maria Alfreida (1973) — *A Margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*. Montijo: s.e.

<sup>26</sup> FLORES e NABAIS, *ob. cit.*

## Bibliografia sobre a romanização da margem esquerda do estuário do Tejo

- ALARCÃO, Adília & MAYET, Françoise, eds. (1990) — *Ânforas Lusitanas: tipologia, produção, comércio*. Conímbriga/Paris: Museu Monográfico de Conímbriga/Diff. E. de Boccard
- AMARO, Clementino (1990) — “Ocupação Romana da Margem Sul do Estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias”. In ALARCÃO & MAYET: 71-85.
- CABRAL, J. M. Peixoto; GOUVEIA, M. Ângela e MORGADO, Isabel (1995) — “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo: II — Qtª. do Rouxinol”. *Conímbriga*. Coimbra. 32-33 (1993-1994): 191-200.
- CABRAL, J. M. Peixoto; GOUVEIA, M. Ângela & MORGADO, Isabel (1996) — “Caracterização Química das Produções de Ânforas do Vale do Tejo: I - Porto dos Cacos”. In FILIPE & RAPOSO: 301-322.

- DUARTE, Ana Luísa C. (1990) — “Quinta do Rouxinol: a produção de ânforas no vale do Tejo”. In ALARCÃO & MAYET: 96-115.
- DUARTE, Ana Luísa C. e RAPOSO, Jorge M. C. (1996) — “Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)”. In FILIPE & RAPOSO: 237-247.
- FILIPE, Graça (1996) — “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol: um museu de sítio num parque histórico-natural”. In FILIPE & RAPOSO: 397-400.
- FILIPE, Graça & RAPOSO, Jorge M. C., coords. (1996) — *Ocupação Romana na Margem Esquerda dos Estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa: Publicações Dom Quixote/Câmara Municipal do Seixal (*Nova Enciclopédia*, 53).
- GUERRA, Amílcar (1996) — “Marcas de Ânfora Provenientes do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE & RAPOSO: 267-282.
- MATIAS, Manuel Senos (1992) — “Prospecção Magnética em Porto dos Cacos”. *Al-madan*, Almada. IIª Série. 1: 13-14.
- RAPOSO, Jorge M. C. (1990) — “Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas romanas no vale do Tejo”. In ALARCÃO e MAYET: 117-151.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (1994) — “Produção de Ânforas no Vale do Tejo: as olarias romanas da margem esquerda”. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Sociedade Lisboa 94, pp. 229-231.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (1996) — “O Forno 2 do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE e RAPOSO: 249-265.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (1999) — “Duas Taças de *Terra Sigillata* Africana na Quinta do Rouxinol”. *Al-madan*, Almada. IIª Série. 8: 75-86.
- RAPOSO, Jorge M. C. & DUARTE, Ana Luísa (no prelo) — “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol: investigação arqueológica e valorização patrimonial no concelho do Seixal”, *Actas das Iªs Jornadas Arqueológicas e do Património da Corda Ribeirinha Sul*, Câmara Municipal do Barreiro.
- RAPOSO, Jorge M. C.; DUARTE, Ana Luísa & SABROSA, Armando J. G. (1992a) — “Anforas lusitanas: los alfares del Tajo”. *Revista de Arqueologia*, Madrid. 134: 36-45.
- RAPOSO, Jorge M. C.; DUARTE, Ana Luísa & SABROSA, Armando J. G. (1992b) — “Anforas lusitanas: los alfares del Tajo”. *Rivista di Archeologia*, Roma. Ano XVI: 97-107.
- RAPOSO, Jorge M. C.; DUARTE, Ana Luísa & SABROSA, Armando J. G. (1997) — “A Olaria do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 60-61.
- RAPOSO, Jorge M. C.; SABROSA, Armando J. G. & DUARTE, Ana Luísa C. (1995) — “Ânforas do Vale do Tejo: as olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete)”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* Porto. 35 (3): 331-352.
- SABROSA, Armando J. (1996) — “Necrópole Romana do Porto dos Cacos (Alcochete)”. In FILIPE & RAPOSO: 283-300.
- SANTOS, Vitor M.; SABROSA, Armando J. & GOUVEIA, Luís A. (1996) — “Carta Arqueológica de Almada: elementos da ocupação romana”. In FILIPE & RAPOSO: 225-236.

## Bibliografia sobre a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro (Corroios/Seixal)

- CUNHA, Eugénia (1995) — “Contribuição da Paleobiologia para o Conhecimento dos Habitantes da Zona de Corroios (Seixal) nos Séculos XV e XVI”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 4: 34-40.
- CUNHA, Eugénia *et al.* (1994) — *Relatório Antropológico do Espólio Humano Exumado da Quinta de S. Pedro*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia (1998) — *Relatório Antropológico do Material Exumado da Quinta de São Pedro (Corroios-Seixal), Durante a Campanha de Escavação de 1996*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia (2000) — *Estudo Antropológico dos Restos Humanos Exumados da Quinta de São Pedro (Corroios-Seixal), na Campanha de Escavações de 1997. Primeira Parte: enterramentos*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia (2000) — *Estudo Antropológico dos Restos Humanos Exumados da Quinta de São Pedro (Corroios-Seixal), na Campanha de Escavações de 1997. Segunda Parte: ossário*. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, Célia & CUNHA, Eugénia (1998) — “Necrópole da Quinta de S. Pedro: análise antropológica de uma série do século XV”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 7: 37-44.
- RAPOSO, Jorge M. C. e DUARTE, Ana Luísa (1995) — “Intervenção Arqueológica na Qtª. de S. Pedro (Corroios)”. *Al-madan*. Almada. 4 (IIª Série): 26-33.
- RAPOSO, Jorge M. C. e DUARTE, Ana Luísa (1998) — “Quinta de S. Pedro: breves notas sobre a segunda campanha de trabalhos arqueológicos”. *Al-madan*. Almada. IIª Série. 7: 38.
- UMBELINO, C., CUNHA, E. & SILVA, A. M. (1995) — “A Possible Case of Poliomyelitis in a Portuguese Skeleton From the End of the 15th Century”. In PEREZ-PÉREZ (ed.). *Salud, Enfermedad y Muerte en el Pasado: consecuencias biológicas del estrés y la patología* (Actas do III Congreso Nacional de Paleopatología, Barcelona, Setembro de 1995). Barcelona: Romargraf. pp. 229-235.

## ***A IDADE DO FERRO NA REGIÃO DO BAIXO SADO. CONTRIBUIÇÕES RECENTES***

CARLOS TAVARES DA SILVA<sup>1</sup>

### **Nota prévia**

Decorridos quase quinze anos sobre a breve síntese relativa à Idade do Ferro das margens do estuário do Sado que, com Joaquina Soares, elaborámos no livro “Arqueologia da Arrábida”,<sup>2</sup> parece-nos útil proceder a novo balanço acerca do mesmo tema. Com efeito, as escavações arqueológicas que entretanto realizámos quer em Abul<sup>3</sup> quer em Chibanes<sup>4</sup> alargaram o nosso campo de conhecimentos e permitiram fundar novas perspectivas sobre o processo da ocupação humana, que, durante aquele período, teve por palco a região do Baixo Sado.

Tratando-se de uma breve revisão e actualização do que escrevemos em 1986, o presente artigo não repetirá as figuras então publicadas, sendo ilustrado graficamente apenas através do material obtido a partir dessa data.

### **A presença fenícia**

Os trabalhos arqueológicos que, nas duas últimas décadas, efectuámos no Castelo de Alcácer do Sal, área urbana de Setúbal e Abul revelaram testemunhos eloquentes da presença fenícia. De acordo com a informação neste momento disponível, o processo de povoamento do Baixo Sado durante o período compreendido entre os finais do século VIII e o século VI a.C. parece ter atravessado três fases principais.

Dos finais do século VIII aos inícios do século VII a.C. ocorrem os primeiros contactos entre Fenícios e grupos autóctones do Bronze Final. Esta fase encontra-se representada na base da potente se-

quência estratigráfica estudada na Travessa dos Apóstolos, em Setúbal (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1986). Juntamente com cerâmica de fabrico manual, tipologicamente característica do final da Idade do Bronze, que aí predomina esmagadoramente (84%), surgem as primeiras cerâmicas produzidas ao torno, fenícias: ânforas, “cerâmica cinzenta”, toda do grupo A, cerâmica de engobe vermelho, cerâmica pintada policroma e cerâmica comum ao torno. Esses níveis podem, pois, corresponder a um horizonte de transição para a Idade do Ferro durante o qual se assiste à interacção da população autóctone com grupos de mercadores fenícios em expansão para Ocidente.

A cronologia (finais do século VIII — primeiras décadas do século VII) que sugerimos para o início da ocupação da colina de Santa Maria, no Centro Histórico de Setúbal, baseia-se em dados de carácter estratigráfico e tipológico:

- níveis da base da sequência sobrepostos por níveis cujo material arqueológico não pode ser posterior a meados do século VI com cerâmica manual numa percentagem de somente 24% (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1986,96);
- elevada percentagem (84%) de cerâmica manual, do Bronze Final. Esta frequência relativa adquire maior significado cronológico quando comparada com contextos como o da camada 10 do Castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81), datável do último quartel do século VII e que possui apenas 11,5 % de cerâmica manual.

A primeira fase do processo de povoamento dos inícios da Idade do Ferro no Baixo Sado pode estar igualmente representada em Alcácer do Sal, povoado que, pela sua localização e dimensões, deveria comportar-se como o principal centro urbano, político e comercial dessa região. Porém, as escavações que aí realizámos, ao terem lugar em área talvez periférica em relação ao núcleo do Bronze final/Ferro inicial, revelaram um hiato entre a ocupação daquele período e a do último quartel do século VII, já plenamente orientalizada.

O processo de diálogo intercultural criou condições propícias ao estabelecimento de um povoado de fundação fenícia no estuário do Sado. De facto, no segundo quartel ou em meados do século VII, funda-se em Abul uma feitoria fenícia (MAYET & TAVARES DA SILVA, 1977). Este local — uma pequena península da margem direita do paleo-estuário, de onde se dominava visualmente a desembocadura deste — era servido por duas enseadas que ofereciam condições de porto natural e gozava de excelente localização geoestratégica, tendo em vista a manutenção de relações com os povoados indígenas de Setúbal e Alcácer do Sal e com a região mineira da

Serrinha (Palma) a que a ribeira de São Martinho, afluente do Sado, dava acesso directo. Em Abul é então construído um amplo edifício de planta quadrangular, provido de um pátio central igualmente quadrangular, rodeado a oeste, norte e este por compartimentos rectangulares, por vezes de grandes dimensões, que teriam servido como armazéns, e a sul por pequenos compartimentos utilizados talvez com funções habitacionais e/ou “administrativas”. Tratava-se de um “palácio-feitoria” com características marcadamente orientais. A pequena elevação sobre a qual se erguia era rodeada por um fosso.

Esse edifício sofre uma remodelação, provavelmente no último quartel do século VII. O pátio central é reduzido e rodeado por um corredor perimetral, com o qual comunica através de amplos vãos abertos nos seus quatro lados. Este conjunto central, formado pelo pátio e corredor, era rodeado por compartimentos rectangulares: uns, de grandes dimensões, distribuídos ao longo dos lados este, norte e oeste, teriam sido, tal como no edifício inicial, utilizados como armazéns; outros, situados no lado sul e de pequenas dimensões, teriam desempenhado funções habitacionais (presença de lareiras). A entrada principal da primeira fase foi abandonada e deslocada para o lado sul, sendo, exteriormente, servida por uma calçada de grandes lajes de brecha da Arrábida que se sobrepõe ao fosso, o qual já então estaria inoperante e colmatado por lixos domésticos.

O edifício da segunda fase parece ter sido abandonado durante a primeira metade do século VI.

O carácter fenício de Abul encontra-se claramente expresso na arquitectura, com paralelos no Mediterrâneo oriental, no padrão locativo e no espólio exumado, que comporta todas as grandes categorias cerâmicas próprias da cultura material fenícia ocidental.

O comércio foi, por certo, a principal actividade económica desenvolvida em Abul. Muita da cerâmica é de importação, como foi demonstrado pelas análises petrográficas efectuadas; identificou-se um grupo de pasta (presente em recipientes de engobe vermelho, de cerâmica cinzenta ao torno, de cerâmica pintada de bandas e em ânforas) igualmente detectado na cidade fenícia do Castillo de Doña Blanca, na baía de Cadiz.

Outros testemunhos apontam para o desenvolvimento de outras actividades económicas, como a criação de gado (boi, ovelha/cabra e porco — este último, raro) (CARDOSO, 1996), a agricultura, a fiação (presença de fusaiolas) e a metalurgia do ferro (aparecimento de tubo de fole de fundição, de secção rectangular e com dois orifícios longitudinais; de minério e de escórias). A caça, a pesca e o marisqueio estão mal representados.

A terceira fase do processo de povoamento de que temos vindo a tratar encontra-se documentada em Setúbal (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1996) e no Castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81), locais onde, a partir, pelo menos, do último quartel do século VII, quando Abul entra na sua segunda fase construtiva, se assiste à plena orientalização das culturas indígenas. Essa orientalização, resultado da intensificação dos contactos entre Fenícios e a população autóctone, poderia ter decorrido em atmosfera de equilibrada interacção e mesmo miscigenação. Segundo o modelo que defendemos, grupos fenícios ter-se-iam instalado em povoados de fundação indígena, pelo menos a partir de finais do século VII, como é sugerido pelos resultados das nossas escavações no castelo de Alcácer do Sal. Tal instalação poderia igualmente explicar o abandono, na primeira metade do século VI, do “palácio-feitoria” de Abul. Agora já não seria necessário um estabelecimento desta natureza: o comércio passaria a fazer-se no interior dos povoados de origem autóctone que haviam assimilado plenamente inovações tecnológicas, arquitectura, mesmo comportamentos culturais orientalizantes os quais, entrosados com a herança do Bronze Final, estiveram na origem de uma florescente I Idade do Ferro, na segunda metade do século VII e primeira metade do século VI A.C., no sul de Portugal.

### **Formações sociais da plena Idade do Ferro — um mosaico cultural<sup>5</sup>**

Em Setúbal, Abul e Alcácer do Sal, os níveis arqueológicos posteriores ao séc. VI continuam a revelar uma cultura material de tradição marcadamente fenícia.

Em Setúbal (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1986), a sequência sidérica não ultrapassa o século IV; em Abul, fica-se pelo século V, tendo sido posto a descoberto um pequeno santuário onde estão patentes depósitos de oferendas associadas a rituais de fogo; mas no castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81) atinge os alvares da romanização, manifestando sempre características filiadas numa persistente tradição semita. Esta componente cultural não pode ser imputada a uma renovação do “orientalismo” por via da chegada de influxos de origem cartaginesa. Admitimos, por um lado, um processo de (re)elaboração cultural local ou regional intensamente marcado pela presença fenícia e, por outro, a vinculação de Alcácer do Sal ao mundo púnico na concepção mais abrangente deste termo (descendentes dos Fenícios do Ocidente).

Quando em 1980 publicámos os resultados das nossas escavações no Castelo de Alcácer do Sal, assinalámos no Baixo Alentejo, entre o século V/IV e o século II a.C., a par daquele contexto cultural de origem mediterrânea e semita, a existência de um outro fácies cultural caracterizado por abundante cerâmica de fabrico manual, por vezes com decoração plástica (cordões segmentados), e pela frequência de decoração estampilhada. Representado em Miróbriga (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1979) e na Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém) (TAVARES DA SILVA, 1978), entre muitas outras jazidas, corresponderia a um Ferro II continental e celtizante. Este panorama cultural heterogéneo tem sido confirmado nos últimos anos (ARRUDA *et al.*, 1995) e, na região do Baixo Sado, as recentes escavações no Castro de Chibanes (Palmela) (TAVARES DA SILVA & SOARES, 1997) vieram reforçar a ideia da existência de um mosaico cultural durante a plena Idade do Ferro.

O sítio de Chibanes, situado sobre a crista da Serra do Louro, entre Palmela e a Quinta do Anjo, possui excelentes condições geoestratégicas, quer pelas boas condições de defesa que comporta, quer pelo controlo visual de uma ampla paisagem que se estende do Tejo ao Sado. Foi, durante o Ferro II, um povoado fortificado, com uma extensa muralha em arco que defendia a encosta de mais fácil acesso; ao longo dessa muralha organizavam-se habitações de planta rectangular. O material cerâmico que temos vindo a exumar nos níveis do Ferro II difere quer do proveniente de Setúbal e Alcácer do Sal, quer do encontrado em Miróbriga e Pedra da Atalaia. Estamos em presença de outro grupo estilístico no qual a cerâmica cinzenta ao torno, de tradição fenícia, tão abundante em Setúbal e Alcácer, é muito escassa, mas onde também a cerâmica característica do horizonte continental e celtizante está praticamente ausente. Acusando, sem dúvida, influências mediterrâneas (presença, por exemplo de ânforas “ibero-púnicas”), afasta-se contudo da cultura material de ascendência fenícia ocidental patente em Setúbal, Abul e Alcácer. A sua definição torna-se, por enquanto, difícil; porém, o que neste momento sabemos acerca de Chibanes é suficiente para admitirmos a existência de um terceiro grupo estilístico na cerâmica do Ferro II da região do Baixo Sado e Alentejo Litoral.

### **O final da Idade do Ferro e os alvares da romanização**

O período de transição da Idade do Ferro para a época romana, cronologicamente situado entre a segunda metade do século II e o terceiro quartel do século I a.C., encontra-se representado no Castelo de Alcácer do Sal, Chibanes, Pedrão e Castelo dos Mouros. Estamos perante um período em

que nem sempre é fácil atribuir às realizações da cultura material uma filiação baseada no estrito dualismo indígena/romano. Tal dificuldade resulta, naturalmente, da intensa interacção que, nos dois últimos séculos do milénio, se estabeleceu entre o mundo indígena e o mundo itálico. E essa interacção não se fez somente por via directa, isto é, não ocorreu apenas entre os indígenas e os Romanos invasores. Em todo esse processo não podemos esquecer o importante papel comercial desempenhado pelos Fenícios de Gadir, relacionado com a consolidação da produção escravagista e da economia monetária, como J. L. Lopez Castro (1995) demonstrou. Através desse comércio teriam chegado à fachada atlântica peninsular, juntamente com salgas de peixe fabricadas na área do Estreito de Gibraltar e embaladas em ânforas Mañá C2<sup>6</sup>, produtos de origem itálica, designadamente cerâmicas de mesa (campaniense e “paredes finas”) e vinho transportado em ânforas Dressel I.

Deste modo, os povoados pré-romanos que recebem estes produtos oferecem contextos onde as cerâmicas sidéricas ocorrem misturadas com materiais de origem itálica, tardo-republicanos. Temos vindo a considerar tais contextos do Ferro final ou Ferro III, valorizando o peso da componente cultural autóctone na sua formação. A designação “romano-republicano” aplicar-se-ia aos contextos que, embora podendo oferecer materiais indígenas, revelam origem romana: acampamentos, fortins, por exemplo. Mas, como veremos ao tratar de Chibanes, nem sempre é fácil optar por uma dessas designações.

Os níveis arqueológicos do século II e da primeira metade do século I. a.C. escavados por nós no Castelo de Alcácer do Sal (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1980-81) mostraram a permanência da cultura material de origem fenícia, radicada neste arqueossítio desde o século VII a.C.. Como escrevemos em 1980-81, nota-se, nesses últimos níveis da sequência da Idade do Ferro, “a predominância do elemento cultural mediterrânico de feição semita (púnica e/ou ibero-púnica) sobre a itálica. Esta última encontra-se representada por escassos (1,8%) e tardios fragmentos de campaniense das classes A e B; a ânfora romana republicana está quase ausente (apenas um exemplar encontrado fora de contexto). Em contrapartida, a *cerâmica cinzenta* (quase exclusivamente do grupo B — 7%), a cerâmica pintada (sendo a de bandas exclusivamente monócroma), as ânforas (identificada a forma neo-púnica designada por Dressel 18 [Mañá C2] ) e a cerâmica comum mostram estar na tradição das cerâmicas das fases anteriores” (TAVARES DA SILVA, *et al.*, 1980-81, 211). Também as estruturas arquitectónicas correspondentes a esta fase revelam a mesma tradição.

Chibanes que, durante o Ferro II, como atrás dissemos, se diferencia, no que à cultura material diz respeito, de Alcácer e Setúbal, sem apresentar, porém, um carácter marcadamente continental, mantém, entre a segunda metade do século II e o terceiro quartel do século I, o mesmo ambiente geral, não obstante o hiato entre essas duas ocupações, de, pelo meno, meio século, detectado na área por nós escavada (TAVARES DA SILVA & SOARES, 1997). A chamada cerâmica comum encontra-se claramente na tradição da do Ferro II; nos materiais importados, a par de ânforas da forma Mañá C2, provenientes da área do Estreito, ocorrem cerâmicas campanienses A e B, “paredes finas” e ânforas vinárias Dressel I, mas sempre em frequências pouco relevantes. Contudo, o sistema defensivo sofre importantes modificações, ao contrário da arquitectura doméstica que, embora manifestando tendência para uma maior compartimentação, conserva as características fundamentais da ocupação do Ferro II. Com efeito, na fase de ocupação que se inicia no último quartel do século II abandona-se a extensa muralha em arco que defendia a encosta norte e opta-se pela construção de uma fortificação abaluartada, constituída por panos rectilíneos e ortogonais, que procurará defender o acesso virado a ocidente que, como hoje, se faria pela crista da serra. Esta fortificação acabará por perder a sua função defensiva cerca de meados do século I a.C., sendo a sua área ocupada por habitações durante o terceiro quartel do mesmo século. Traduzirão as alterações no sistema defensivo ocorridas nos finais do século II, uma efectiva e precoce presença romana?

A questão acima colocada parece ser em parte legítima quando analisamos o estrato do século I a.C. (segundo e terceiro quartéis) do sítio do Pedrão (SOARES & TAVARES DA SILVA, 1973). Neste caso, porém, a arquitectura, pela técnica construtiva e pela morfologia, parece filiar-se no mundo indígena. As influências itálicas estão mais visíveis no espólio móvel. De facto, esta verdadeira fortaleza natural da encosta oriental da Serra de São Luís, de onde se domina visualmente quase toda a baía de Setúbal, forneceu numerosos materiais de origem romana, tardo-republicanos, destacando-se, pela sua abundância, a cerâmica campaniense da classe B. Coexistem, porém, com artefactos marcadamente sidéricos (ânforas “íbero-púnicas”, por exemplo), sendo alguns claramente relacionáveis com o comércio desenvolvido a partir de Gadir, como ânforas da forma Mañá C2 e numismas cunhados nesta cidade fenícia. Seja qual for a origem do estabelecimento do Pedrão, indígena ou romano, parece evidente que as suas defesas naturais e artificiais e o seu instrumental bélico traduzem uma conjuntura político-social de grande instabilidade e insegurança; em meados do século I a.C., o colonizador romano não ocupava estável e pacificamente a região da foz do Sado.

Será necessário aguardar pelo segundo quartel do século I d.C., para assistirmos, em Setúbal e Tróia<sup>7</sup>, ao efectivo estabelecimento de um modo de vida francamente romanizado.

## Notas

<sup>1</sup> Director do Centro de Estudos Arqueológicos do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal — Av. Luisa Todí, 162, 2900-451 SETÚBAL

<sup>2</sup> Edição do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.

<sup>3</sup> As escavações arqueológicas em Abul, efectuadas por nós e Françoise Mayet, integraram um projecto luso-francês do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e da Missão Arqueológica Francesa em Portugal. Decorreu entre 1990 e 1997. Neste momento, preparamos a respectiva monografia.

<sup>4</sup> O castro de Chibanes (Palmela) foi, até agora (1999), objecto de quatro campanhas de escavações arqueológicas da responsabilidade do autor e de Joaquina Soares, promovidas pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

<sup>5</sup> Falamos de cultura material no sentido arqueológico (cultura material), e não etnológico do termo.

<sup>6</sup> Para a distribuição em território português da ânfora Mañá C2, ver Arruda e Almeida (1998).

<sup>7</sup> O contexto romano mais antigo até agora identificado no Centro Histórico de Setúbal remonta ao período Tibério-Cláudio e foi escavado no Largo da Misericórdia onde integrava estruturas de uma olaria que produziu ânforas da forma Dressel 14 (TAVARES DA SILVA, 1996).

O início da ocupação romana de Tróia parece ter ocorrido igualmente no segundo quartel do século I d.C., como é sugerido pelo estudo da *sigillata* itálica: "La faiblesse de la *sigillée* italique prouve que les relations commerciales de Tróia avec le reste du monde romain n'ont débuté que quelques décades après le changement de l'ère" (ETIENNE *et al.*, 1994, 25).

## Referências bibliográficas

- ARRUDA, A. M. & ALMEIDA, R. R. (1998). As ânforas da Classe 32 na Alcáçova de Santarém (campanhas de 1983-91). *Conimbriga*, 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M.; GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1995). O que é a II Idade do Ferro no Sul de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia e Etnologia (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular)*, 35 (2), p. 237-257.
- CARDOSO, J. L. (1996). Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos. *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 160-170.
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. & MAYET, F. (1994). *Un grand complexe industriel a Tróia (Portugal)*. Paris, Diffusion E. de Boccard.
- LÓPEZ CASTRO, J. L. (1995). *Hispania Poena. Los Fenicios en la Hispania romana*. Barcelona, Ed. Crítica.
- MAYET, F. & TAVARES DA SILVA, C. (1997). L'établissement phénicien d'Abul (Alcácer do Sal). *Itinéraires Lusitaniens. Trente années de collaboration archéologique luso-française*. Paris, Diffusion E. de Boccard, p. 255-273.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1973). Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *Actas das II Jornadas Arqueológicas*, vol. 1, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 245-305.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1979). Cerâmica pré-romana de Miróbriga (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 159-194.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1986). Ocupação pré-romana de Setúbal. *Actas do I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, p. 87-101.
- TAVARES DA SILVA, C. (1978). Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 4, p. 117-132.
- TAVARES DA SILVA, C. (1996). Produção de ânforas na área urbana de Setúbal. *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado* (Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado). Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 43-54.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J. (1986). *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J. (1997). Chibanes revisitado. Primeiros resultados da campanha de escavações de 1996. *Estudos Orientais*, 6, p. 33-66.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de Mello; DIAS, L. Ferrer & COELHO-SOARES, A. (1980/81). Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6/7, p. 149-218.

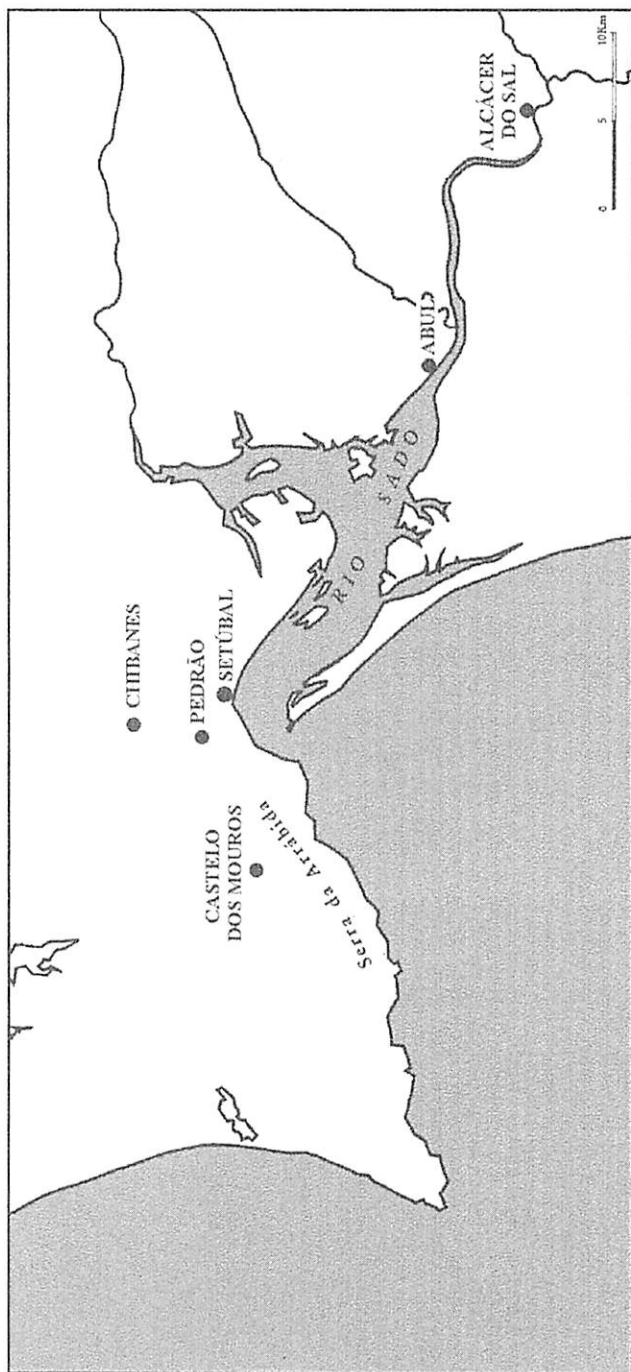


FIGURA 1 – Localização dos povoados da Idade do Ferro na região do Baixo Sado

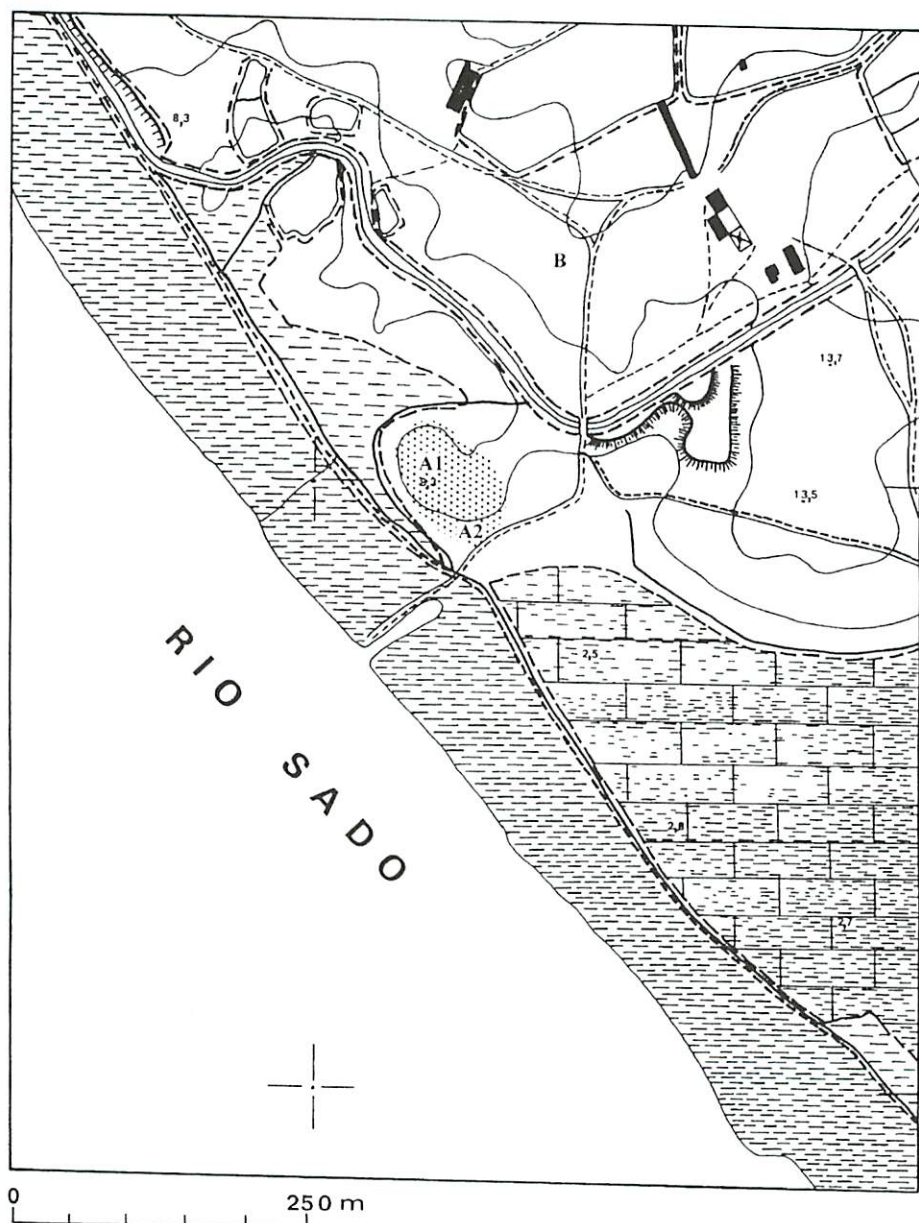


FIGURA 2 – Localização do sítio fenício de Abul. A1 — “Palácio-feitoria” dos séculos VII e VI; A2 — estruturas do século VII/VI; B — santuário dos finais do século VI e do século V a.C.

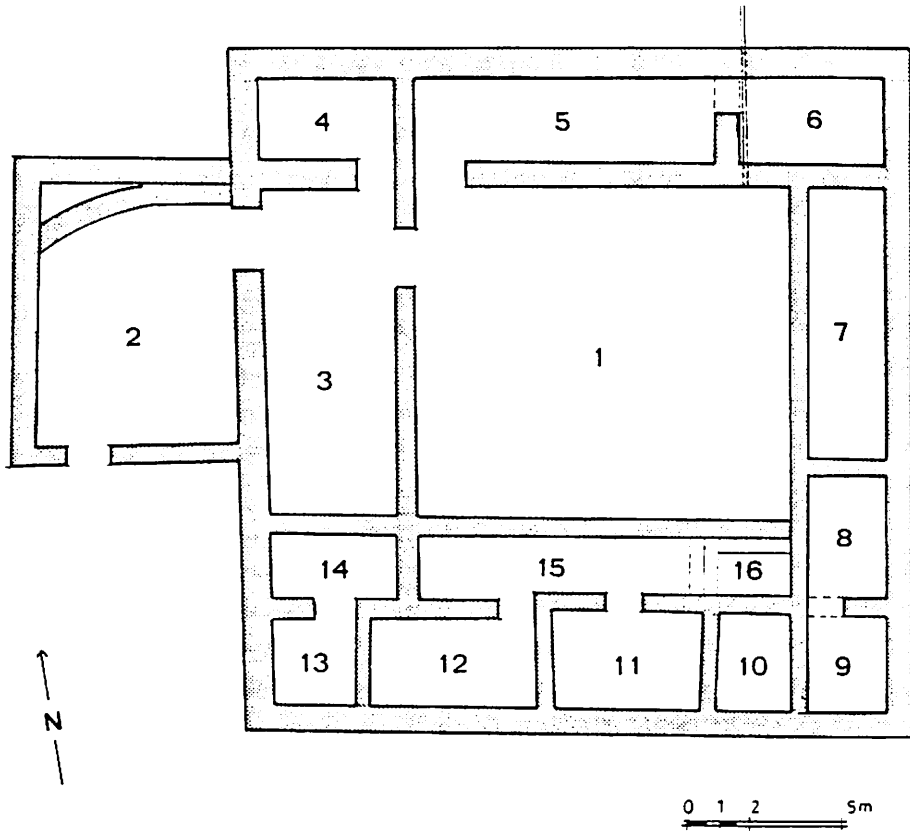


FIGURA 3 – Planta esquemática da primeira fase do “palácio-feitoria” de Abul A1: 1 — pátio central; 2 — “torre de entrada”; 4 a 9 — armazéns; 10 a 16 — área habitacional e/ou “administrativa”

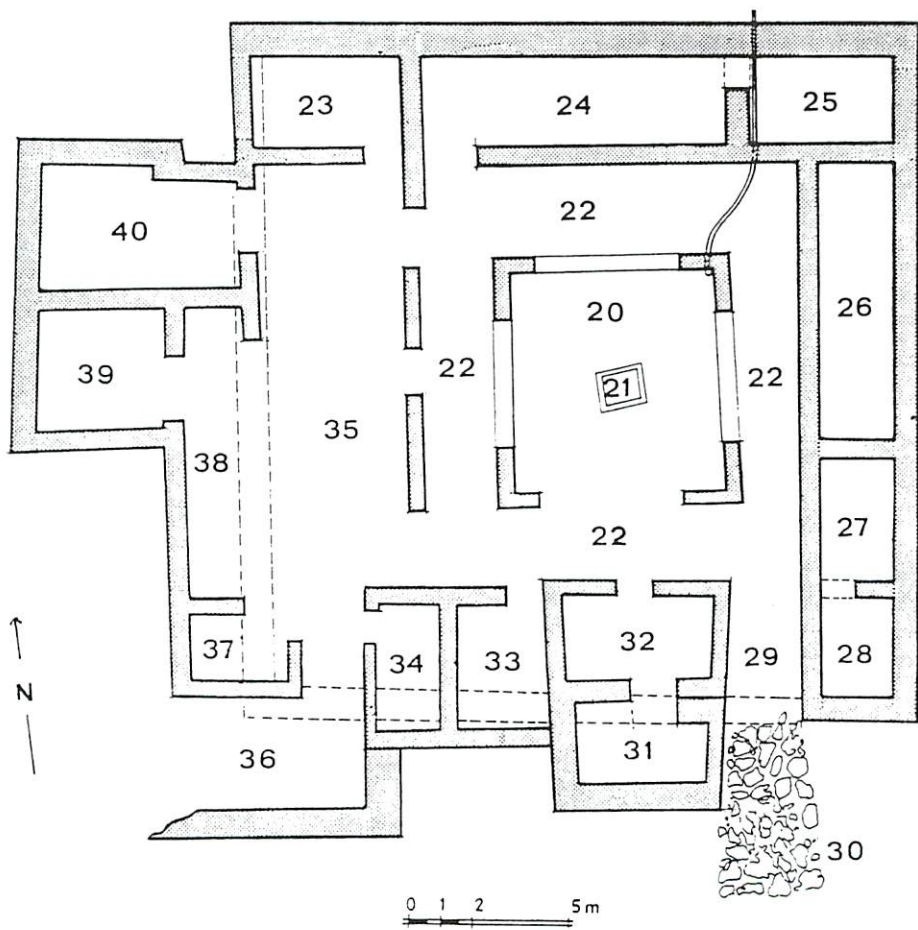


FIGURA 4 – Planta esquemática da segunda fase do “palácio-feitoria” de Abul A1: 20 — pátio central com edícula (21); 22 — corredor; 23 a 28 — armazéns; 29 — corredor de entrada; 30 — calçada; 31 — “torre”; 32 a 34 e 37 — área habitacional

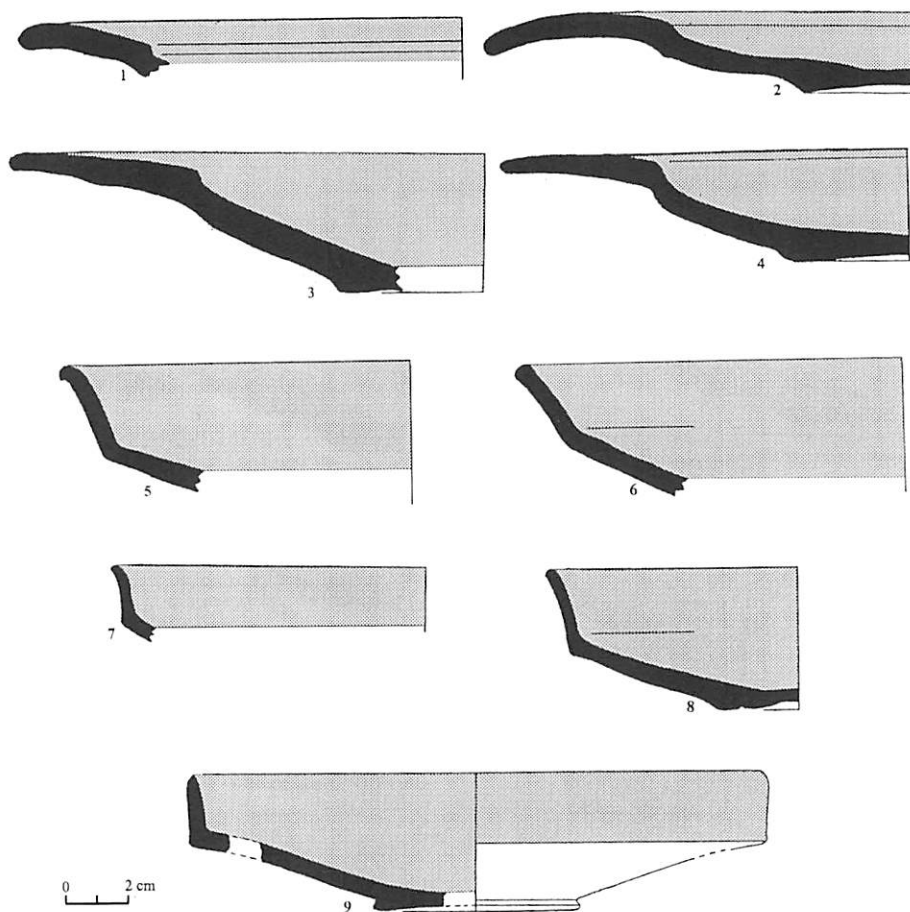


FIGURA 5 – Cerâmica de engobe vermelho fenícia da fase I de Abul A

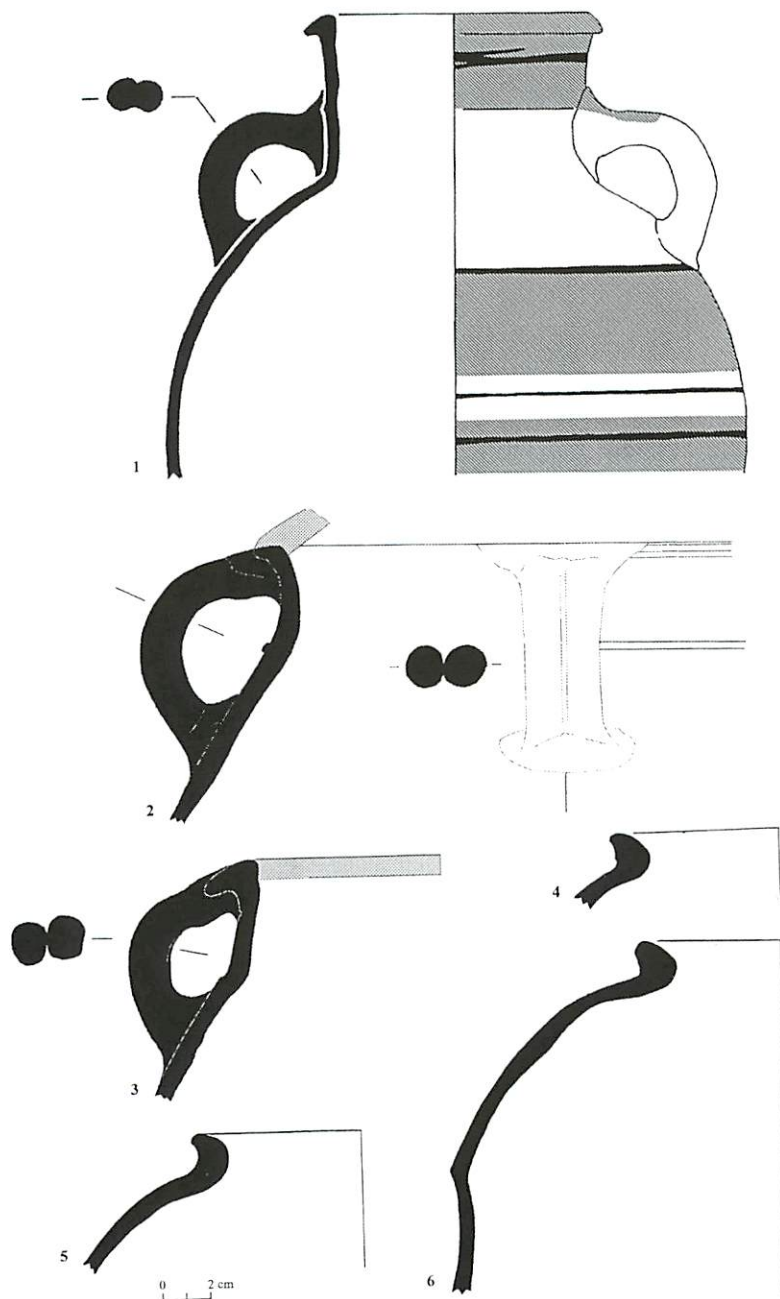


FIGURA 6 – Cerâmica pintada de bandas (n.ºs 1 a 3) e ânforas fenícias ocidentais (n.ºs. 4 a 6) da fase I de Abul A

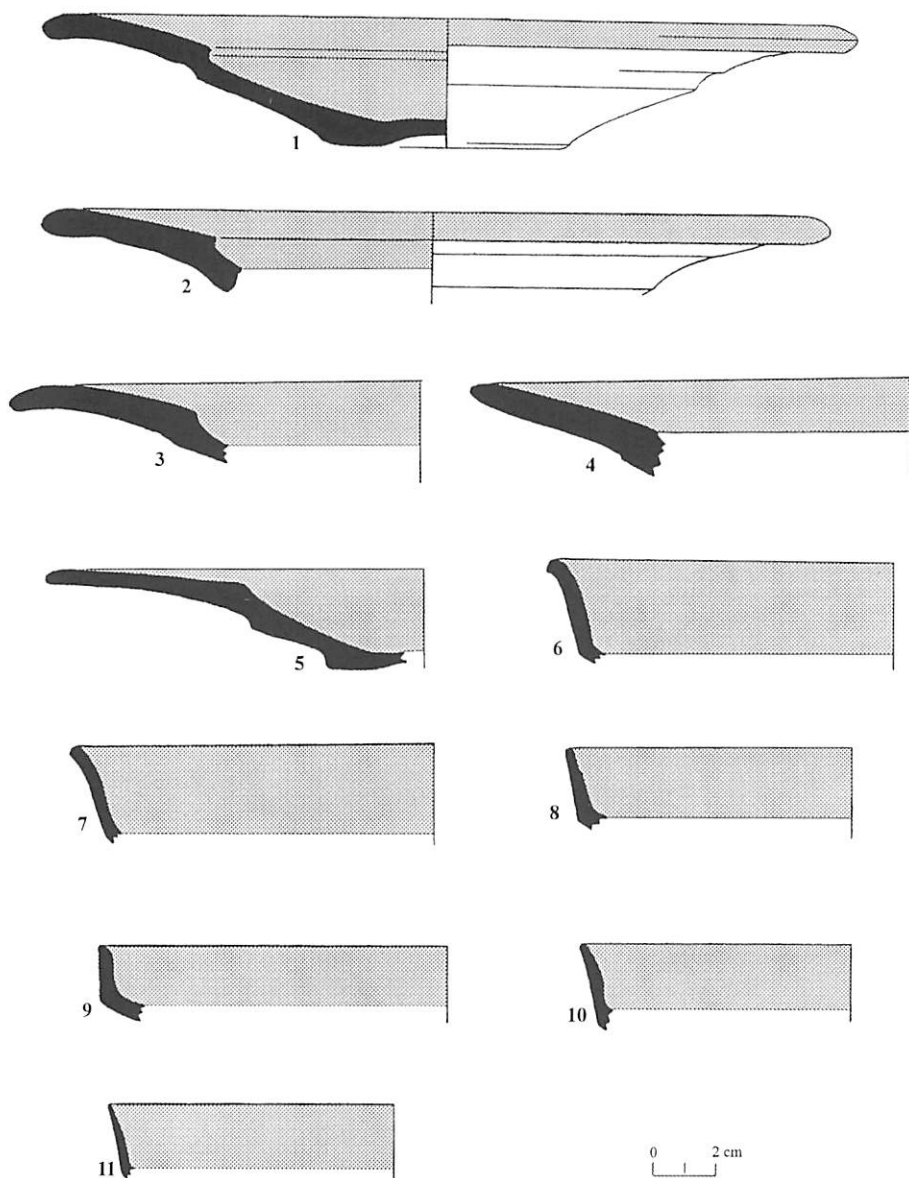


FIGURA 7 – Cerâmica de engobe vermelho fenícia da fase II de Abul A

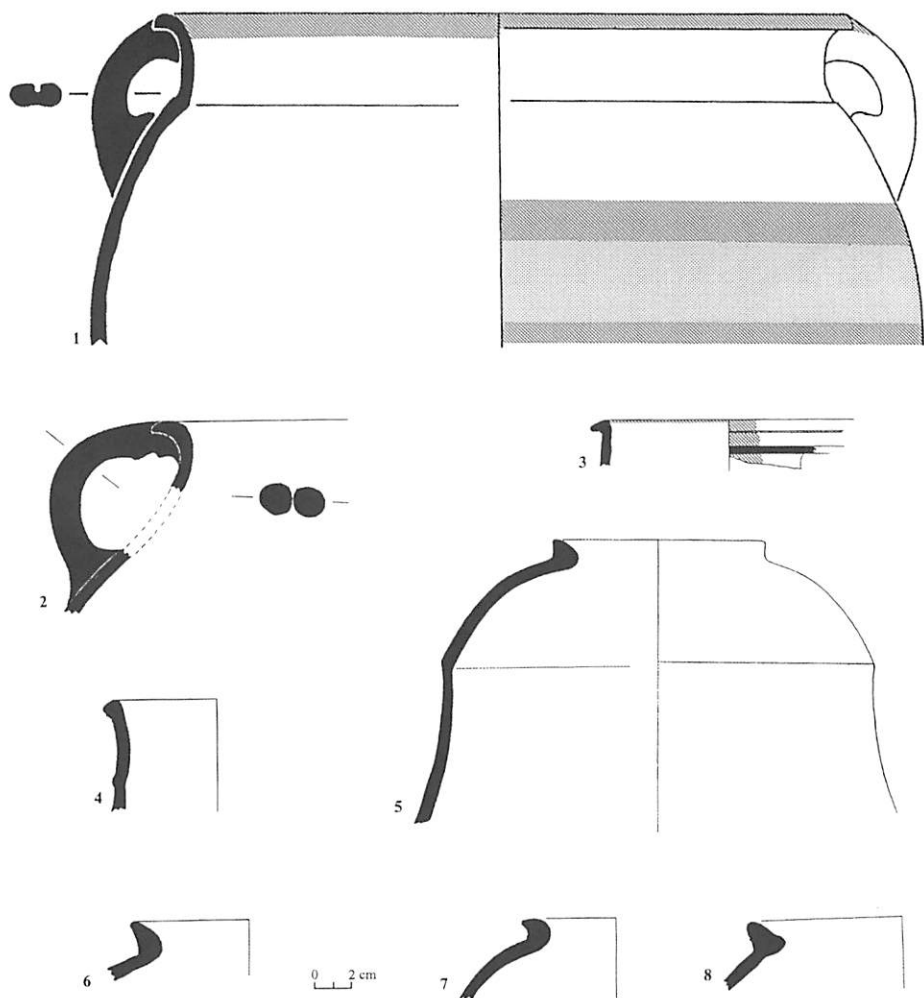


FIGURA 8 – Cerâmica pintada de bandas (n.ºs. 1 a 4) e ânforas fenícias ocidentais (n.ºs. 5 a 8) da fase II de Abul A

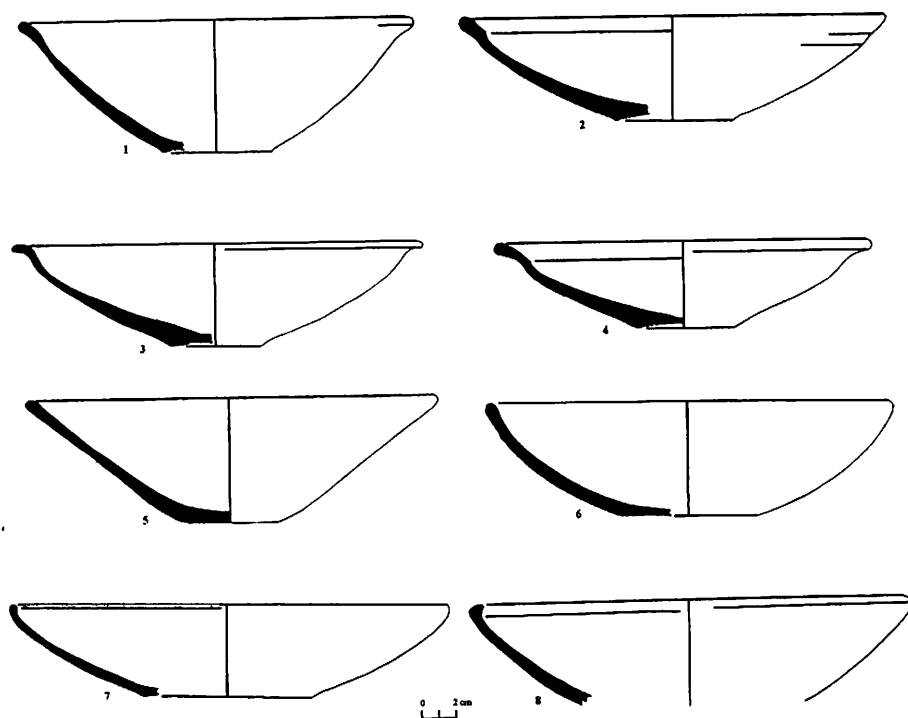


FIGURA 9 – Cerâmica cinzenta fenícia ocidental de Abul A. Formas mais comuns

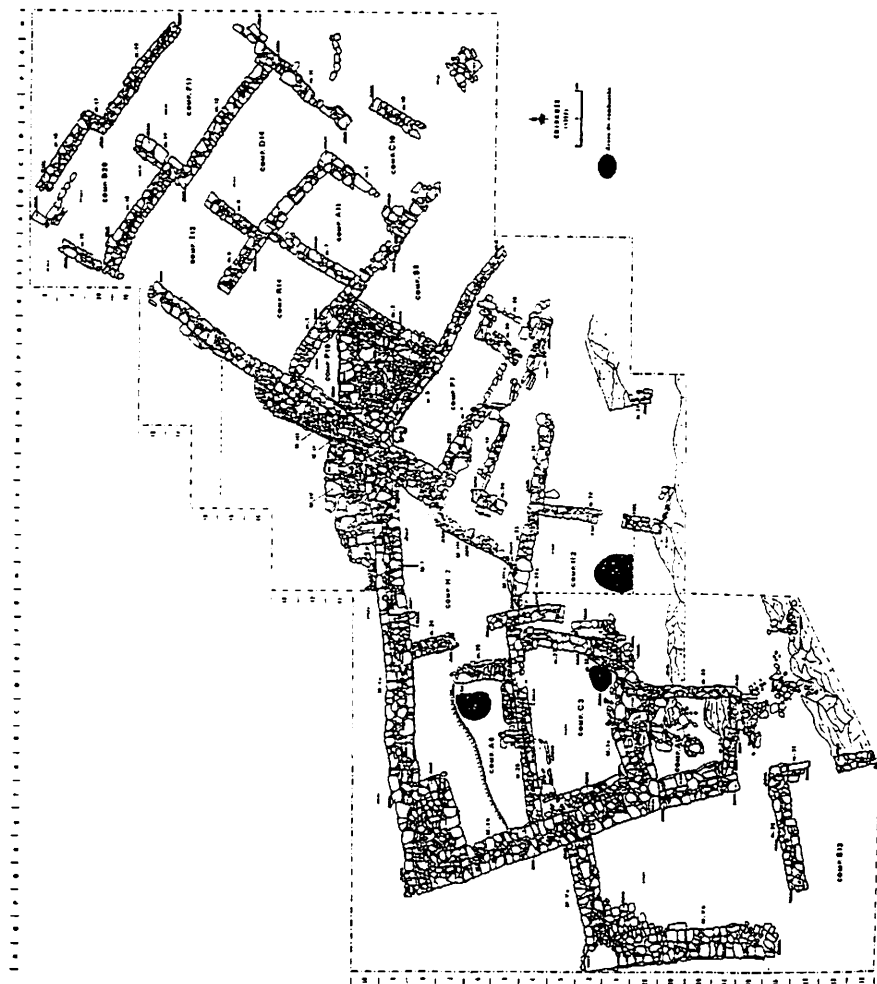


FIGURA 10 – Planta da área escavada no castro de Chibanes (1997)

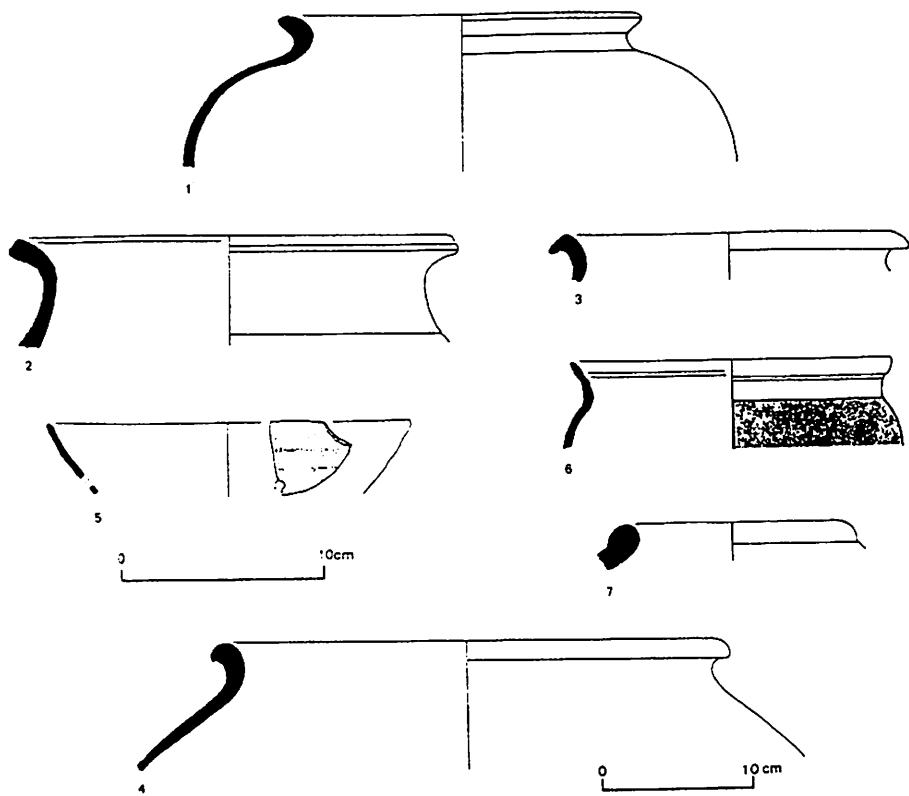


FIGURA 11 – Cerâmica da Fase II A (Ferro II) do castro de Chibanes: 1 — manual; 2 a 5 — ao torno com cozedura final oxidante; 6 — ao torno, pintada de bandas; 7 — ânfora

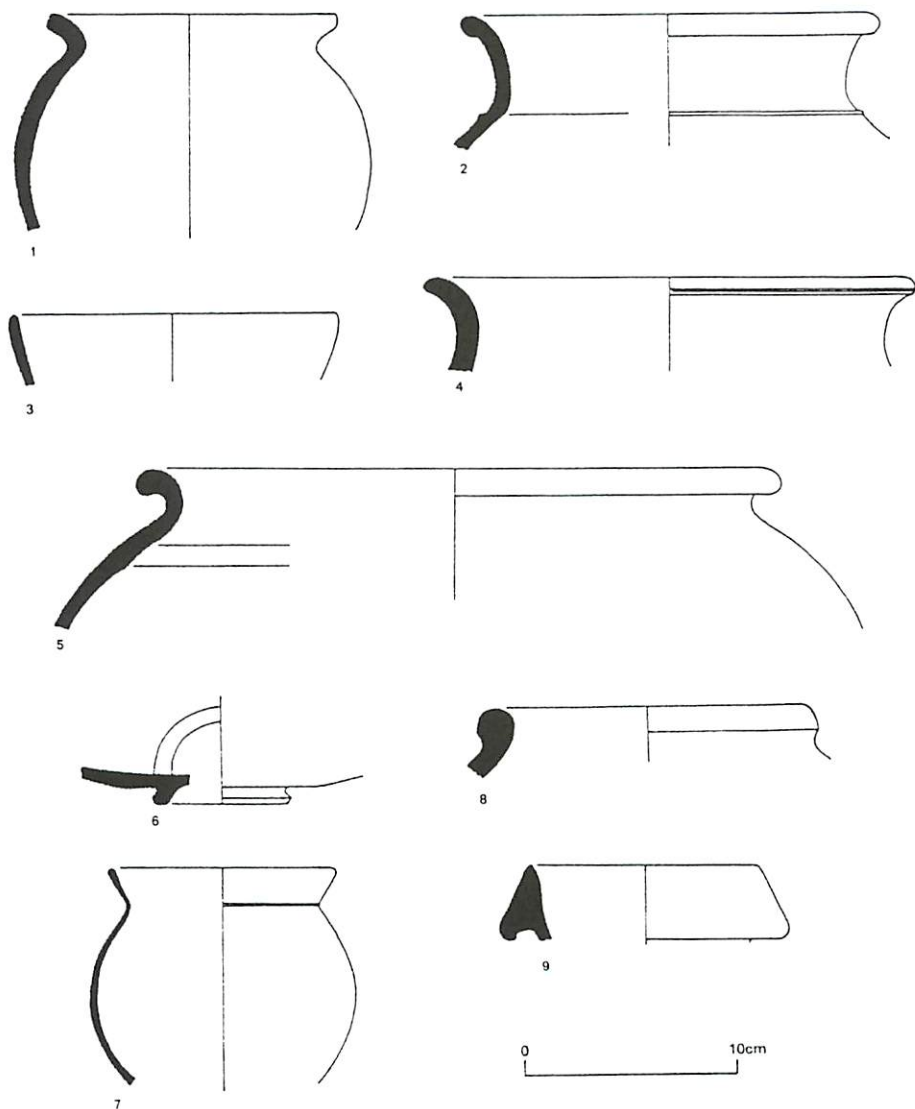


FIGURA 12 – Cerâmica da Fase II B (Ferro III/periódico romano-republicano) do castro de Chibanes: 1 — manual; 2 — ao torno com cozedura redutora; 3 a 5 — ao torno com cozedura final oxidante; 6 — campaniense A; 7 — “paredes-finas”; 8 — ânfora “púnica”; 9 — ânfora itálica

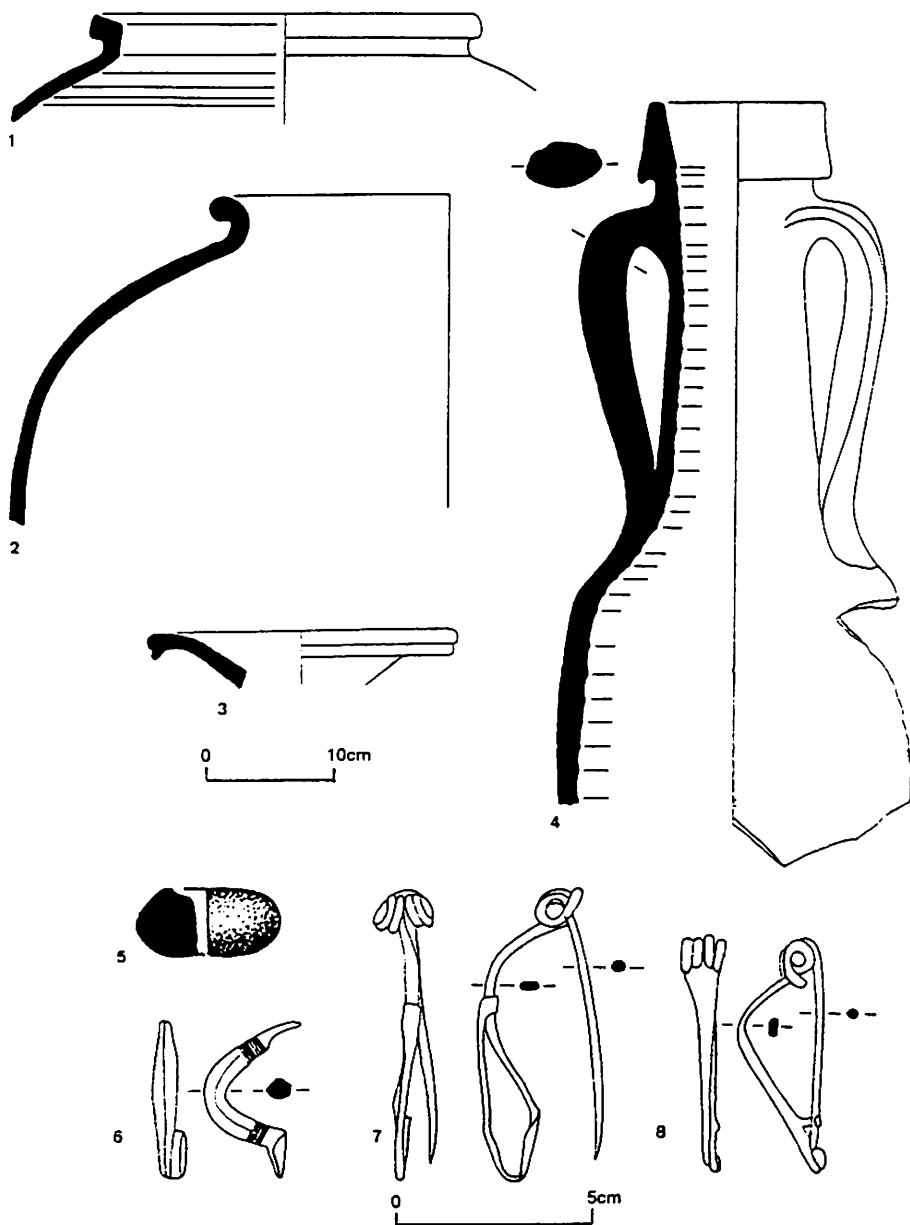


FIGURA 13 – Materiais da Fase II C (Ferro III/periódoo romano-republicano) do castro de Chibanes: 1 e 2 — cerâmica ao torno com cozedura final oxidante (“talhas”); 3 e 4 — ânforas; 5 — fusaiola; 6 a 8 — fíbulas

## O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DA PONTA DA PASSADEIRA: ECONOMIA RIBEIRINHA DOS IV/III MILÉNIOS A. C.

JOAQUINA SOARES\*

### Resumo

A autora procede à apresentação do sítio pré-histórico da Ponta da Passadeira, localizado na frente ribeirinha do concelho do Barreiro. Esta jazida arqueológica, de grande interesse para o conhecimento das origens do povoamento na região, foi objecto de escavações arqueológicas em 1995 e em 1998, estando igualmente previstos trabalhos de campo em Julho de 1999, sob a direcção da signatária. As escavações em curso na Ponta da Passadeira integram-se em um projecto de investigação de âmbito regional desenvolvido pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e contam com a participação da Câmara Municipal do Barreiro e do Instituto Português de Arqueologia.

A Ponta da Passadeira foi ocupada, pela primeira vez, durante o Paleolítico médio. A cultura material desta fase, que não será por agora abordada, mostra claras afinidades com a do vizinho estabelecimento da Conceição (Alcochete), datado de cerca de 30 000 anos. A segunda fase de ocupação da Ponta da Passadeira ocorreu entre os finais do IV e o segundo quartel do III milénios antes da Cristo, ou seja, nos finais do Neolítico e no Calcolítico inicial. Este povoado pré-histórico, com cerca de 5000 anos, dá-nos conta de adaptações das sociedades humanas a meios ribeirinhos, em fase evolucionada do modo de produção doméstico. A olaria mostrou-se a actividade de maior visibilidade arqueológica.

---

\* Directora do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

## **Introdução**

O povoado da Ponta da Passadeira (Barreiro), identificado por António Gonzalez em 1995, foi objecto da primeira intervenção arqueológica nesse mesmo ano. Tratou-se de uma escavação de emergência motivada pelo facto da erosão fluvial estar a desmontar os níveis arqueológicos. A segunda campanha de escavações realizou-se em 1998, integrada em um projecto de investigação<sup>1</sup>, de escala regional, coordenado pela signatária — “Povoamento e arqueologia da paisagem durante a Pré-história recente e a Proto-história no sector oriental da Arrábida” — desenvolvido pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, com a participação do Instituto Português de Arqueologia, Câmara Municipal do Barreiro e Parque Natural da Arrábida.

A inclusão do sítio de habitat ribeirinho da Ponta da Passadeira (Figs.1 e 2) naquele projecto abriu uma estimulante frente de investigação sobre as adaptações económico-culturais a meios biofísicos específicos e sobre a diversidade do registo arqueológico nos finais do IV e primeira metade do III milénios cal BC.

Na região de Setúbal evidenciam-se, durante a Pré-história recente, duas formações económico-sociais bem distintas: uma agro-marítima, que ocorre na fímbria estuarina de ambos os rios que limitam a Península e se encontra bem representada pela Ponta da Passadeira, na margem do Tejo e pelo Possanco (Comporta), no Sado; outra, agro-pecuária, que abrange a maior parte daquela mesoptâmia e que, na área a que o nosso projecto de investigação respeita, se encontra representada sobretudo pelos sítios de Chibanes, Pedrão e Rotura (TAVARES DA SILVA & SOARES, 1986). É nosso objectivo vir a isolar e a definir estas duas realidades arqueológicas que extravasam, como veremos, a Península de Setúbal.

## **Localização**

O povoado pré-histórico da Ponta da Passadeira localiza-se sobre uma restinga arenosa da margem sul da desembocadura do esteiro da Moita, no médio estuário do Tejo (Mar da Palha). A montante da restinga (sul), em situação de abrigo, formou-se um sapal, parcialmente ocupado por salinas. A norte, a restinga confina com um raso de maré assente sobre plataforma de abrasão, formada por arenitos mal consolidados do Plio-pleistocénico. Os

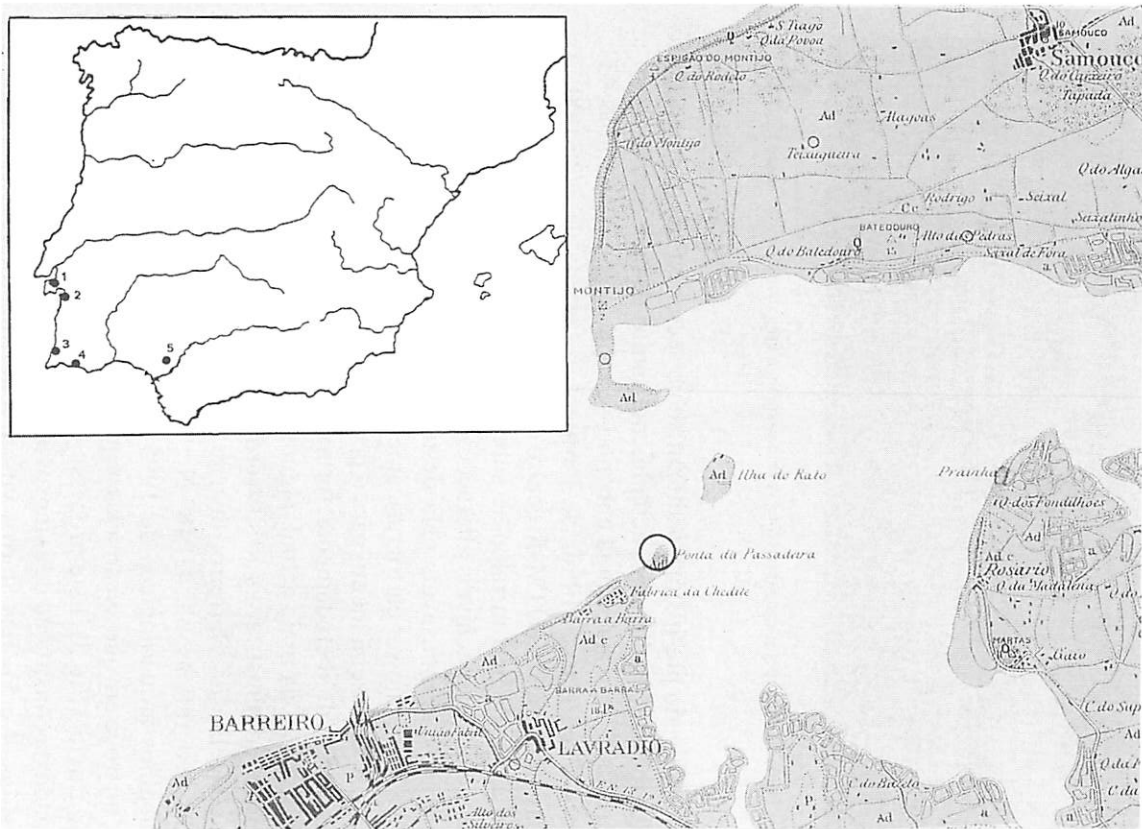


FIGURA 1 – Localização da Ponta da Passadeira (assinalada por círculo) na Carta Geológica dos Arredores de Lisboa, esc. 1: 50 000 (reduzida a 67%), Serviços Geológicos de Portugal. Em caixa: sítios do Neolítico final/Calcolítico inicial do SW peninsular, dotados de economias marino-estuarinas

(1-Ponta da Passadeira; 2- Possanco; 3- Montes de Baixo; 4- Quarteira - Forte Novo; 5-Marismilla). Esc. aprox. de 1: 16 226 000



FIGURA 2 – Ponta da Passadeira vista da Fisipe. A seta assinala a área da escavação arqueológica

vestígios do povoado pré-histórico situam-se no sector NE da restinga. Esta inclui ainda formações dunares, actualmente muito desmanteladas, com a cota máxima de 5.9 m. A restinga encontra-se representada nas folhas 431, 432, 442 e 443 da Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25 000. As coordenadas cartográficas UTM do centro da restinga são: 29S MC 962 812.

O sítio arqueológico instalou-se sobre uma estrutura geomorfológica muito dinâmica. As apreciáveis alterações que a mesma sofreu nos últimos vinte e seis anos, responsáveis pela destruição de grande parte da jazida arqueológica, puderam ser cartograficamente documentadas.

Como base de assentamento para o povoado, foram escolhidas as areias de praia e evitadas, deliberadamente, formações argilosas de um paleossapal, de que são visíveis, na praia actual, alguns afloramentos.

Em termos administrativos, o sítio arqueológico pertence à freguesia do Lavradio, concelho do Barreiro, distrito de Setúbal. Possui as seguintes coordenadas geográficas: 38° 41' 48" N ; 9° 2' 32" W.

Os trabalhos arqueológicos de 1995 e 1998 incidiram sobre a frente ribeirinha, no troço em que as camadas arqueológicas estavam a ser afectadas pela erosão fluvial (Fig.3). Este processo erosivo intensificou-se a partir de 1973, aquando da construção de extensos aterros industriais para a instalação da Fisipe (Figs. 4 e 5). Tais aterros viriam a destruir totalmente o coberto florestal da área e a determinar profundas alterações na linha de costa, em resultado do desvio que imprimiram à corrente de deriva litoral, com consequentes reflexos no balanço sedimentar. Não só a informação

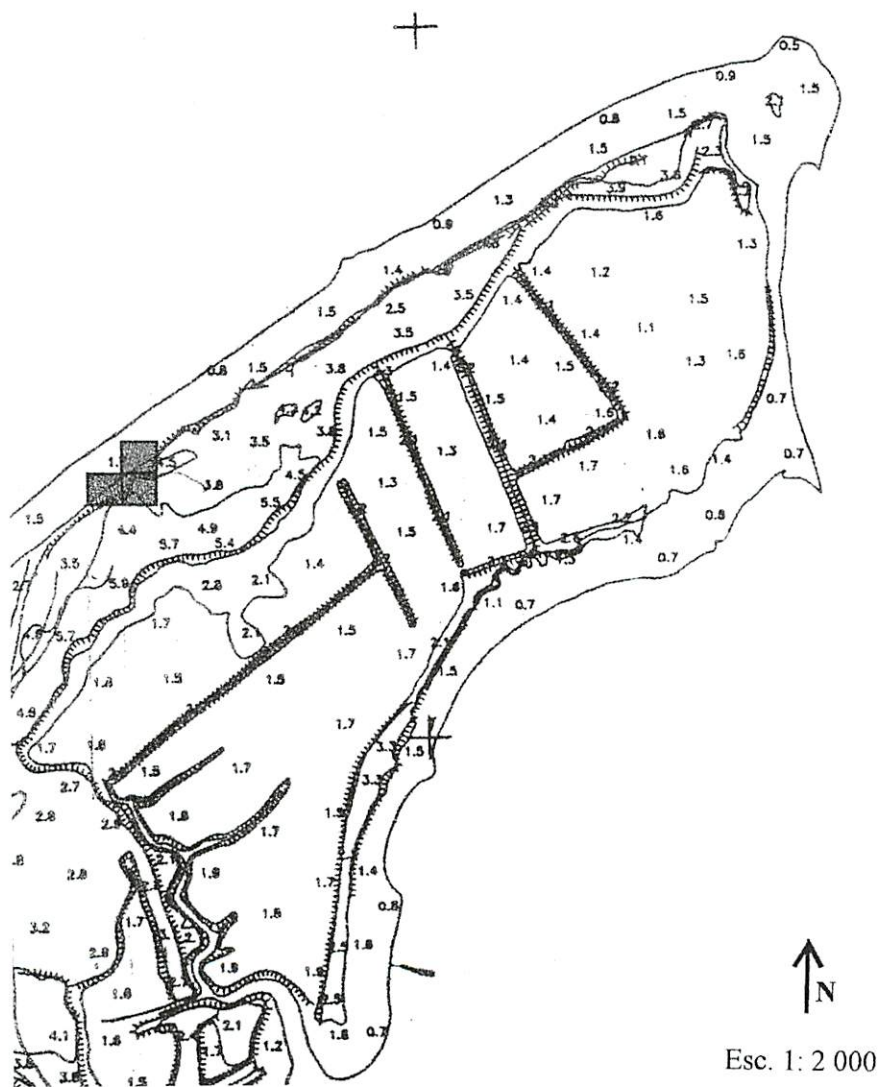


FIGURA 3 – Localização dos sectores intervenionados em 1995 e 1998, sobre levantamento aerofotogramétrico de 1991 (Câmara Municipal do Barreiro)



FIGURA 4 – Vista aérea da Ponta da Passadeira, em 1973, antes das obras de terraplenagens, destinadas à construção da Fisipe. A seta assinala a área ocupada pelo povoado pré-histórico. Arquivo fotográfico da Quimiparque



FIGURA 5 – Vista aérea da Ponta da Passadeira, em 1973, aquando dos trabalhos de terraplenagens para a construção da Fisipe. Em penúltimo plano, a ilha do Rato. Arquivo fotográfico da Quimiparque

cartográfica, mas também o levantamento topográfico das raízes de árvores existentes na zona intertidal mostram que a Ponta da Passadeira seria, consideravelmente, mais extensa na direcção do quadrante norte (Fig. 6).

## Estratigrafia

A nossa escavação abrangeu, nas duas intervenções referidas, uma área com cerca de 54m<sup>2</sup>, permitindo observar (de cima para baixo) a seguinte estratigrafia geral<sup>2</sup> (Fig.7):

- C.1 — Duna móvel, muito mal conservada. Espessura máxima na área escavada, *ca.* 1,60 m. É constituída por areia branca, fina a média, moderadamente calibrada, com 0,3% de finos, sem Ca CO<sub>3</sub>, nem matéria orgânica.
- C.2 — A sua espessura varia entre 0.17 e 0.37m. É formada por areia argilosa de cor pardacenta, com baixa frequência de finos (17-19%); a fracção arenosa é constituída na sua maior parte por quartzo (91-93%). O teor de carbonatos varia entre 3 e 4%; a matéria orgânica varia entre 1 e 2%. A C.2 pode ter-se formado a expensas da camada inferior, mas também a partir de apортаções eólicas. Escurece, gradualmente, em profundidade. Baixa frequência de materiais arqueológicos, em geral rolados.
- C.3 — A espessura varia entre 0.03 e 0.50m. Distingue-se da C.2 e da C.4 pela sua cor castanho-escura (10YR4/3). Possui textura areno-argilosa de grão fino a médio (< 1 mm), bem calibrada, podendo, no entanto, surgir grãos de quartzo rolados com 5-10 mm de diâmetro. O teor de Ca CO<sub>3</sub> é de cerca de 5% e a frequência de matéria orgânica, *ca.* 2%. Possui maior percentagem de finos (22 a 27%) que a C.2, sendo, pois, mais compacta. O limite superior, nem sempre fácil de marcar, é horizontal ou sub-horizontal; o limite inferior mostra-se bastante irregular, apresentando, com frequência, fossas escavadas na C. 4. Atribuímos a cor escura característica desta camada ao seu enriquecimento em matéria orgânica, resultante dos numerosos depósitos de lixo doméstico que a integraram. As sub-camadas artificiais revelaram-se aqui de algum interesse. A parte superior (primeiros 10 cm) forneceu cerâmica pré-histórica rolada, em

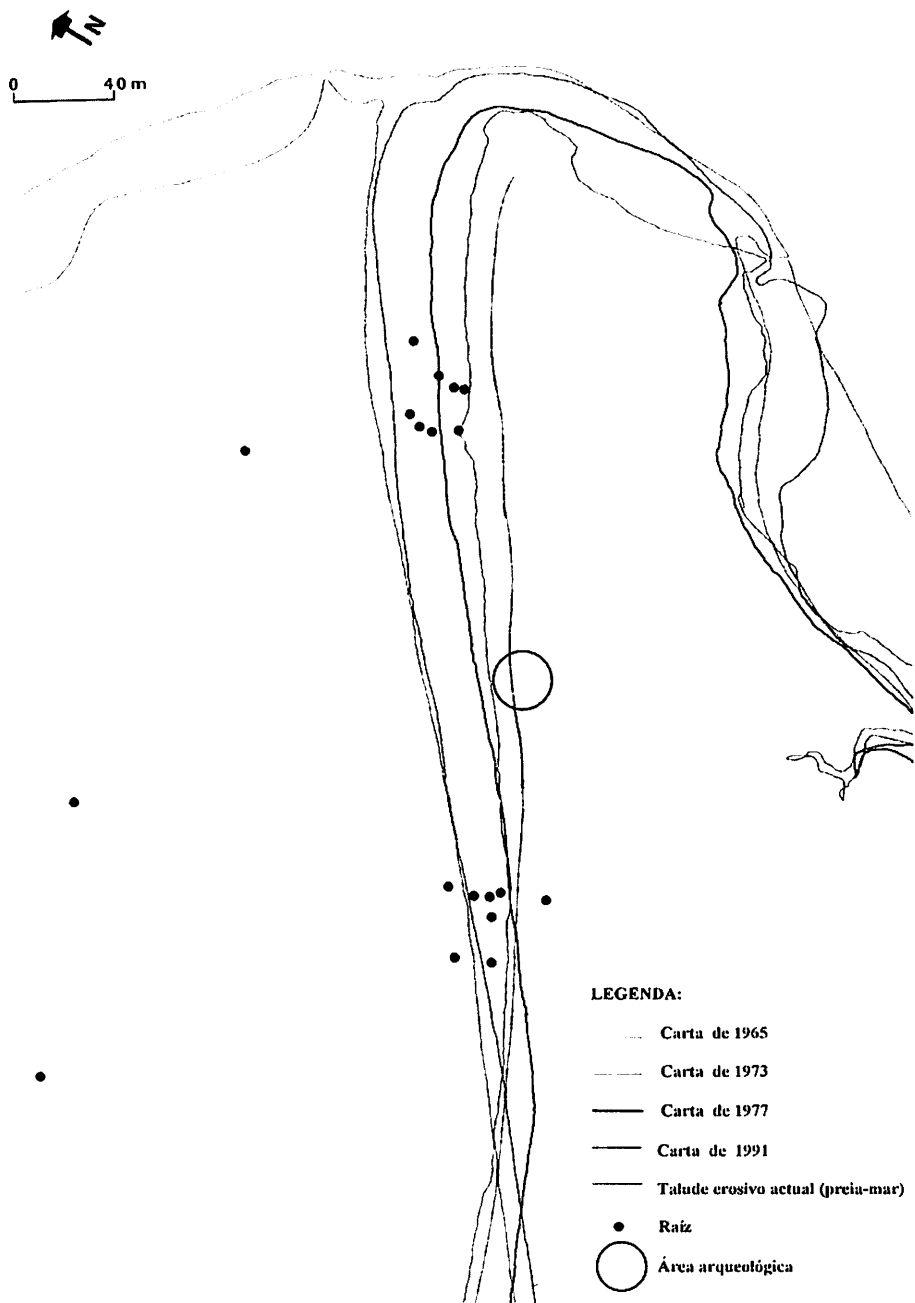


FIGURA 6 – Evolução recente da linha de costa da Ponta da Passadeira, observada a partir da cartografia disponível e do levantamento topográfico das raízes de árvores existentes no actual raso de maré. Estas irão ser objecto de datação radiométrica

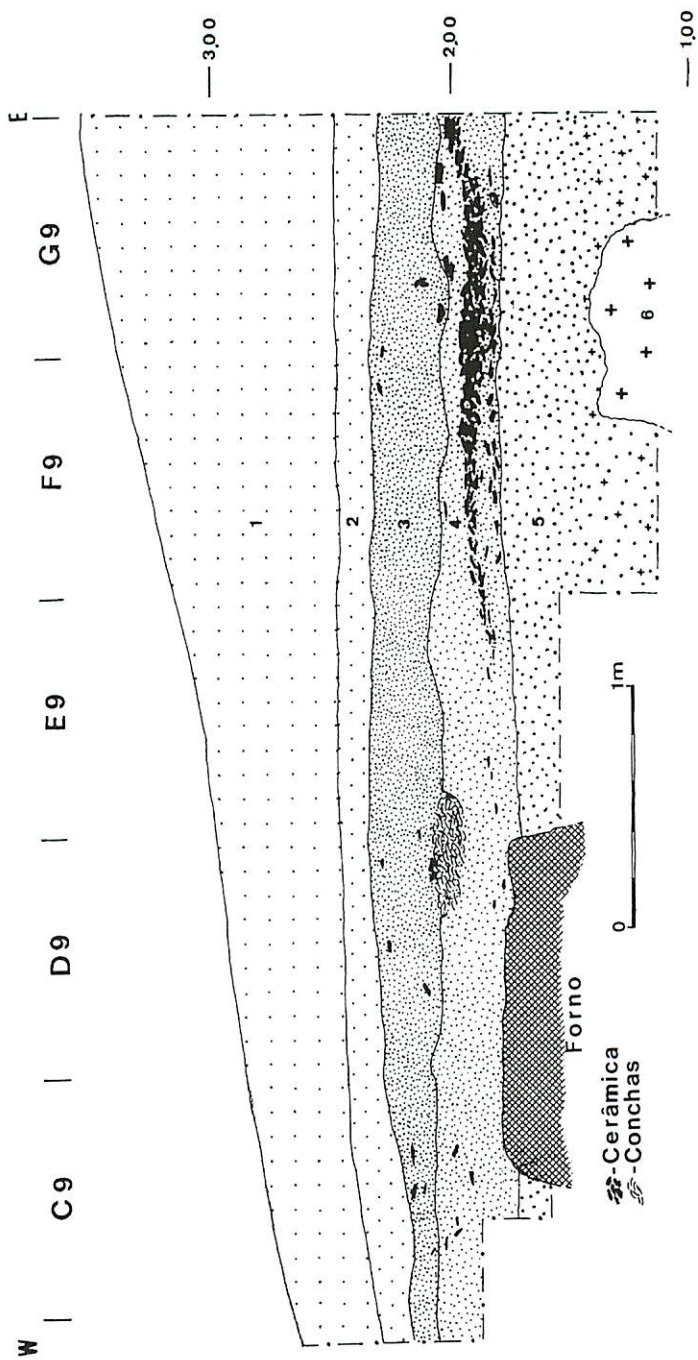


FIGURA 7 – Ponta da Passadeira, 1998. Perfil estratigráfico obtido no Sector 54, Qs. C9-G9

pequenos fragmentos, e alguns materiais recentes, não rolados, que parecem remontar ao séc. XVI (ceitel e bordo de prato de pescado em “louça vermelha”). Na plena C.3 recolheu-se cerâmica exclusivamente pré-histórica, rara indústria lítica e restos faunísticos, em geral organizados em estruturas de rejeição. A proliferação de lixeiras parece mostrar que a área escavada corresponderia à periferia do povoado.

C.4 — A espessura varia entre 0.17 e 0.80m (fornos). Areia argilosa de cor castanho-média, castanho-amarelada (10YR5/4) e castanho-pálida (10YR6/3), de grão fino a médio (<1 mm), bem calibrada, podendo apresentar significativas variações laterais. Exceptuando os fornos, a frequência de finos varia entre 14% e 23%. O teor de carbonatos varia entre 5 e 12% e a matéria orgânica, entre 0,5 e 0,9%. Trata-se de uma camada sub-horizontal, que assentou sobre arcias de uma restinga. A subdivisão em camadas artificiais revelou-se de grande utilidade, pois permitiu isolar nos Qs. F6 e G6 duas gerações de entulheiras de fornos de cozer cerâmica. A C.4 constituiu-se, essencialmente, a expensas do substrato (C.5), com importantes contribuições de argila transportada e transformada localmente por via antrópica: construção de fornos de cozer cerâmica, desmantelamento das cúpulas dos mesmos, acumulação de entulheiras com os subprodutos daquela actividade. Os vestígios da acção do fogo estão bem patentes na rubefacção dos sedimentos, na cozedura da argila utilizada nas estruturas e ainda na vitrificação de grãos de areia<sup>3</sup>.

Os restos faunísticos surgem de forma mais dispersa que na C.3, constituindo, raramente, pequenas bolsas de conchas (p.ex. no Q. C10) ou integrando as entulheiras de fornos. A C.4, muito embora de matriz genericamente areno-argilosa, mostrava variações laterais, como atrás se disse; os quadrados das fiadas E-G forneceram elevadas densidades de fragmentos de recipientes cerâmicos organizados em entulheira; em torno de alguns fornos cuja actividade parece ter sido mais intensa (Qs. F2-F3 e G1-G3 do Sector 55), observou-se uma fácies sedimentológica (resultante da desmontagem das cúpulas dos fornos?) constituída por areia argilosa castanho-avermelhada, endurecida por acção térmica, com nódulos de barro cozido e pequenos agregados de sílica vitrificada, que oferece pouco espólio e envolve directamente os fornos.

Todos os fornos até agora identificados pertencem à C.4 e a sua infra-estrutura mergulha, mais ou menos profundamente, na C.5. As análises sedimentológicas dos materiais que os constituem revelaram que a superestrutura dos mesmos (vestígios de cúpulas e de câmaras de combustão) apresentam texturas areno-argilosas, com comportamento plástico, muito embora a frequência de finos não seja muito elevada (27-38%). O teor de carbonatos varia entre 6,3 e 7,5% e a matéria orgânica, em torno de 2%. As cores são castanho- amarelada (10YR5/4) e castanho-acinzentada (10YR5/2).

As infra-estruturas dos fornos, sem acção térmica, enterradas em fossas escavadas nas areias fluviais da C.5, apresentam textura vaso-arenosa, de grão fino e heterogranular, com 55-59% de finos. A frequência de  $\text{Ca CO}_3$  varia entre 3 e 8% e a de matéria orgânica, entre 0,5 e 0,6%. Domina a cor cinzenta: cinzento-azeitona clara (5Y6/2); cinzento clara (10YR7/2) e cinzento-acastanhada clara (10YR6/2). É muito provável que a matéria-prima utilizada na construção dos fornos tivesse sido extraída do paleossapal coevo. A sua textura revelou cerca de 95-99% de finos.

- C.5 — Espessura máxima indeterminada, podendo ultrapassar os 0.65 m. Areias fluviais, médias, heterogranulares, com alguns grãos de quartzo até 2cm. Os finos variam entre 6 e 8%; os carbonatos apresentam cerca de 0,9% e a matéria orgânica varia entre 0,1 e 0,2%. A cor é amarelada clara (10YR6/6) e castanho-amarelada clara (10YR5/8). A parte superior desta camada (esp. de 0.10-0.15m) apresentava ainda alguns materiais provenientes da camada superior, infiltrados por pisoteamento e como tal foi escavada em toda a área. Nos Qs.F9 e G9, aprofundou-se na C.5, tendo-se atingido uma espessura máxima de 0.65 m. Esta camada forneceu alguns materiais do Paleolítico médio, muito semelhantes aos do vizinho sítio da Conceição (Alcochete); eram raros nos primeiros 0.35 m, surgindo em maior número nos 0.15 m seguintes, quando a C.5 adquire uma cor mais alaranjada, em resultado da presença de concreções ferruginosas. Esta ocupação humana não será aqui apresentada.
- C.6 — Espessura máxima indeterminada. Arenito ferruginoso mal consolidado do Plio-pleistocénico, constituído por areia alaranjada média a grosseira, mal calibrada e compacta, com 17,7% de finos, 1,2% de matéria orgânica e 0% de  $\text{Ca CO}_3$ .

## Estruturas

Na base da C.3 identificaram-se, em 1998, diversas fossas, sete das quais correspondiam claramente a estruturas de rejeição, onde se conservaram conchas de amêijoia (*Venerupis decussata*), navalha (*Solen marginatus*) e ostra (Figs. 8 e 9).

Em 1995, já se havia escavado uma lixeira doméstica (Figs.10 e 11), de maiores dimensões que qualquer uma das identificadas em 1998, e que forneceu além de fauna malacológica, restos de peixes. O estado de conservação das conchas dos moluscos é, em geral, medíocre, facto que só por si revela o carácter residual desses vestígios.

Na base da C.4, identificou-se uma única estrutura de combustão, plana, muito mal conservada, definida por termoclastos fracturados *in situ*, junto da qual foi encontrado um corniforme. Na mesma camada, registaram-se vários fornos de cozer cerâmica, associados às respectivas entulheiras (Fig. 12). São estes fornos que conferem ao sítio da Ponta da Passadeira uma acentuada singularidade. Em 1995, já havíamos escavado um destes fornos e registado, na praia, os restos de outros sete. Em geral, apresentam planta subcircular, cujo diâmetro máximo varia entre 1,30 m e 0,90 m, e são dotados de uma espessa infra-estrutura que mergulha em uma fossa grosseiramente simétrica, aberta na C. 5 (Fig. 13). A espessura e a natureza do embasamento asseguravam a concentração e a conservação do calor. Sobre esta base encontravam-se esboçadas uma câmara de combustão e abóbada. Esta deveria ser frequentemente refeita. O estudo sedimentológico de amostras recolhidas nos fornos realizado por Alexandra Amorim apoia o que ficou dito. Em alguns fornos foi possível recuperar a câmara de combustão, quando a mesma sofreu reutilização como depósito de lixos e na situação, particularmente favorável, do perfil meridional da área escavada em 1998, que cortou um forno excepcionalmente bem conservado.

## Materiais

Os ecofactos conservaram-se mal, devido à lixiviação intensa das areias. Encontraram-se ossos de mamíferos e de peixes e conchas de moluscos marino-estuarinos (*Venerupis decussata*, *Solen marginatus*, Ostreidae n. i.).

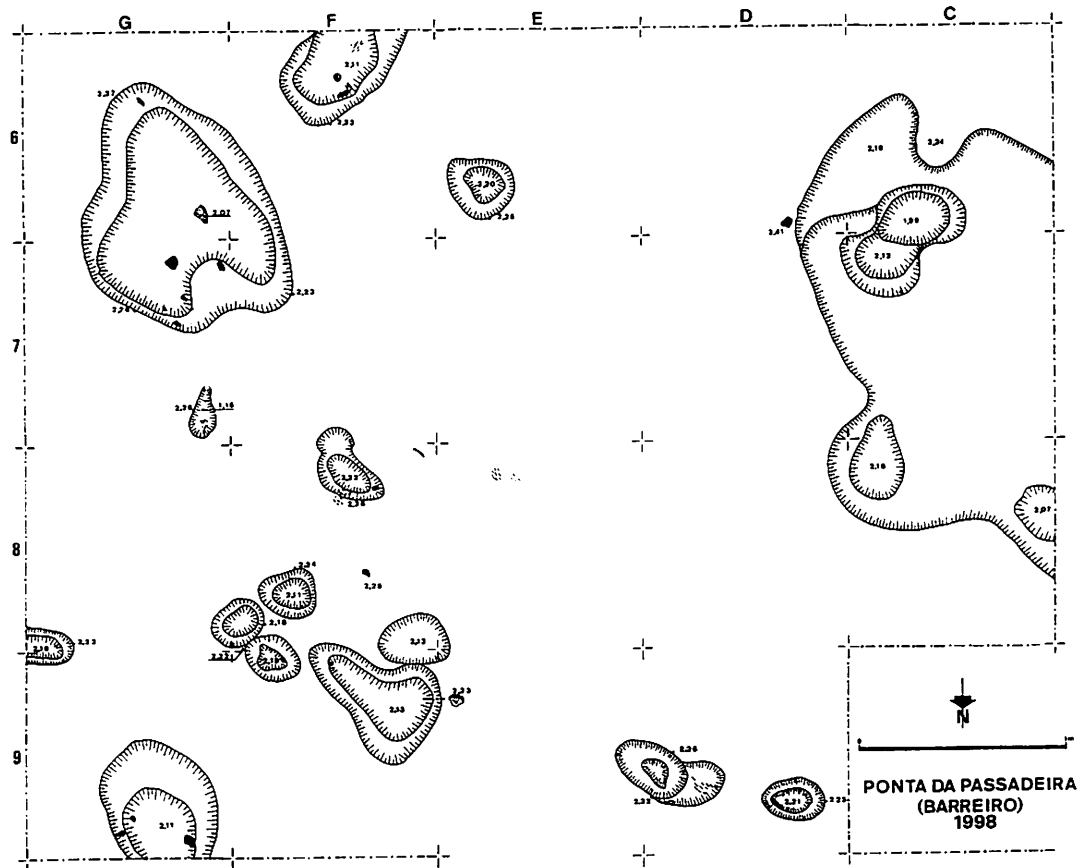


FIGURA 8 – Ponta da Passadeira, 1998. Levantamento microtopográfico das fossas, destinadas a depósitos de lixos domésticos, escavadas na C.3. (● – cerâmica; 🍖 – conchas)



FIGURA 9 – Ponta da Passadeira, 1998. Escavação da estrutura de rejeição dos Qs. G6 e G7, do Sector 54



FIGURA 10 – Ponta da Passadeira, 1995. Do lado direito da escavação, pode-se observar uma lixeira doméstica, rica em conchas, da C.3 (Estr. I); o corte longitudinal da mesma mostrou tratar-se de uma estrutura muito pouco profunda, que assentou sobre a entulheira de um forno de cozer cerâmica da C.4



Fig.11 – Ponta da Passadeira, 1995. Pormenor da lixeira representada na figura anterior, onde é possível observar abundantes conchas de amêijoia (*Venerupis decussata*) e a sua sobreposição relativamente à entulheira de cerâmica, da C.4

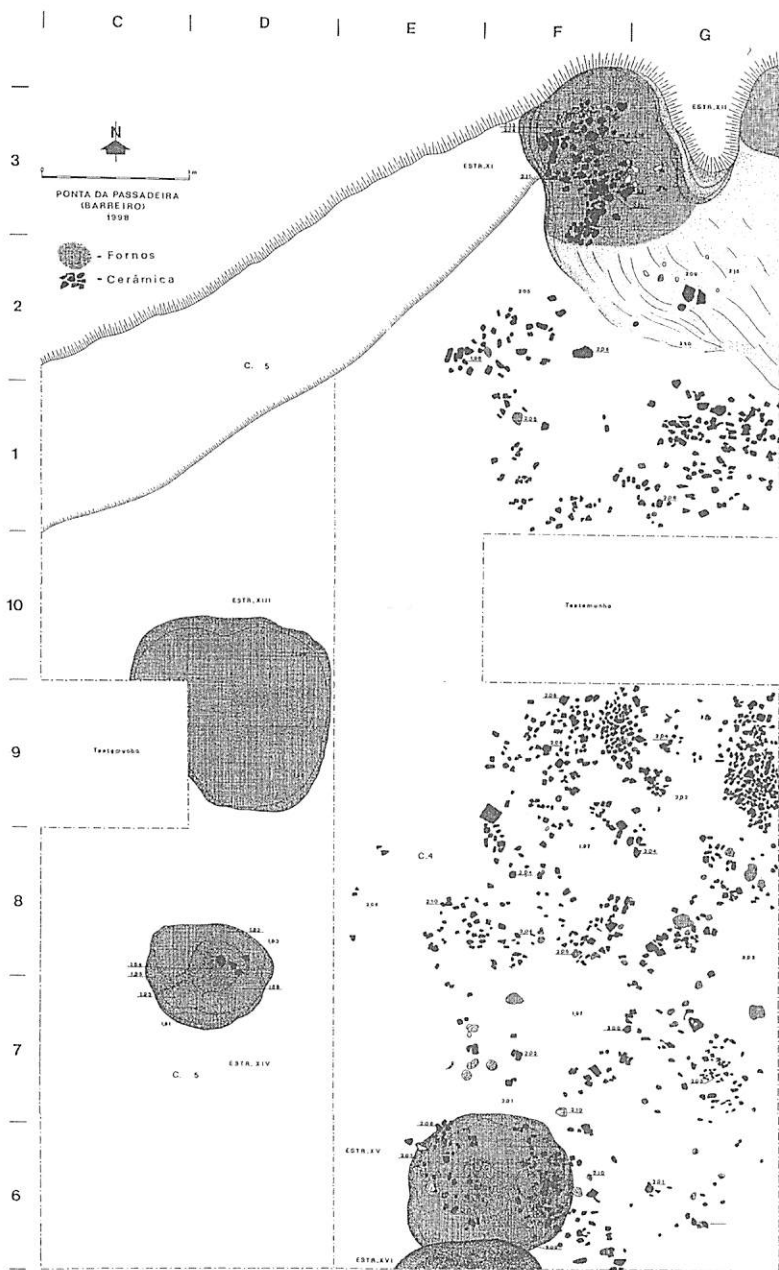


Fig.12 – Ponta da Passadeira, 1998. Planos da C.4 (nível de entulheiras) e da C.5 (nível de embasamento dos fornos de cozer cerâmica)

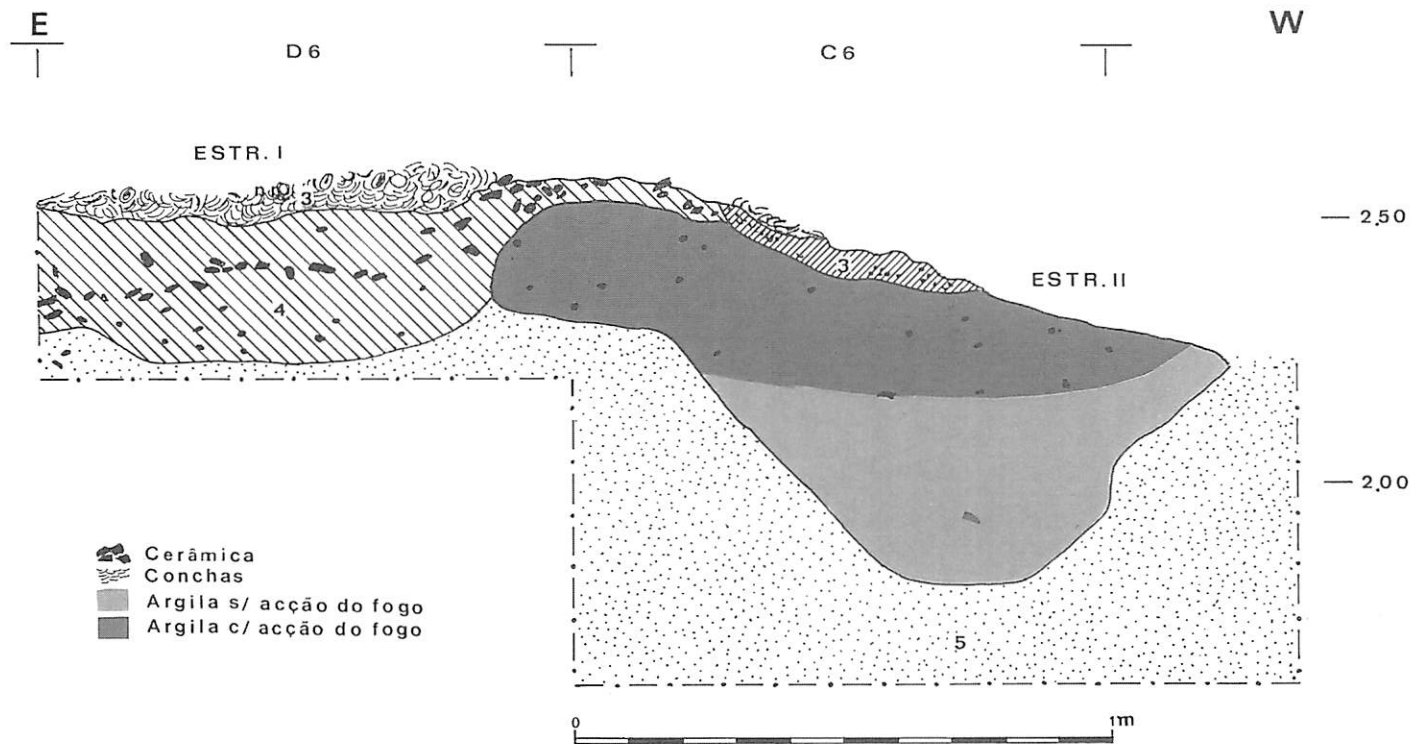


Fig.13 – Ponta da Passadeira, 1995. Perfil estratigráfico de um forno de cozer cerâmica que se encontrava exposto no talude de erosão fluvial (Sector 49, Qs. C6 e D6). O que restava da câmara de combustão conservava no seu interior restos de uma lixeira rica em conchas de *Solen marginatus* (C.3). Em conexão com o forno, existia uma entulheira constituída por numerosos fragmentos de cerâmica e nódulos de argila cozida (C.4). O forno foi instalado em uma fossa aberta nas areias da C.5, a partir da base da C.4. A parte inferior da estrutura II (cinzento claro) era constituída por argila muito plástica, cinzento-esverdeada, sem acção do fogo; ao contrário, a parte superior (zona negra) da mesma estrutura revelava nítida acção térmica

A cultura material é dominada por recipientes cerâmicos (Fig.14), em geral lisos e montados segundo a técnica do rolo. Predominam as formas derivadas da esfera, mas ocorrem também taças carenadas e troncocónicas de fundo plano. São comuns os orifícios de suspensão. Uma das raras decorações presentes consiste em impressões sobre o perfil externo do bordo (“bordo denteado”) e em cordões segmentados, localizados imediatamente abaixo do bordo.

Surgiram corniformes singulares (Figs. 15 e 16) em cerâmica, ostentando quase sempre pequenos estalamentos provocados por exposição ao fogo, após cozedura. Um exemplar encontrava-se associado à única lareira de carácter doméstico até agora identificada, na base da C.4.

A indústria lítica é francamente escassa e está representada por raros utensílios de corte, em sílex (lascas, lamelas, lâminas), raros instrumentos em pedra polida e diversos elementos de mós manuais.

Os artefactos até agora exumados na Ponta da Passadeira formam um conjunto homogéneo que revela algumas afinidades com contextos considerados do Neolítico final da Estremadura e datados da 2.<sup>a</sup> metade do IV a inícios do III milénio cal BC como a C.4 de Leceia (CARDOSO, SOARES & TAVARES DA SILVA, 1996) e, particularmente, com o povoado ribeirinho de Possanco (Comporta), datado entre finais do IV e primeira metade do III milénio cal BC (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1986). As datações da Ponta da Passadeira, como veremos, apontam para um óptimo de ocupação centrado no primeiro quartel do III milénio cal BC. Tanto a Ponta da Passadeira, como o sítio de Possanco parecem documentar o prolongamento de um modo de vida neolítico por um tempo calcolítico.

### **Cronologia e periodização: um desenvolvimento a duas velocidades a partir dos inícios do Calcolítico?**

Dispomos actualmente de seis datações para a ocupação da Pré-história recente da Ponta da Passadeira (Quadro I): uma obtida a partir de amostra de osso humano e as restantes, a partir de conchas de *Venerupis decussata*. As Cs. 3 e 4 forneceram datas estatisticamente idênticas, o que parece apoiar a ideia de uma rápida formação dos depósitos arqueológicos. Após correcção para o efeito de reservatório oceânico obtiveram-se valores que variam entre  $4370 \pm 80$  BP (Beta-126095) e  $4170 \pm 80$  BP (Beta-126093) a que corresponde, para um grau de confiança de 2 sigma, um intervalo de 3333 — 2492 cal BC.

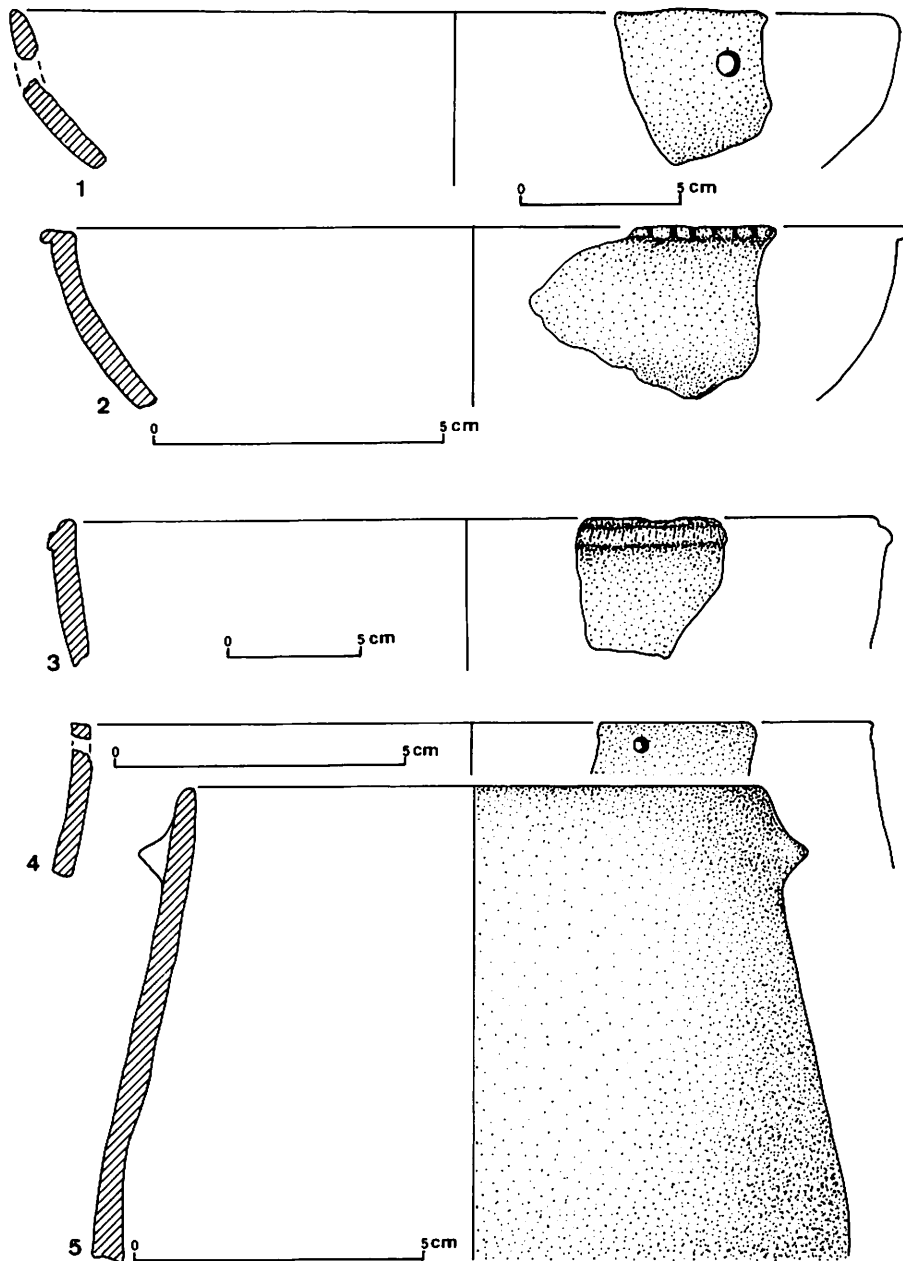


Fig. 14 – Ponta da Passadeira. Pequena amostra de recipientes cerâmicos, sem representatividade estatística: taças (nos. 1-3), raramente com o bordo denteado (n.º2), ou decoradas por cordão segmentado (n.º3); formas ovóides (nos. 4 e 5) de tendência piriforme, por vezes providas de pegas mamilares (n.º 5)

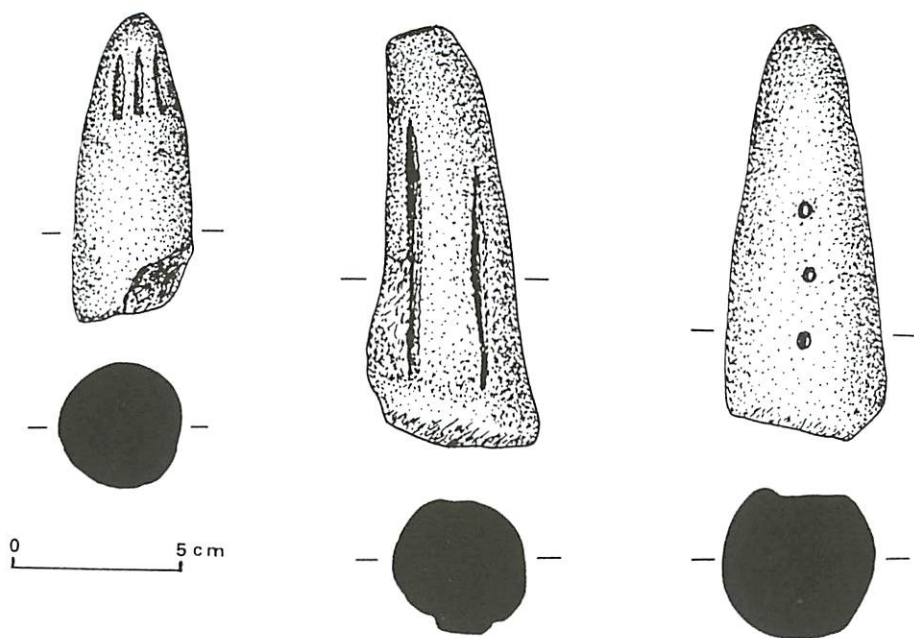


Fig.15 – Ponta da Passadeira. Corniformes singulares portadores de decoração incisa e impressa



Fig.16 – Ponta da Passadeira. Conjunto de corniformes singulares. Foto de Guilherme Ferreira

## QUADRO I

Datações radiométricas obtidas para a ocupação do Neolítico final/  
/Calcolítico inicial da Ponta da Passadeira (Barreiro)

Amostras ref.	Material	Datas BP	Datas Corrigida	Datas cal BC 1 $\sigma$	Datas cal BC 2 $\sigma$
UBAR – 461 (PAS/1)	Conchas de <i>Venerupis decussata</i>	4700 $\pm$ 50	4320 $\pm$ 60	2882-3030	2703-3097
OxA – 6389 (PAS/2)	Calcâneo humano	4305 $\pm$ 70		2880-3040	2650-3300
Beta – 126092 (PAS/3)	Conchas de <i>Venerupis decussata</i>	4600 $\pm$ 70	4220 $\pm$ 80	2628-2907	2576-3017 (2877, 2791, 2789)
Beta – 126093 (PAS/4)	Conchas de <i>Venerupis decussata</i>	4550 $\pm$ 70	4170 $\pm$ 80	2611-2884	2492-2916 (2865, 2808, 2755, 2723, 2700)
Beta – 126094 (PAS/5)	Conchas de <i>Venerupis decussata</i>	4650 $\pm$ 70	4270 $\pm$ 80	2706-2920	2617-3077 (2888)
Beta – 126095 (PAS/6)	Conchas de <i>Venerupis decussata</i>	4750 $\pm$ 70	4370 $\pm$ 80	2897-3092	2784-3333 (2924)

As amostras de conchas marino-estuarinas foram corrigidas para o efeito de reservatório oceânico ( $\text{lap}=380\pm30$  anos), seg. SOARES (1993). A calibração das datas foi realizada por cortesia do Eng<sup>o</sup> António Monge Soares, a quem agradecemos, seg. o programa de calibração de Stuiver e Pearson (1993).

## QUADRO II

Contextos arqueológicos de proveniência das amostras datadas

Amostra ref.	Sector	Quadrado	Estrutura
UBAR – 461 (PAS/1)	49	D6	Estr. I
OxA – 6389 (PAS/2)	49	C6	Estr. II
Beta – 126092 (PAS/3)	54	D7	Estr. III
Beta – 126093 (PAS/4)	54	E7	Estr. III
Beta – 126094 (PAS/5)	54	G6	Entulheira
Beta – 126095 (PAS/6)	54	D9	Estr. V

Estes resultados assemelham-se aos obtidos para os sítios ribeirinhos de:

- Possanco (Comporta), na margem sul do estuário do Sado:  $4270 \pm 50$  BP (CSIC-653); 3011 — 2699 cal BC, a 2 sigma;
- Montes de Baixo (paleoestuário da Rib<sup>a</sup>. de Seixe):  $4170 \pm 60$  BP (ICEN-716); 2900 — 2507 cal BC, a 2 sigma.

As datas da Ponta da Passadeira são, por outro lado, semelhantes às obtidas para ocupações do Calcolítico inicial da Estremadura, dotadas de economias agro-pecuárias : C.3 de Olelas (ICEN-879 =  $4400 \pm 45$ BP e ICEN-939 =  $4360 \pm 60$ BP); Alto do Dafundo (ICEN-466 =  $4300 \pm 60$  BP); C.3 de Leceia (ICEN-674 =  $4370 \pm 60$  BP); fase III 2 a de Zambujal (GrN-7009 =  $4200 \pm 40$  BP).

Se, no que respeita à cronologia, existe na Ponta da Passadeira uma ocupação humana contemporânea do Calcolítico inicial da Estremadura, em termos económico- sociais e de cultura material aquele povoado afasta-se dos contextos calcolíticos característicos dessa mesma região:

- O povoado não possui condições naturais ou artificiais de defesa;
- A economia, de largo espectro, parece ter assentado, em grande parte, em recursos marino-estuarinos;
- Os enterramentos podem ter sido realizados em fossas, nas imediações do povoado (presença de calcâneo humano na massa argilosa de um dos fornos);
- A cultura material é francamente desequilibrada a favor da cerâmica, revelando uma anormal raridade de indústria lítica;
- A cerâmica apresenta índices de decoração muito abaixo dos obtidos para a Estremadura (10,6% no Calcolítico inicial e 29% no Calcolítico pleno de Leceia), aproximando-se dos valores observados no Calcolítico do Sudoeste (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1994).

Estaremos, assim, no caminho da identificação da uma divisão socio-territorial do trabalho no centro e sul de Portugal? Ou, pelo contrário, o sítio da Ponta da Passadeira, bem como outros habitats ribeirinhos que a seguir citaremos (Fig.1) correspondem a acampamentos economicamente especializados, na órbita de sítios mais estáveis, de economia agro-pecuária?

## **Enquadramento da Ponta da Passadeira na realidade arqueológica das economias costeiras do sudoeste peninsular**

Na Ponta da Passadeira, graças à conservação parcial da fauna, foi possível constatar a prática de uma economia, que à falta de melhor termo, designaremos por agro-marítima. Embora o estudo da fauna mamalógica ainda não tenha sido realizado, o consumo local de mamíferos afigura-se-nos relativamente escasso. Pelo contrário, os restos malacológicos são abundantes em três das formas mais comuns em meios estuarinos: amêijoia, navalha e ostra.

O sítio de Montes de Baixo, na margem norte do paleoestuário da Ribeira de Seixe (Odemira) ilustra, igualmente, uma situação de economia costeira, mas revela uma especialização mais acentuada que a da Ponta da Passadeira no que concerne à componente faunística: os alimentos de origem animal aí consumidos foram somente invertebrados marino-estuarinos (TAVARES DA SILVA & SOARES, 1997). Esta dieta contrasta claramente com a que terá sido comum em sítios de economia agro-pecuária como o Zambujal (DRIESCH & BOESSNECK, 1976) ou mesmo a Rotura, onde os frutos do mar desempenharam um papel não negligenciável.

Se o tipo de implantação geográfica, a economia e a cultura material da Ponta da Passadeira encontram paralelos nos povoados de Montes de Baixo e Possanco (Comporta III) (TAVARES DA SILVA *et al.*, 1986), o extraordinário desenvolvimento da actividade oleira continua a mostrar-se um facto de grande singularidade. Qual terá sido a finalidade de tão massiva produção cerâmica? Esta questão levou-nos até ao habitat coevo de La Marismilla, localizado na antiga desembocadura do Guadalquivir. Este sítio possui uma implantação semelhante à da Ponta da Passadeira e também aí a cerâmica é muito numerosa, constituindo entulheiras que se distribuem em torno de lareiras em fossa. J. Escacena e colaboradores (1996), confrontados com a extraordinária abundância de cerâmica em La Marismilla, optaram por defender um modelo explicativo centrado na exploração de sal, suportado, essencialmente, pelo registo etnográfico. Assim, a Marismilla ter-se-ia comportado como um estabelecimento sazonal, de uma população de economia ganadeira (gado bovino), que aí se dedicava à exploração de sal através do aquecimento artificial das águas estuarinas. Este método de obtenção de sal determinava o consumo de grandes quantidades de vasos cerâmicos. Após a evaporação da água salgada, a remoção do depósito de sais exigia a fragmentação dos recipientes. À semelhança do que se observa na Ponta da

Passadeira, o repertório cerâmico é muito estandardizado e a indústria lítica, escassa. Na Marismilla, surgiram também peças da cerâmica maciças, em tronco de cone, que se assemelham aos corniformes singulares da Ponta da Passadeira e do Possanco. Essas peças, “morillos”, foram interpretadas como suportes destinados a colocar os recipientes sobre o fogo. A sua associação ao lar é reforçada pela informação da Ponta da Passadeira; a possível utilização como suportes de lareira ou pés de fogareiro não invalida a possibilidade de transportarem uma carga simbólica relacionada com o culto do touro (“ídolos de cornos”), documentado através de outras evidências, nomeadamente as gravuras do santuário exterior do Escoural (GOMES, 1991). O acréscimo da importância do touro na transição para o Calcolítico é explicável pelo importante papel que o gado bovino deteve na Revolução dos Produtos Secundários, enquanto fornecedor de força de trabalho (SHERRATT, 1983).

Mais recentemente, foi encontrado, ocasionalmente, na Praia da Quarteira (Forte Novo)<sup>4</sup>, um outro habitat que oferece evidentes paralelos com os contextos litorais antes referidos.

Em jeito de epílogo, podemos afirmar que a Ponta da Passadeira vem consubstanciar a ideia de um povoamento costeiro e anfíbio, estendido em fita ao longo do SW peninsular, com características próprias, quiçá com partilha da mesma estrutura identitária, face às comunidades do interior, de economia agro-pecuária.

Finalmente, importa sublinhar que a Ponta da Passadeira foi um centro oleiro por agora sem paralelos na nossa Pré-história recente. A finalidade dessa intensa actividade, mesmo em presença da engenhosa hipótese defendida para o sítio da Marismilla, continua por explicar.

## Notas

<sup>1</sup> A investigação arqueológica em curso na Ponta da Passadeira é desenvolvida de forma pluridisciplinar. Da equipa, coordenada pela signatária, fazem parte, para os estudos de geomorfologia litoral, Maria da Conceição Freitas e César Andrade (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa); os estudos antracológicos estão a ser realizados por Ernestina Badal (Faculdade de Geografia e História da Universidade de Valência); a análise da fauna malacológica ficará a cargo de Carlos Marques da Silva (Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa). A cerâmica, sem dúvida o espólio mais importante da jazida, será estudada por Carlos Tavares da Silva (Centro de Estudos Arqueológicos do MAEDS). Nos trabalhos de campo, deve ser destacada a colaboração de António Júlio Costa (MAEDS). O desenho arqueológico é executado por Jorge Costa (MAEDS). O tratamento dos materiais (lavagem, inventário, restauro) tem sido desenvolvido por Paula Palmeira e Maria João Cândido (MAEDS); as análises sedimentológicas, por Alexandra Isabel Neves Amorim (FC da Universidade de Lisboa).

<sup>2</sup> As análises sedimentológicas das camadas arqueológicas foram realizadas por Alexandra Amorim, no âmbito do estágio curricular em Geologia Aplicada e do Ambiente (1999), na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sob a orientação dos Profs. Conceição Freitas e César Andrade.

<sup>3</sup> O processo de vitrificação da sílica supõe elevadas temperaturas. Cf. a propósito desta problemática, Abrunhosa *et al.*, 1995. Da actividade de combustão, certamente intensa, ocorrida na Ponta da Passadeira, não se conservaram acumulações de cinzas; os carvões são raros e de pequenas dimensões, facto que pode ser explicado pela lixiviação, favorecida pelo carácter francamente arenoso dos sedimentos.

<sup>4</sup> Sítio arqueológico em estudo por Leonor Rocha. Depósito de materiais no Museu de Loulé.

## Bibliografia sumária

- ABRUNHOSA, M. J.; GONÇALVES, A. A. H. B. & CRUZ, D. J., 1995. Ocorrência de rochas vitrificadas no dólmen do Picoto do Vasco (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-históricos*, vol. III: 167-185.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C., 1996. A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6: 47-89.
- Von den DRIESCH, A. & BOESSNECK, J., 1976. Die Fauna vom Castro do Zambujal. *Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel*, 5. Univ. München, pp. 4-129.
- ESCACENA MONTESINO, J. L.; ZULOAGA MONTESINO, M. R. & GUEVARA SÁNCHEZ, I. L., 1996. *Guadalquivir salobre. Elaboración prehistórica de sal marina en las antiguas bocas del río*. Confederación Hidrográfica del Guadalquivir, Sevilla.
- GOMES, M. V., 1991. Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do Sul de Portugal. Cronologia e interpretação. *Almansor*, 9: 17-74.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L., 1998. *O sítio do Paleolítico médio da Conceição, Alcochete*. Centro de Estudos e Monitorização Ambiental/Lusoponte, Montijo.
- SCHÜTZ, L., 1992. Sistemas tradicionais de cocción cerámica en el Norte de África. *Tecnología de la cocción cerámica desde la Antigüedad a nuestros días*. Asociación de Ceramología, Alicante, pp. 155-169.
- SHERRATT, A. G., 1983. The secondary exploitation of animals in the Old World. *World Archaeology*, 15: 90-104.

- SOARES, A. M., 1993, The 14C content of marine shells: evidence for variability in coastal upwelling of Portugal during the Holocene. *International Symposium on Applications of Isotope Techniques in Studying Past and Current Environmental Changes in the Hydrosphere and the Atmosphere*, Vienna, IAEA: 471-485.
- SOARES, A. M. e CABRAL, J. M. P., 1993, Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol.33 (3-4): 217-235.
- SOARES, J., 1996, *Barreiro pré-histórico, Ponta da Passadeira*. Câmara Municipal do Barreiro e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Barreiro.
- SOARES, J., 1998, Escavações arqueológicas em Setúbal. *Al-madan*, 2ª S., n.º 7: 8.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C., 1980, O Neolítico da Comporta. In *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*. Setúbal, Centro de História das Universidades de Lisboa e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, pp. 13-17.
- STUIVER, M. & PEARSON, G. W., 1993, High-precision bidecadal calibration of the radiocarbon time scale, AD 1950-500 BC and 2500-6000 BC. *Radiocarbon* 35(1): 1-23.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J., 1986, *Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, Ed. S.N.P.R.C.N.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J., 1997, Economias costeiras na Pré-história do Sudoeste Português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*, 11-12: 69-108.
- TAVARES DA SILVA, C. & SOARES, J., 1998, Os recursos marinhos nas estratégias de subsistência da Pré-história do Sul de Portugal. *Al-madan*, 2.ª S., n.º 7: 71-82.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. & CARDOSO, J. L., 1995, Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia. Elementos para um estudo comparado. *Origens, estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península Ibérica (Lisboa 1994)* (Trabalhos de Arqueologia, 7): 159-168.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L. ; CRUZ, C. Souto e REIS, C. A. Sousa, 1986, Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*, 14: 59-82.

## MUSEUS E MONUMENTOS<sup>1</sup> DE INDÚSTRIA NA ‘OUTRA BANDA’

Paulo Oliveira Ramos\*

“Os monumentos architectonicos, os monumentos artisticos de qualquer feição, mereceram sempre o respeito dos homens inteligentes de todos os tempos, e o seu estudo constitue um dos mais importantes ramos do saber humano. Os nossos olhos, quando veem estampar-se no horizonte os arcos em ruínas de um aqueducto romano, experimentam uma sensação intraduzível, mixto de tristeza e de respeito. Atravez d’aquelles vetustos semicirculos de pedra, enegrecidos pelo tempo e engrinaldados selvaticamente pelas parasitarias, como que estamos observando o mysterioso scenario do infinito.

É pena que já não haja o mesmo espirito e a mesma consideração para monumentos d’outra especie, de caracter menos material, e cujos vestigios se vão perdendo e extinguindo pouco a pouco, deixando apenas um traço ligeiro na tradição. Referimo-nos ás industrias...”

Sousa Viterbo<sup>2</sup>

Partindo do aforismo popular que diz que *cada um tem o direito de incensar o santo que lhe for ao jeito*, abordarei neste colóquio a temática do património industrial, procurando relevar alguns testemunhos que investigadores, associações e autarquias têm vindo a restituir à população desta *outra banda* e que fazem não só parte da sua memória colectiva como, nalguns casos, se tornaram elementos profundamente significativos do nosso acervo patrimonial comum. Contudo, o que vos propomos com esta intervenção não é a leitura de um inventário vasto e complexo. Antes, em breve relance panorâmico, tentaremos olhar globalmente o património industrial desta região, como tentativa, não mais, para superar a sua comum apresentação fragmentária.

A minha exposição terá por base informação recolhida há já algum tempo, durante a produção pela Universidade Aberta do bloco multimedia *Curso de Iniciação à Museologia*, e, mais recentemente, também em publicações diversas,<sup>3</sup> contactos pessoais e com instituições — a quem agradeço a sua boa colaboração —, e ainda a informação disponível na *Ner*<sup>4</sup> bem como algum trabalho de campo.

\* Universidade Aberta

Admitindo que o património industrial com dificuldade “poderá ser balizado no tempo, por qualquer limite preciso — do tipo “revolução industrial” —, dado que este tipo de limites não se adequa à realidade das estruturas produtivas nem à realidade da evolução destas; mais, perde o conceito a possibilidade de ser universalmente aceite”,<sup>5</sup> aceitaremos aqui como património industrial tudo aquilo que nos parecer significativo e relevante na história da produção material. Neste quadro — e, como todos os quadros, discutível — começemos por referir os que são hoje os *monumentos industriais*<sup>6</sup> *classificados* mais antigos da outra banda: as fábricas romanas de salga de Cacilhas e de Setúbal, ambas pondo “em evidência o papel semelhante desempenhado pelos estuários do Tejo e do Sado quanto à exploração e transformação dos recursos marinhos”<sup>7</sup> e as duas classificadas como I.I.P. em 1992.<sup>8</sup> Lembro, a propósito, aquelas outras em Troia, na borda d’água, formando um verdadeiro complexo industrial e que se encontram classificadas como M.N. desde 1910 e a cujo estudo esteve ligada a primeira associação arqueológica do país, a *Sociedade Archeologica Lusitana*, “inaugurada na villa de Setubal no dia 9 de novembro de 1849”,<sup>9</sup> sem esquecer a olaria, também romana, da Quinta do Rouxinol, em Corroios, M.N. em 1992.

Quando, em 1838-1839, Alexandre Herculano dava à estampa n’*O Panorama* os seus quatro artigos acerca do estado do nosso património — verdadeiro brado de alerta — António Lopes da Costa e Almeida, por esses mesmos anos, convenceu o Conselho da Marinha a facultar-lhe os meios para “salvar do estado ruinoso” o conjunto formado pelo moinho e fornos de biscoito do Vale de Zebro, o qual, segundo escreveu então, “deverá considerar-se como *monumento histórico*”.<sup>10</sup> Olhando os vestígios hoje existentes — que albergam o *Museu do Fuzileiro* — com dificuldade vemos como seria esse complexo industrial para merecer tal proposta.<sup>11</sup> Contudo, graças ao príncipe Lichnowsky, que em meados do século passado registou a sua visita ao complexo de fornos de biscoito de Vale de Zebro, onde desembarcou durante um passeio no Tejo, ficamos a saber que então:

“Uma estreita ponte de muitos centenares de passos de comprimento conduz ao ancoradouro por cima de terrenos enxarcados até junto a uma grande padaria real, que antigamente era destinada para fornecer todo o exército. Um moinho, que faz parte deste espaçoso edifício, põe em movimento oito pares de mós colossaes, que no tempo da maré podem trabalhar durante doze horas, e moer diariamente 160 saccos. Um grande celeiro, cuja abobada é sustentada por 48 pilares, pode recolher simultaneamente 70:000 saccos de trigo, e 32:000 barricas de farinha. [...] Este grandioso estabelecimento é de origem muito antiga; comtudo não se sabe com exactidão a data da primeira

edificação. No princípio do último século ardeu tudo; reedificou-se de novo em 1736, e finalmente Pombal levou a fábrica ao estado em que hoje [1842] se acha. Actualmente este util, e bem conservado edifício está vazio, e desaproveitado. [...] Hoje em dia acha-se em muito bom estado, graças ao desvelo do inspector; fez-nos este vêr as diversas partes desta vasta fábrica, e como se achava também presente o governador civil de Lisboa, quiz mostrar-nos tudo até aos mais insignificantes pormenores, para nos fornecer uma prova do seu zelo pelo serviço; de maneira que tivemos de passar por todos os corredores, de entrar em todos os cubículos, e de metter a cabeça nas portas de todos os fornos [27], sem que elle nos absolvesse da observação da minima particularidade”.<sup>12</sup> Afinal, “cousa rica”, como se lhe referiu Gaspar Frutuoso no século XVI.

Mas uma outra fábrica, não longe de Vale de Zebro, tinha já antes levado alguns notáveis a cruzar o Tejo. Em 13 de Novembro de 1727, segundo se lê na *Gazeta de Lisboa*, “partio a Rainha nossa Senhora<sup>13</sup> desta Corte com o Principe D. José nosso Senhor e a senhora infanta D. Maria para ver o Convento dos Religiosos Capuchos da Arrábida, e a Praça de Setubal; e *de caminho foi ver a fábrica de vidros cristalinos, que se estabeleceu junto a Coina...*”. Estabelecida em 1719, e apesar destas visitas da família real ou das elegias tecidas pelos poetas oficiais,<sup>14</sup> a derradeira administração, a do irlandês John Beare, viu-se obrigada a transferi-la em 1747 para a Marinha Grande onde renasceria com os irmãos Stephens. Uma *consulta da camara a el-rei em 13 d’outubro de 1746* esclarece-nos sobre a(lguma)s das razões do encerramento: a “fabrica de Coina, onde se fabrica o vidro e se consome a maior parte da lenha que produz toda a banda d’além do Tejo, tanto de sôbro, como de pinho e mutano, porque como a dita fabrica está continuamente laborando, e continuamente estão ardendo fogos para a execução das obras é preciso o consumo de todas as lenhas que produzem as terras circunvizinhas”.<sup>15</sup>

A questão do combustível, segundo Cláudio Torres, poderá ter estado também na base do fecho de uma das primeiras unidades de fabrico de vidro no nosso país, em finais do século XV, “na zona actual da Quinta do Conde e onde perdurou o topónimo de Cova dos Vidros” e mesmo “na primeira metade do século XVI, [d]as manufacturas de Aldeia Galega e Alcochete”.<sup>16</sup>

Os vestígios da Real Fábrica de Vidros de Coina seriam o palco, dois séculos e meio passados sobre a sua edificação, de uma intervenção arqueológica realizada sob a responsabilidade da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (hoje Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial) e o apoio da Câmara Municipal do Barreiro e que se prolongaria entre 1983 e 1986 em três campanhas sucessivas. Das estruturas da manufactura

joanina postas a descoberto pelas escavações, destacam-se três fornos: um para cristal, outro para vidro branco e o terceiro para vidro verde e vidraça. Foi classificada como I.I.P. em Dezembro de 1997.<sup>17</sup>

Mas desde 1981 que a arqueologia industrial se encontrava envolvida num outro projecto nesta margem, ora com o patrocínio da Câmara Municipal do Seixal. Tratava-se do estudo da Fábrica de Vidros da Amora, empresa vidreira que laborou entre 1888<sup>18</sup> e 1930, intervenção pioneira entre nós e que implicou uma prospecção e conduziu a um catálogo fotocopiado e a uma exposição no novel Museu Municipal.<sup>19</sup>

Pegando na expressão *arqueologia industrial* que, como se sabe, é usada entre nós desde 1896 — lembro que entretanto esta “veio a cair no esquecimento até à sua recente reabilitação, mas desta vez após ter sido consideravelmente divulgada no estrangeiro e de até ser apresentada como uma invenção de um autor inglês”<sup>20</sup> — tendo aparecido, pela mão de Sousa Viterbo, num primeiro artigo publicado n’ *O Archeologo Português*,<sup>21</sup> onde viu a luz do dia associada ao termo *moinhos*. Estes engenhos — que na sua vertente de maré esta margem sul do estuário do Tejo conhece desde o século XIV<sup>22</sup> — foram erguidos não só para servir as populações locais e os já referidos fornos de biscoito de Vale de Zebro, mas especialmente para abastecer a cidade de Lisboa, como bem lembrou António Nabais em estudo que lhes dedicou em 1986 e cujo título, curiosamente, faz lembrar a epígrafe da obra pioneira de Sousa Viterbo: *Património Industrial. Moinhos de Maré*. Em 1984, fruto do alargamento do conceito de ‘monumento’ e de uma valorização dos testemunhos da chamada cultura material, que caracterizou em termos patrimoniais os idos anos 70 e 80, dez desses moinhos foram classificados como I.I.P.<sup>23</sup> Permita-se-nos um parêntesis: esse mesmo diploma — Decreto n.º 29/84 — faria recair sobre outros imóveis *profanos*, situados em Lisboa, o manto da classificação patrimonial, distinguindo com o grau de I.I.P. também o Bairro Grandela, o edifício da antiga Escola Industrial Marquês de Pombal, o edifício da antiga fábrica de tecidos de Seda nas Amoreiras e a Garagem Auto-Palace.

Um desses dez moinhos, o de Corroios, aquele que Alberto Pimentel na sua obra *A Extremadura Portuguesa* dizia “que se recomenda pela sua situação e aspecto pitoresco”,<sup>24</sup> foi transformado em 1986, após obras de recuperação, em Núcleo do Património Industrial do Ecomuseu Municipal do Seixal, conservando-se em laboração e, ao mesmo tempo, privilegiando os objectivos didácticos que justificaram o apoio da UNESCO.

Mas outros museus ou núcleos museais existem ligados, parcial ou globalmente, ao património industrial nesta zona:

— o Museu do Trabalho Michel Giacometti, em Setúbal, ele próprio

- instalado num imóvel significativo da história industrial local: a fábrica de conservas de peixe Perienes, sita na zona das Fontainhas. Inaugurado em 1995, este museu municipal alberga não só equipamentos da indústria conserveira, mas também um outro importante acervo relacionado com uma indústria afim, a litografia, sendo ainda lembrados ofícios pré-industriais como o dos funileiros, latoeiros, ferreiros, etc.;
- o Núcleo de Arqueologia e História do Museu Municipal de Almada onde se mostram as actividades produtivas do concelho, como a indústria de preparados de peixe da época romana; estando ainda expostas ferramentas ligadas à carpintaria naval e à actividade corticeira, graças a uma máquina de fabrico de rolhas. Por seu lado, no Núcleo Naval, instalado num antigo estaleiro em Olho de Boi, sítio fronteiro a Lisboa, onde se destaca a exposição de instrumentos ligados à construção naval em madeira e aos seus artífices: carpinteiros, calafates, serradores e mestres;
  - o Museu Municipal de Alcochete, quer no Núcleo Sede — nomeadamente com a evocação do sítio do Porto de Cacos, na Herdade de Rio Frio, importante olaria de material anfórico — quer no Núcleo do Sal, núcleo museológico constituído pelas salinas “Gema Cova”, a “A Gorda” e pela Casa da Marinha (Casa da Malta e eira), nascido de um protocolo entre a autarquia e a fundação proprietária das salinas.

Mas o universo da museologia industrial desta banda passa, ainda, por dois *museus de empresa*: o Museu João Victor Ferreira da Fonseca, da SPEL — Sociedade Portuguesa de Explosivos, SA, instalado na sua fábrica de Santa Marta de Corroios espelhando, em termos tecnológicos, os sectores de actividade da empresa, i.e., o fabrico de explosivos civis e militares, material de defesa e produtos de pirotecnia e químicos; e o Museu do Vinho de José Maria da Fonseca, em Vila Nogueira de Azeitão, instalado nos edifícios das antigas adegas da empresa e que aborda a história da sua produção vinícola através de objectos representativos, maquinaria antiga, fotos e textos. Refira-se ainda a existência do Núcleo Museológico / Moinho de Maré da Mourisca, recuperado pela Reserva Natural do Estuário do Sado, em funcionamento, e que receberá o Ecomuseu do Vale do Sado.

No horizonte perfilam-se alguns projectos museais, nomeadamente os ligados à indústria corticeira, como é o caso do projecto de musealização das instalações da antiga fábrica de cortiça Socorquex, na Moita, divulgado na revista *Arqueologia Industrial* já em 1993, num importante texto-manifesto de Eduarda Moreira da Silva, Ilda Maria Soares de Abreu, Isabel Victor e

Luís Jorge Gonçalves<sup>25</sup> e o projecto centrado na Mundet, “aquela que foi a maior empresa do sector corticeiro na Margem Sul e, durante muitos anos, no país e mesmo a nível mundial”.<sup>26</sup> Em projecto, mas com abertura prevista para o corrente ano (1999), é de referir o Núcleo Museológico da Mata da Machada, no Barreiro, local do forno onde se faziam as formas de açúcar destinadas aos trapiches e engenhos a laborar, concretamente na Madeira, e as placas cerâmicas utilizadas para cozer o biscoito, muito importantes durante a época dos Descobrimentos.

Mas nos vários concelhos antes referidos, existem, seguramente, muitos outros testemunhos do património industrial. Uns já estão classificados, como o quatrocentista aqueduto sobre arcadas simples e duplas de Setúbal ou a singular nora de ferro, situada em terrenos da Escola Preparatória da Cova da Piedade, classificada em 1982.<sup>27</sup> Por seu lado, está “*em vias de classificação*” — de acordo com o *website* da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — o seiscentista moinho de maré de Alhos Vedros, e, no Seixal, segundo julgamos saber, o edifício das caldeiras *Babcock* da extinta Mundet e a fábrica de pólvora de Vale de Milhaços.

Contudo, outras fábricas, como a da Moagem do Caramujo (Cova da Piedade); chaminés, como a da Wicander, alta de mais de 20 metros, marcando de modo indelével a paisagem do Bairro Novo, no Seixal com os seus 23 metros de altura; portos, com os seus cais, guindastes e velhos estaleiros, guardiões da construção tradicional no estuário do Tejo,<sup>28</sup> sem esquecer os caminhos de ferro — destaque-se a antiga estação da CP do Barreiro, construída sob projecto do engenheiro Miguel Pais — encontram-se, ainda, à espera de uma desejável classificação.<sup>29</sup>

*Jóia da coroa* dos espécimes monumentais — e quiçá dos núcleos museais constituídos e a constituir — ligados à história da produção material nesta *outra banda* poderá ser, sem sombra de dúvida, a regeneração e valorização do centenário (1898) complexo fabril da Sociedade Africana de Pólvora, em Vale de Milhaços, antes referida. A sua história, os seus espaços, o saber-fazer, os seus engenhos — com relevo naturalmente para a sua máquina a vapor e o sistema de cabos aéreos para transmissão de energia — merecem um lugar de destaque no conjunto do património industrial português.

É com paixão que acompanhamos esta questão. A mesma paixão que nos faz desejar que não se cumpra o anátema lançado por Alexandre Herculano a propósito da história do património em Portugal:

“Duas epochas distinctas apresentam os ultimos tempos, nas quaes se póde dividir a historia da destruição dos monumentos da nossa pátria: uma já acabou; na outra vivemos nós”.<sup>30</sup>

## Notas

<sup>1</sup> Monumentos classificados.

Um breve historial da política de inventário e classificação do nosso património cultural encontra-se no prefácio de Carlos Antero Ferreira a *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993, pp. XIII-XXV. Ver, também, Paulo Oliveira Ramos, *Reviver o Passado (em torno da educação patrimonial e do ensino a distância)*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993 (policopiado) e Vasco Costa, “A classificação e a salvaguarda do património”, in *Leituras*, nº 2, 1998, pp. 85-91.

<sup>2</sup> “A archeologia da industria”, in *Diário de Notícias*, 12 de Junho de 1896.

<sup>3</sup> Entre outras: *Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993; *Guia de Museus da Costa Azul*, Setúbal, Região de Turismo de Setúbal - Costa Azul, s/d; *Subsídios para o Enquadramento Histórico dos Concelhos — Museus*, Lisboa, MEPAT/CCRLVT, 1998 e o catálogo da exposição temporária *Fábrica da Pólvora de Vale de Milhaços. 1898-1998. Comemorar o Centenário*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1999.

<sup>4</sup> <http://www.monumentos.pt>

<sup>5</sup> Armando Jorge Silva, *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Actas e Comunicações*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 79.

<sup>6</sup> Arthur Raistrick (*Industrial Archaeology. An Historical Survey*, London, edificações mas também todo o tipo de artefactos.

<sup>7</sup> Clementino Amaro, “A Indústria da Salga de Peixe na Baixa de Lisboa”, in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 69.

<sup>8</sup> Monumentos que encontram um bom paralelo nas cetárias postas a descoberto no interior da Casa dos Bicos durante as escavações de 1981/1982.

<sup>9</sup> *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, nº 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, p. 2.

<sup>10</sup> António Lopes da Costa e Almeida, “Memória Histórica-Topografica dos Estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha e Azinheira”, in *Annaes Maritimos e Coloniais*, (10), 4ª Série, Lisboa, 1844, p. 363. António Lopes da Costa e Almeida encontrava-se a dirigir os trabalhos hidrográficos e geodésicos no levantamento das plantas do rio de Coina e regiões de Vale de Zebro, Telha e Azinheira.

<sup>11</sup> Conhecem-se alçados e cortes dos “Estabelecimentos de Valle do Zebro”, datáveis do século XVIII, no Arquivo do Ministério do Equipamento, Plano e Administração do Território, que demos já à estampa parcialmente em Paulo Oliveira Ramos e António Nabais, *100 Anos do Porto de Lisboa*, Lisboa, APL, 1987, p. 34.

<sup>12</sup> Príncipe Lichnowski, *Portugal. Recordações do anno de 1842*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 111. Tradução de *Portugal. Erinnerung aus dem Jahre 1842*.

<sup>13</sup> Rainha D. Mariana de Áustria

<sup>14</sup> É o caso de D. Luiz Caetano de Lima (1671-1757). De um epigrama escrito em latim, publicou Vasco Valente (*O Vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, p. 50) a seguinte tradução livre:

“DA FÁBRICA DE VIDRO FUNDADA PELO REI  
cesse o esplêndido comércio dos povos do Nilo,  
deixe de resplandecer na nossa terra o trabalho  
dos Venezianos; a massa de vidro já arde nos fornos pátrios.  
A vossa indústria, hábil em fabricar um esplendor etéreo  
com areias, já fornece, ó Príncipe, estas coisas aos povos  
e disso, por meio duma arte frágil, grande glória para Vós vem.”

<sup>15</sup> Livº IX de regº de cons. e dec. do sr. rei D. João V, fs. 165.

<sup>16</sup> Cláudio Torres, “A Outra Banda”, in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 170.

<sup>17</sup> Ver, Jorge Custódio, "A Real Fábrica de Coína e as Origens da Indústria Vidreira na Marinha Grande (1719-1826)", in *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Actas e Comunicações*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 42-78.

<sup>18</sup> James e William Gilman, Justino Guedes e José Lourenço da Silva Gomes constituem neste ano uma sociedade, nascendo assim a fábrica velha na Quinta da Maria Pires. Começa a trabalhar no ano seguinte graças a um pequeno forno a fogo directo.

<sup>19</sup> Teve lugar entre Setembro e Outubro de 1983.

<sup>20</sup> J. Amado Mendes, "Arqueologia Industrial e Património Cultural", in *Munda*, (3), Coimbra, p. 8.

<sup>21</sup> Sousa Viterbo, "Archeologia industrial portuguesa. Os moinhos", in *O Archeologo Português*, vol. II, (8 e 9), 1896, p. 199.

<sup>22</sup> Montijo, 1386.

<sup>23</sup> Dec n.º 29/84, *Diário da República* n.º 145 de 25 de Junho. Foram classificados os moinhos da Passagem, da Quinta da Palmeira, da Torre, de Corroios, do Breyner, do Capitão, do Galvão, do Zeimoto, Novo dos Paulistas e Velho dos Paulistas.

<sup>24</sup> A *Extremadura Portuguesa*, 2.ª parte, Lisboa, 1908, p. 240.

<sup>25</sup> "O projecto de musealização da fábrica Socorquex", in *Arqueologia Industrial*, 2.ª Série, 1993, I (1-2), pp. 95-111.

<sup>26</sup> Graça Filipe, "Breve Abordagem à História da Indústria da Cortiça do Concelho do Seixal" in *Al-madan*, II série, (1), 1992, p. 63.

<sup>27</sup> V.C., Decreto n.º 28/82, *Diário da República* de 26 de Fevereiro 1982.

<sup>28</sup> Lembre-se o Núcleo Naval do Ecomuseu Municipal do Seixal, instalado num antigo estaleiro naval.

<sup>29</sup> O que não quer dizer, muitas vezes, correctamente valorizado e a salvo de vandalismos.

<sup>30</sup> Alexandre Herculano, "Os Monumentos", in *O Panorama*, (69), 1838, p. 267.



FIGURA 1 – Moinho de Maré de Corroios (exterior)



FIGURA 2 – Moinho de Maré de Corroios (interior)

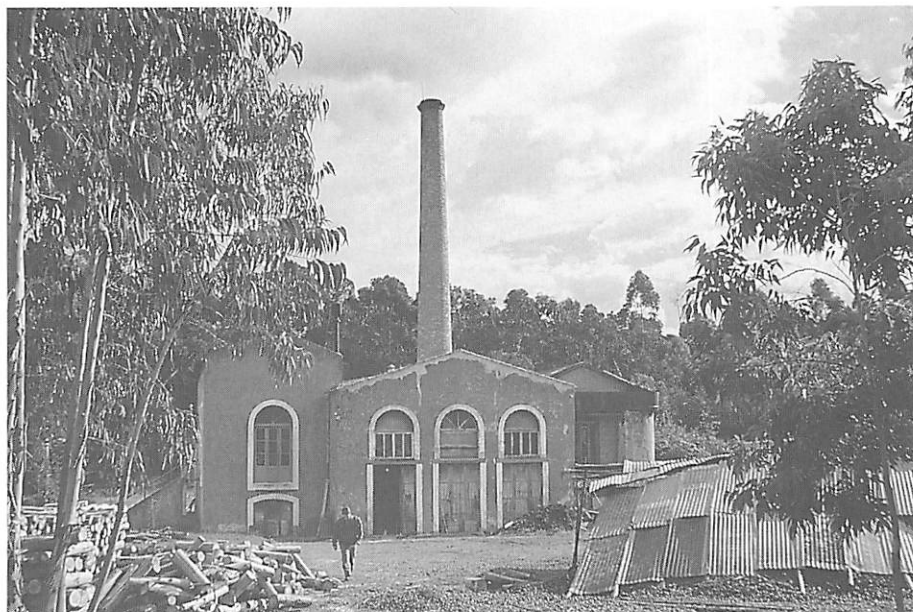


FIGURA 3 – Edifício das caldeiras da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços

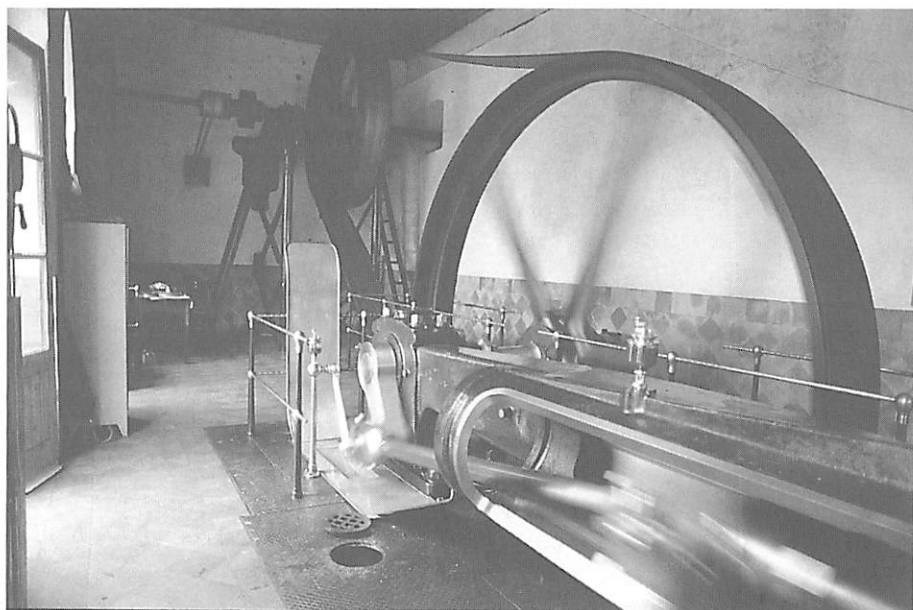


FIGURA 4 – Vista geral da máquina a vapor da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços

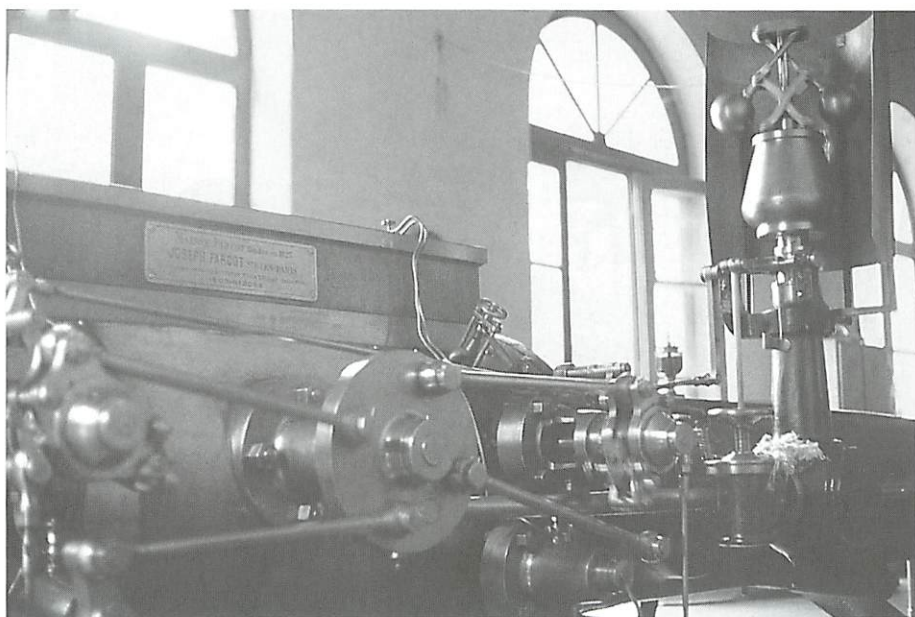


FIGURA 5 – Máquina a vapor da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços (pormenor)

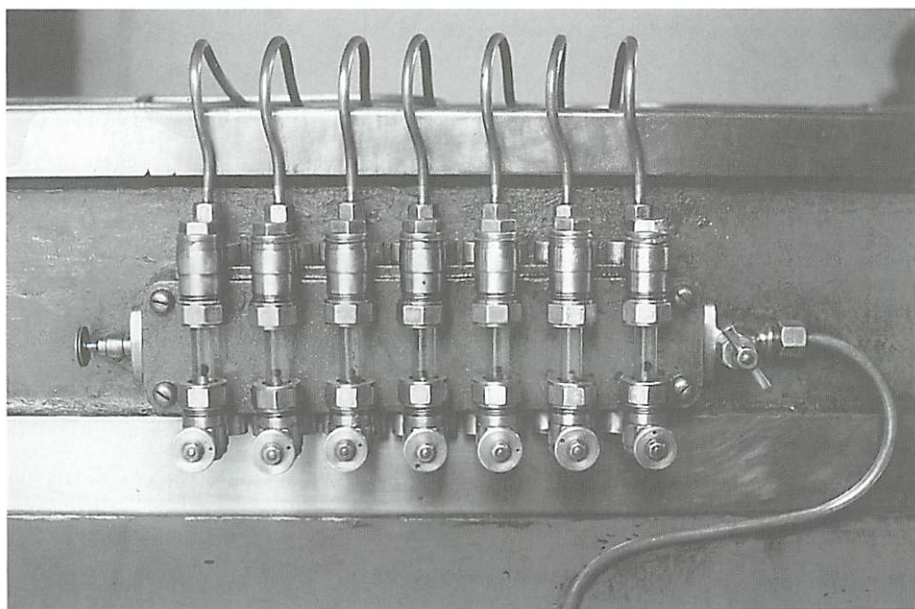


FIGURA 6 – Máquina a vapor da Fábrica da Pólvora de Vale Milhaços ( pormenor)

# EDUCAÇÃO, PATRIMÓNIO E AUTARQUIAS O MUSEU, COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO: EXPERIÊNCIA NO SEIXAL

GRAÇA FILIPE\*

## Introdução

Face à extensão da problemática — Educação, Património e Autarquias — que nos foi sugerida como campo de reflexão pelos organizadores do I Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal, considerámos necessário restringi-la a uma vertente específica de abordagem e, achando pertinente privilegiar a acção dos museus, entendemos sublinhar o papel do Museu como instrumento de comunicação. É o que tentamos fazer nestas breves páginas, tomando por base alguns aspectos da experiência em desenvolvimento no Seixal.

A nossa comunicação decorre assim da perspectiva e da reflexão associadas à iniciativa patrimonial e museológica da Autarquia seixalense que tutela o Ecomuseu Municipal. Neste se projecta um esforço conjunto de investigadores e de técnicos, de autarcas e de sectores representativos da comunidade, cuja vontade tem sido continuamente expressa em participações e apoios à política cultural, de património e de educação, que dão lugar à transmissão/renovação de memórias, associadas à construção de identidades culturais urbanas.

A actividade do Ecomuseu Municipal do Seixal assenta numa política cultural que articula, entre outras vertentes, a educação, a valorização de património e a constituição e transmissão de acervos museológicos,

---

\* Museóloga; Chefe de Divisão de Património Histórico e Natural/  
Ecomuseu Municipal do Seixal

como recursos de desenvolvimento sustentado de um território delimitado pelas competências municipais, num quadro complexo de referências regionais/metropolitanas. Globalmente, aquela actividade serve-nos para exemplificar um percurso de aproveitamento dos patrimónios e das memórias colectivas, tornados objecto de comunicação entre agentes e parceiros com um propósito comum de responder às necessidades dum meio social em mudança.

### **Vertente patrimonial e museológica da política cultural autárquica**

Embora definida, à partida, pelas competências legalmente atribuídas aos órgãos municipais, a vertente patrimonial e museológica da política cultural da Câmara Municipal do Seixal coloca-nos perante problemas, de ordem não só conceptual, como também funcional, de facto incontornáveis, sobretudo em presença duma entidade como o Ecomuseu, de referência territorial. Conceitos como *território* e *região* exigem ponderação e flexibilidade na definição de âmbitos de intervenção, articulando-se com outros conceitos como *comunidade(s)*, *população* e *participação*.

A definição de ecomuseu reporta-o a um território, sua componente dinâmica e ao mesmo tempo condicionante. Antes mesmo de se designar como Ecomuseu, o Museu Municipal do Seixal tomou por território de referência o definido pelos limites do concelho/município, coincidente com a área de incidência administrativa do poder de tutela. Esse território do Ecomuseu apresentou-se assim, por um lado, com uma componente estável: a sua área/superfície. Apresentou-se, por outro lado, com um dinamismo acentuado, devido a aspectos demográficos, económicos e urbanísticos específicos, que adiante referiremos e que tornaram extremamente difícil a estabilização, em diversos campos, da sua organização funcional e uma definição estratégica de objectivos adequados a esse mesmo território e à sua população.

O território definiu-se então como uma zona de competências em função duma superfície e dos seus limites, sem que se esquecessem as origens sociais e culturais da territorialidade e a relação com o enraizamento e a identidade dos grupos humanos.

É imprescindível distinguir duas vertentes da relação construída pelo Ecomuseu e pela comunidade com o respectivo território: uma, de carácter administrativo; a outra, multifacetada, projectada a partir das investigações e pesquisas temáticas realizadas, disciplinar e interdisciplinarmente. É da

fusão de ambas que emerge o contributo e o papel do museu no ordenamento e na transformação do território ou a sua função pedagógica, de comunicação, de instrumento de interpretação.

Intrínseca àquela dupla vertente — administrativa e temática/científica — a territorialidade do Ecomuseu deve ser avaliada tanto na perspectiva da sua intervenção directa no território, relativamente ao património e à memória colectiva, como do trabalho de museu no cumprimento das funções museais essenciais, com incidência na constituição e na gestão do seu acervo museológico, frequentemente reportado a um contexto pré-museológico, de carácter regional.

A noção de região é, como sabemos, imprecisa e coloca questões epistemológicas e sociais, variando consoante a disciplina ou domínio com que se queira relacionar. Reportada ao Ecomuseu, deverá ser vista na perspectiva dos seus campos temáticos de referência, globalmente ou em áreas específicas, nomeadamente ao nível das funções de investigação e de preservação, produtoras de conhecimento e de dados sobre os quais se constróem aquela mesma definição ou as diferentes definições, consoante o âmbito epistemológico ou a disciplina de base do conhecimento e da comunicação a estabelecer. Parece-nos então necessário adoptar, segundo cada situação, uma adjectivação adequada, como, por exemplo, *região natural*, ou *região histórica*, ou *região económica*.

Actualmente representado, na sua diversidade, através dos diferentes campos temáticos dos vários núcleos museológicos que compõem o Ecomuseu do Seixal, o seu território integra-se, segundo a perspectiva de interpretação, ora na região histórico-geográfica da antiga Almada e seu *termo*, ou na *Outra Banda* (enquanto margem esquerda do estuário do Tejo/ banda sul de Lisboa), ora na região administrativa-política (e também histórica e socio-económica) da Área Metropolitana de Lisboa.

Vista a questão a montante e a jusante do processo museal, tanto na perspectiva do museu comunitário/de território, como na perspectiva da comunicação/interacção museu-públicos, a delimitação de uma pretensa região de inserção ou de alcance da intervenção do Ecomuseu Municipal do Seixal é difícil, e tanto mais complexa, quanto se exija o aprofundamento de nível de precisão do campo temático e do estudo e investigação de patrimónios e de acervos incorporados. A título exemplificativo, sublinhamos que ao Ecomuseu se reconhece um certo grau de representatividade, no espectro cultural regional, quanto se trata da cultura flúvio-marítima e das técnicas tradicionais de construção naval, um outro grau, quando se aborda o período da romanidade, ou ainda outro grau de representatividade, também diferente,

quando se trata da industrialização, nomeadamente a partir da incorporação de um vasto património da empresa corticeira *Mundet* (que veio simultaneamente romper o âmbito territorial, nos planos temático e de proveniência, do acervo museológico). E outros exemplos se poderiam aqui enumerar e analisar em detalhe, desde logo através do caso do Moinho de Maré de Corroios, recuperado e conservado em funcionamento, enquanto testemunho de elevado significado, no quadro de uma identidade regional alargada (estuário do Tejo).

Ligada tanto à acção da natureza como à acção do homem, na história, no tempo, a região tem tudo a ver com o movimento recíproco e a capacidade de adaptação da população, de cada comunidade, aos lugares e aos seus recursos. A região é necessariamente o resultado de um sistema de relações, qualquer que seja o quadro social em que se situe. O que nos parece tornar pertinente a ideia de uma região funcional, no campo patrimonial e, particularmente, no campo museológico, com uma dinâmica interna própria, à medida das realidades sociais e da consciência dos grupos ou comunidades que a habitam. Se fosse definida uma escala que contextualizasse a intervenção dos museus nessa região, poder-se-ia então avaliar o seu desempenho e o lugar ocupado (ou a ocupar) por cada um. À luz de um tal processo, os museus e entidades paramuseais poderiam evoluir para um sistema de parcerias e de relacionamento em rede, abrangendo campos temáticos, organização e estruturas funcionais e territoriais e modelos de gestão. Como seria interessante analisar, esse quadro não se tem aplicado à situação vivida no distrito de Setúbal, nem mesmo no conjunto ou em parte dos concelhos ribeirinhos a sul do Tejo, em que se conta o do Seixal.

Apesar do que referimos, a experiência patrimonial e museológica do Seixal contribuiu de forma marcante não só para a conservação e a apropriação social de traços e de testemunhos que identificam culturalmente o concelho, como também para a compreensão e a emergência duma herança comum às comunidades de um espaço territorial mais alargado, de âmbito regional, quer por via do conhecimento disciplinar e científico, quer através dos contributos para o processo de renovação da memória colectiva.

O Ecomuseu Municipal do Seixal tem contribuído para o conhecimento e a comunicação centrada na ocupação de um território, entendido historicamente, interpretando as relações do homem com o meio, para além das fronteiras do seu território administrativo. Da conservação e da valorização duma parte dos seus objectos de estudo, servindo em primeiro lugar para conferir identidade àquele território e à(s) respectiva(s) comunidade(s), advieram outras necessidades culturais, no plano social e individual, através

das quais se desenvolveu o património e se suscitou uma visão mais sustentada da(s) entidade(s) de âmbito regional.

Ao nível da museologia e no quadro das experiências do Seixal, sublinhamos a importância da investigação, interdisciplinar e transdisciplinar, incidente no território e na(s) região/regiões, para o conhecimento dos seus problemas e a necessidade da sua aplicação à interpretação do património, por via de programações adequadas à respectiva valorização. Sublinhamos, em particular, o contributo que a História, a Arqueologia e a Antropologia têm dado para a construção de identidades culturais, entendidas como produtos das capacidades individuais/de grupos para permanecer(em) consciente(s) da continuidade da sua vida, através de mudanças, crises e rupturas.

Para que o património se revele efectivamente um recurso endógeno de desenvolvimento de um território ou de uma região, é indispensável, no quadro de uma política patrimonial coerente, uma política de comunicação, a que associamos, pela nossa experiência, uma linha de acção cultural e pedagógica de índole museológica.

A extensão e o alargamento da noção de património, material e imaterial, assim como a multiplicação de processos de patrimonialização<sup>1</sup> verificados nas últimas décadas, tanto no plano temático e disciplinar, como nas dimensões espacial, geográfica e temporal, relacionam-se directamente com a expansão museológica e com a evolução do papel dos museus na sociedade contemporânea. A par de tais mudanças, evoluíram as noções de objecto e de espaço museológico, cada vez mais ligadas às noções de meio social, de meio ou envolvente natural e de paisagem. Naturalmente, todos estes fenómenos se repercutem quer nas políticas de investigação e de incorporação dos museus, no seu âmbito funcional e na sua programação, quer na comunicação com os públicos e, de forma abrangente, nas políticas culturais das tutelas que os superintendem. Essas políticas, por sua vez, adquirem um significado crescente e marcante, na perspectiva do desenvolvimento sustentado a que aspiram as comunidades.

---

<sup>1</sup> Entendemos por patrimonialização o processo de reconhecimento e de apropriação de bens culturais por uma comunidade, cuja relação com esses bens, de carácter cognitivo e de carácter afectivo, desenvolve a necessidade de criação e/ou de aplicação de recursos e de meios específicos de gestão — registo, documentação, conservação, interpretação, difusão e valorização ou reutilização.

## Caracterização geral do território do Ecomuseu do Seixal

Sendo indiscutíveis a importância e a força atractiva do rio e do estuário do Tejo, do ponto de vista da história regional e local, é também evidente que a sua localização geográfica, face ao oceano e em relação com Lisboa, por um lado, assim como as suas características morfológicas e os seus recursos naturais, por outro lado, constituíram o contexto definidor das suas especificidades.

Não podemos perder de vista a excepcional articulação — de recursos e de meios — entre espaços ribeirinhos directamente marcados pelas actividades fluvio-marítimas e as outrora vastas áreas interiores de matas e pinhais, ligadas pelas importantíssimas quintas e áreas agrícolas, que durante séculos foram rentabilizadas através da exploração da vinha e dos pomares, entre outras produções.

Terá ocorrido uma lenta e progressiva afirmação das localidades e povoações mais próximas e acessíveis, por via fluvial, relativamente a Lisboa, a par da articulação de outras com o centro administrativo constituído em Almada. Os factores associados à proximidade com Lisboa, por via fluvial — nomeadamente o facto de as marés não condicionarem da mesma forma a utilização de embarcações a partir do Seixal, como acontece noutras localidades do rio Judeu/baía do Seixal, assim como do rio Coina — terão contribuído significativamente para o reforço da importância do lugar, posteriormente vila e depois sede de concelho. Num dado contexto histórico teve ainda relevância a localização do Seixal face ao Mar da Palha, na confluência entre vias internas de navegação/de ligação no estuário do Tejo — incluindo o Coina. Do ponto de vista da história marítima portuguesa, não se pode ignorar a importância estratégica do “triângulo” Ribeira (Nova/das Naus, em Lisboa)-Azinheira-Telha (Ribeira Velha, em Coina).

Na organização do termo de Almada, onde se inscreveram, nomeadamente, Amora, Arrentela, Seixal e Paio Pires, foram muito importantes as ordens religiosas, detentoras de importantes propriedades, onde se conciliariam os espaços agrícolas e de rendimento, com os espaços de retiro e de lazer. Nos séculos XV a XIX, várias ordens religiosas e conventos — carmelitas, trinitários, paulistas, jerónimos, entre outros — concentraram importantes propriedades, integrando meios de produção essenciais, na economia da época (nomeadamente moinhos de maré e lagares).

O incremento económico, acompanhado de um correspondente crescimento demográfico, proporcionou uma crescente afirmação social, religiosa e, de certa forma, também administrativa, dos núcleos ribeirinhos

de Arrentela, do Seixal e de Amora, no termo de Almada, ao longo dos séculos XVII e XVIII. A unidade do território foi proporcionada pela diversidade dos seus recursos: as matas e seus produtos, os lugares de embarcadouros e as praias acessíveis e apropriadas às actividades da construção naval, as lenhas, os barcos que as transportavam até aos fornos de Lisboa, as artes de pesca, as técnicas de navegação à vela, o rio por onde se recebiam os trigos de *riba-Tejo*, as marés e os moinhos onde se farinavam, os pomares, as vinhas e os olivais, a excelência dos ares e das águas, a excepcional ligação fluvial entre lugares da mesma margem, a permanente acessibilidade, por rio, entre as duas margens, nomeadamente entre o Seixal e Lisboa.

O período dos Descobrimentos e das grandes viagens marítimas marcou profundamente o desenvolvimento e a identidade destas terras, em função do papel que desempenharam como suporte material e logístico ao crescimento demográfico de Lisboa e aos próprios empreendimentos náuticos e marítimos.

O papel do Tejo, enquanto meio de ligação do interior com o litoral e o da *Outra Banda*, como região de prolongamento e efectivação das trocas comerciais destinadas à capital tiveram também uma importância estruturante na dinâmica da industrialização a partir do século XIX.

Para se entender o contexto histórico em que decorreu a criação do concelho do Seixal, deve tomar-se em consideração a sucessão de acontecimentos que envolveram a extinção das ordens religiosas (decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguiu em Portugal todas as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os respectivos bens). As arrematações dos bens nacionais em hasta pública iniciaram-se no 1.º de Julho de 1835, tendo sido marcante a Carta de lei de 15 de Abril de 1835, entre uma série de diplomas com idêntico fim. Entre cerca de duas dezenas dos maiores compradores (em valor de arrematação), pelo menos um, Domingos José de Almeida Lima, está conotado com o concelho do Seixal. A configuração assumida administrativamente na primeira metade do século XIX, quando da criação do concelho do Seixal — 6 de Novembro de 1836 — prevaleceu após algumas vicissitudes políticas e económicas conjunturais que ditaram a abolição do concelho, entre 1895 e 1898.

Embora conciliando, por algum tempo, as actividades transformadoras, a cabotagem e a agricultura, foi a indústria que acabou por marcar progressivamente a identidade do concelho do Seixal no século XX. A implantação de importantes fábricas e o desenvolvimento industrial do concelho tornam-no pólo de atracção migratória e de crescente fixação de mão-de-obra, de proveniências diversificadas, frequentemente motivadas pela própria especificidade das indústrias — como nos casos dos lanifícios na

Arrentela, da construção naval em Amora e no Seixal, dos vidros em Amora; das conservas no Seixal e em Arrentela, da cortiça no Seixal e em Amora, da Siderurgia em Paio Pires.

Alterações estruturais e um largo ciclo de mudança, que se saldou numa progressiva desindustrialização duma frente ribeirinha até aí dependente das ligações fluviais — quer interiores ao estuário e margem sul, quer directas ao porto de Lisboa — e da via ferroviária com o sul e o interior, conduziriam, por outro lado, a uma nova dinâmica de industrialização, que avassalaria em poucas décadas espaços até então preservados, de quintas e de pinhais. Na Península de Setúbal, o Seixal deteve, em diferentes momentos, um lugar específico no desenvolvimento industrial, designadamente pelos casos da corticeira Mundet e da Siderurgia Nacional. Esta última teve um papel de grande importância no processo da industrialização moderna em Portugal, decidido nos anos 50 do século XX e de que foi palco privilegiado a Península de Setúbal. É nesse contexto, aliás, que se dá a construção da principal infraestrutura de transportes dos anos 60: a ponte sobre o Tejo, inaugurada a 1966. Apoiando o desenvolvimento industrial da margem sul, viria também provocar um processo de suburbanização a partir do Norte, tendência dominante e muito custosamente contrariada pelas políticas de desenvolvimento postas no terreno pelo poder local democrático, após 1974, que também se defrontaram, na primeira metade dos anos 80, com o colapso do modelo industrial preconizado para a península de Setúbal.

O acentuado crescimento demográfico das últimas décadas e um desenvolvimento local baseado num forte surto de urbanização e na concentração de populações resultantes de migração das mais variadas proveniências originaram processos de aculturação e de reconstrução de identidades. Da revolução do 25 de Abril e de um consolidado exercício do poder local democrático resultou um significativo desenvolvimento local, económico, demográfico, social e cultural, a que se associaram, porém, resultados preocupantes ao nível da paisagem e do ambiente, cuja degradação se reflectiu nos quotidianos das populações, impondo medidas de reequilíbrio do seu meio envolvente.

### **Missão e principais linhas programáticas do Ecomuseu**

Com a eclosão de projectos sócio-culturais após o 25 de Abril, desenvolveu-se, um pouco por todo o país, o movimento de defesa de património, a que se seguiu e, nalguns casos, a que se ligou, o processo de criação de novos museus locais, sobretudo devido à iniciativa autárquica.

No caso do Seixal, a criação de um museu local tornou-se possível a partir de uma vontade política e de um processo assumido por essa mesma orientação política, no plano sócio-cultural. Esse processo seguiu direcções e áreas de intervenção múltiplas, mas a sua particularidade original terá consistido na valorização da vertente patrimonial identitária, na perspectiva do território, em que a história tomou um lugar importante.

Em 1978 realizou-se a 1.ª Semana Cultural do Concelho, promovida pela Câmara Municipal. No ano seguinte, 1979, esboçou-se a primeira iniciativa museológica do município, com o início de um levantamento histórico-cultural que constituiu a génese do Museu Municipal, criado por deliberação camarária em Maio de 1982, mais tarde denominado Ecomuseu, na sequência do contacto e encontro com o movimento da nova museologia e com as ideias de cariz renovador e experimentalista da ecomuseologia.

Assim como a própria política cultural do Município, a criação do Museu Municipal, para além do empenho e papel desempenhado pela reduzida equipa técnica inicialmente constituída, especialmente do papel assumido por António Nabais, foi profundamente influenciada pela personalidade e pela intervenção política de Eufrásio Filipe G. José, que desempenhou as funções de Presidente da Câmara.

A Câmara Municipal assumia um trabalho destinado a satisfazer necessidades essenciais à qualidade de vida da população do concelho, mas associando a essas necessidades, a acção cultural e desportiva, a recuperação do património e a intervenção museológica, fazendo a correspondência entre o Ecomuseu Municipal e o esforço colectivo pela defesa do nosso património histórico-cultural e natural.

Sob a dependência da tutela municipal e tendo sido criado numa convergência de objectivos que tinha subjacente uma filosofia de intervenção sócio-cultural e política num território definido pelas fronteiras administrativas do município, o Ecomuseu estendeu o seu campo temático e as suas atribuições funcionais, passando a ocupar um lugar e a desempenhar um papel específicos no território de referência.

Ao longo de perto de duas décadas, as disciplinas que mais se destacaram nas actividades do Ecomuseu (História, Arqueologia e Antropologia), proporcionaram, por um lado, um conhecimento evolutivo do seu território de referência e deram lugar, por outro lado, a um processo de constituição de acervo e de organização de recursos em que emergem três campos temáticos essenciais, intimamente conectados com a identificação e a caracterização do mesmo território. A tais campos temáticos correspondem o património histórico e arqueológico, o património técnico e industrial e o património náutico e flúvio-marítimo.

O Ecomuseu tem a missão de investigar, conservar, interpretar e difundir, sempre que possível *in situ*, testemunhos representativos da ocupação humana e da natureza, reportados ao território e à envolvente social em que se insere, contribuindo para a construção e para a transmissão das memórias colectivas e para o reforço das identidades locais. Através do trabalho museal, nas suas diversas vertentes, tem a missão de estimular e ser instrumento do desenvolvimento sustentado da região.

O acervo do Ecomuseu integra importantes colecções móveis e fundos documentais, património imóvel, sítios arqueológicos e embarcações tradicionais a navegarem no rio Tejo. O acervo móvel, incluindo colecções arqueológicas, provêm maioritariamente do território concelhio, sendo-lhe porém atribuíveis níveis de maior representatividade e significado mais abrangente, para o que contribuem as vertentes de investigação e de preservação do trabalho museológico de que aquele tem sido objecto, nalgumas situações em associação com os respectivos contextos. São disso exemplo e merecem particular destaque, sobretudo na perspectiva da sua valorização e divulgação ao público:

- as colecções, em estudo, provenientes da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol;
- as colecções industriais, em fase de estudo e incorporação, nomeadamente as que são provenientes da antiga fábrica corticeira *Mundet*;
- as colecções etnográficas e de cultura flúvio-marítima provenientes de estaleiros navais tradicionais do estuário do Tejo ou que lhe estão associadas;
- as colecções documentais e fotográficas (incluindo imprensa local; espólios de instituições e de personalidades de que emergem simultaneamente a projecção nacional e a ligação à história local; registos de actividades tradicionais e industriais);
- a colecção etnográfica sobre etno-cerâmica doada pelo Dr. Eugénio Lapa Carneiro;
- as colecções de azulejaria provenientes de intervenções arqueológicas de emergência e/ou de acções de salvamento em sítios históricos do concelho (séculos XVI a XX).

Para além do património museológico, o Ecomuseu dinamiza um importante património imaterial ou incorpóreo, ao contribuir para a preservação e a transmissão de saber-fazer materializado no trabalho e nas actividades de moagem, de construção naval e de navegação tradicional, decorrentes de

componentes como o moinho de maré conservado em funcionamento, a oficina de construção de modelos de barcos tradicionais do Tejo, dois botes de fragata e um varino reutilizados com fins de educação e de recreio.

A composição do tecido social do território, bem como a diversidade de proveniências e de referências culturais da população também se reflectiriam no trabalho e na intervenção do Ecomuseu. O lugar que o Ecomuseu ocupa relativamente à população materializa-se, por exemplo, na recolha, na incorporação e na conservação de testemunhos, materiais e imateriais, maioritariamente contando com a participação, ou mesmo por iniciativa de pessoas e/ou de entidades locais.

Evoluindo em interacção com a mudança do meio social e territorial, o Ecomuseu ocupa ainda um lugar específico relativamente a outras instituições, no concelho e exteriores, decorrente das atribuições funcionais repartidas pelas áreas da investigação, da documentação, da conservação e da difusão.

### **Processos de comunicação centrados no acervo e no património**

O Ecomuseu desenvolve a sua função difusora e de comunicação sobretudo através de exposições, de programas de extensão cultural e educativa e de edição. Mas a sua acção educativa, de carácter especificamente museológico, visa não só o estabelecimento de relações entre o acervo e o património e os públicos/utilizadores, como também a intervenção no território, através da sensibilização e da transmissão, à população, de conhecimentos e de instrumentos de análise crítica e de acção informada.

A estrutura orgânica do Ecomuseu é a Divisão de Património Histórico e Natural e a sua organização territorial é descentralizada, constituída por núcleos e recursos museológicos — Núcleo Sede, Núcleo do Moinho de Maré de Corroios, Núcleo da Quinta da Trindade, Núcleo Naval de Arrentela, Núcleo da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, Núcleo da Mundet e Embarcações Tradicionais — e por extensões do Ecomuseu — na Fábrica de Pólvora de Vale de Milhaços e na Quinta de São Pedro. Quatro núcleos e, a partir de 2000, uma das extensões, integram-se na programação de exposições do Ecomuseu.

A função de interpretação/exposição passa ainda por uma fase de reavaliação e de reestruturação, mediante a convergência e partilha de recursos destinados à investigação e estudo/documentação de acervo e de património e à conservação. Com o progressivo reforço da equipa e num quadro de reprogramação museológica, pretende-se constituir e equipar um serviço

específico, capaz de responder aos desafios que a necessidade de reperspectivação da implantação territorial do Ecomuseu vem colocando.

Instalados e com funcionamento estruturado, actualmente são dois os serviços que interagem directamente com os utilizadores e os públicos: o Centro de Documentação e Informação e o Serviço Educativo.

O Serviço Educativo do Ecomuseu desempenha um papel de interface com os públicos e os utilizadores: planifica e assegura a prestação de informações sobre o Ecomuseu em geral e o respectivo programa de iniciativas, incluindo passeios no Tejo nas embarcações tradicionais; procede à marcação de visitas para grupos, aos vários núcleos e extensões; promove a cedência de materiais didácticos e pedagógicos, especialmente concebidos para explorar e utilizar nos vários núcleos e extensões do Ecomuseu; recebe solicitações, analisa, apoia e propõe projectos na área da educação patrimonial, envolvendo os vários núcleos e extensões do Ecomuseu; prepara e acompanha a distribuição/difusão de materiais de divulgação sobre o Ecomuseu, de acordo com solicitações prévias ou com necessidades identificadas pelos técnicos. Para além destas acções, e em interligação com outras áreas funcionais, o Serviço Educativo organiza e promove um pacote anual de iniciativas, de divulgação trimestral, para diferentes tipos de públicos — escolar, juvenil, adulto e outros. Uma percentagem significativa destas actividades é especialmente direccionada para a comunidade educativa.

O Centro de Documentação e Informação é essencial ao desempenho das funções de investigação, de preservação e de difusão do património natural e cultural do concelho e, particularmente, do acervo do Ecomuseu. Através deste serviço, é pesquisada, recolhida e processada a informação, quer de carácter mais especializado, necessária aos utilizadores internos, para a gestão do acervo museológico (móvel e imóvel) do Ecomuseu, quer de carácter diversificado e de apoio aos utilizadores externos à instituição. O CDI desenvolve produtos e recursos de informação constituídos por livros, revistas, jornais, desenhos, cartazes, postais, vídeos, cartografia, dossiers de informação e fotografia, abrangendo várias áreas disciplinares e transdisciplinares ligadas ao património e à museologia, à arqueologia, à história local, à antropologia e à etnologia, aos campos temáticos da cultura flúvio-marítima, do ambiente e recursos naturais e da indústria. Atento às necessidades e às solicitações dos seus utilizadores, presta um apoio directo a todos os que pretendam produzir, aprofundar ou desenvolver projectos, nomeadamente agentes educativos e investigadores, aos quais disponibiliza serviços complementares de reprodução de documentos. Produz a edição mensal de um *Boletim Bibliográfico*, de circulação interna, mas de consulta

acessível aos utilizadores externos. Os seus fundos são actualizados regularmente, quer através do sistema de permutas com mais de uma centena de entidades, quer por aquisições previstas anualmente no plano e orçamento municipal.

Essencial à comunicação estabelecida pelo Ecomuseu é a linha editorial dedicada ao seu acervo e ao património do concelho, com particular destaque para o boletim trimestral *Ecomuseu Informação*, publicado desde Outubro de 1996, com tiragem de 5000 exemplares até 2000 e, a partir de 2001, de 6000 exemplares. Sendo um meio de comunicação muito importante não só para actualização de informação junto dos utilizadores, mas também para contacto e sensibilização de potenciais novos públicos, divulga não só os programas de actividades do Serviço Educativo, as exposições e as edições do Ecomuseu, como aspectos do seu acervo e do património do concelho em geral, procurando atender aos interesses manifestados por utilizadores e por visitantes do Ecomuseu. É distribuído gratuitamente, através dos núcleos museológicos, de outros serviços municipais e por via postal.

### **Considerações finais**

Apoiado pela Câmara Municipal do Seixal, o 1.º Encontro de Arqueologia e História Regional da Península de Setúbal realizou-se num espaço que, integrado desde 1997 no Ecomuseu, constitui um caso, porventura paradigmático, de patrimonialização por via da aplicação articulada e progressiva das várias funções museológicas, necessárias à sua preservação e valorização, em simultâneo com a sua disponibilização à comunidade/ao público. Este tipo de situação, num quadro de experiências e de processos de comunicação que aqui foram referidos, requer meios adequados à extensão das competências do Ecomuseu e uma equipa técnica, profissionalmente preparada e motivada, face à especificidade do trabalho de museu que tem por base de referência um território e uma população.

Mas os processos de comunicação enunciados e a experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal apontam para uma tendencial abrangência do âmbito de acção das entidades museais de tutela local, tanto na perspectiva da importância e projecção cultural dos seus acervos, como tendo em vista a avaliação do seu impacto junto dos públicos e utilizadores, a cujos interesses tais entidades devem responder, de forma complementar ou partilhadamente.

Será assim pertinente operacionalizar estratégias regionais, em que se coordenem, por exemplo, alguns projectos de investigação, levantamentos e inventários de património, bem como recursos necessários à organização e à constituição de acervos, indispensáveis, num plano de qualificação e de estruturação das políticas culturais, museológicas e de património, à comunicação que torna as populações/as comunidades verdadeiramente detentoras e fruidoras dos patrimónios e dos acervos dos museus.